



UNIFACS

UNIVERSIDADE SALVADOR

LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES®

**UNIFACS UNIVERSIDADE SALVADOR
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO**

ABIDERMAN LIMA DE MOURA

**AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS NA MICRORREGIÃO DE
FEIRA DE SANTANA**

Salvador
2015

ABIDERMAN LIMA DE MOURA

**AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS NA MICRORREGIÃO DE
FEIRA DE SANTANA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração – PPGA, Mestrado em Administração da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Miguel Angel Rivera Castro.
Coorientador: Prof. Dr. Lindomar Pinto da Silva.

Salvador
2015

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIFACS
Universidade Salvador, Laureate International Universities

Moura, Abiderman Lima de

Avaliação da eficiência dos gastos públicos na microrregião de Feira de Santana. /Abiderman Lima de Moura.
– Salvador: UNIFACS, 2015.
106 f. : il.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Administração, UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Miguel Angel Rivera Castro.
Coorientador: Prof. Dr. Lindomar Pinto da Silva.

1.Finanças públicas. 2.Gastos Públicos.3. Desenvolvimento Econômico. I. Castro, Miguel Angel Rivera, orient. II. Silva, Lindomar Pinto da, co-orient. III.Título.

CDD: 336

ABIDERMAN LIMA DE MOURA

AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS NA MICRORREGIÃO DE
FEIRA DE SANTANA

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração, UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities pela seguinte banca examinadora:

Miguel Angel Rivera Castro - Orientador _____
Doutor em Energia e Meio Ambiente pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e em Economia, USC-Espanha
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities

Lindomar Pinto da Silva – Co-orientador _____
Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), com estágio sandwiche na École des Hautes Etudes Commerciales de Montreal (HEC Montreal), Canadá
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities

Denise Ribeiro de Almeida _____
Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Salvador, 31 de agosto de 2015.

Aos meus pais, Adalberto Nogueira (*in memoriam*) e Ana Maria Lima, por me ensinarem os verdadeiros valores da vida. A minha esposa, Magali, pelo apoio, incentivo e paciência.

As minhas filhas, Jessyka, Geiza e Geovana, pelo carinho e alegria que representam.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a Nossa Senhora, por ter alcançado meus objetivos com êxito.

Agradeço a toda minha família, que acreditaram no sonho, e que sacrificaram suas vidas e seus momentos para que este sonho se tornasse realidade.

Agradeço à Universidade Salvador – UNIFACS, por tornar realidade este momento único na minha vida.

Agradeço ao corpo docente do curso, Prof. Dr. Augusto Monteiro, Profa. Dra. Elvia Fadul, Prof. Dr. Jair Santos, Prof. Dr. Manoel Joaquim, Prof. Dr. Sergio Fialho, Prof. Dr. Sergio Goes, Profa. Dra. Vanessa Brasil e demais professores, por mostrarem a diferença entre ser um educador e um professor – os educadores são como uma árvore frondosa, são formados com o tempo, são mais raros que os professores porque agregam tudo o que se espera de um mestre: paciência, sabedoria, crítica, valores, humildade.

Agradeço especialmente ao Prof. Dr. Miguel Angel Rivera Castro, que brilhantemente me orientou na elaboração desta dissertação de mestrado, aconselhando-me, apoiando-me e contribuindo significativamente para o meu crescimento.

Agradeço ao Prof. Dr. Lindomar Pinto, que foi o meu coorientador, pela disponibilidade e atenção, professor que tenho muito respeito e admiração.

Agradeço ao Prof. Dr. Laumar Neves e ao Prof. Dr. Jader Souza, por demonstrarem o quanto é gratificante e prazeroso ser professor, com suas aulas magníficas, que deixaram todos os alunos extasiados.

Agradeço aos amigos da sala de aula, Roberval Araujo, Carlos Rangel, Marta Figueiredo, Nivaldo Carneiro, Josimar Passos, Jocely Caldas, Sávio Sampaio, Aldi Moraes, Silvia Gusmão, Leidiene Queiroz, Arivaldo Brito e demais colegas que sempre estiveram ao meu lado nesta caminhada.

Agradeço com muito carinho a Profa. Dra. Maria Leny Oliveira, que me apoiou e incentivou a participar deste curso de mestrado, que sempre acreditou no meu potencial como docente do ensino superior, se colocando a disposição para me ajudar no alcance do êxito deste trabalho.

Agradeço a Profa. Me. Reinalda Oliveira, pela atenção, disponibilidade e orientação, cooperando com o sucesso deste estudo.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a eficiência dos gastos públicos e sua relação com o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) proporcionado pelos recursos aplicados na Microrregião de Feira de Santana, no estado da Bahia, no período de 2000 a 2010. A microrregião é composta por 24 municípios e denominado Território Portal do Sertão pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN). Apresenta-se, ainda, os conceitos de gastos públicos, tipos, classificações, conceitos de eficiência, eficácia e efetividade, conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico. O banco de dados foi construído com diversas variáveis explicativas, a partir de dados das Finanças do Brasil (FINBRA), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), relacionados aos gastos com saúde, educação, emprego e renda. O método estatístico utilizado foi a Regressão Logística Múltipla, pois este método permite avaliar quais variáveis possuem significância, permitindo avaliar o relacionamento entre as variáveis independentes e a variável dependente, cuja resposta é binária. O resultado obtido indica que os gastos com investimentos públicos influenciam na modificação do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), porém, isto não representa uma linearidade, pois municípios com IFDM alto podem não ter investimentos altos, o que significa que existem outros fatores que o influenciam. Além disto, é possível perceber que houve uma evolução nos indicadores de todos os municípios da microrregião, porém, 23 deles continuam com o IFDM regular, apenas o município de Feira de Santana possui IFDM moderado.

Palavras-chave: Gastos Públicos. Despesas Correntes. Despesa de Capital. Eficiência. Desenvolvimento Econômico.

ABSTRACT

This research aims to analyze the efficiency of public spending and its relationship with the Municipal Development FIRJAN Index (IFDM) provided the funds invested in the micro-region of Feira de Santana, state of Bahia, from 2000 to 2010. The micro is composed of 24 municipalities and called Portal Territory of the Hinterland by the Secretary of the State of Bahia Planning (SEPLAN). Also up introduces the concepts of public spending, types, classifications, efficiency, effectiveness and efficiency, concept development and economic growth. The database was built with several explanatory variables from the data of Finance of Brazil (FINBRA), Superintendence of Economic and Social Studies of Bahia (SEI), Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the Federation of Rio Industries January (FIRJAN), related to spending on health, education, employment and income. The statistical method used was the multiple logistic regression, because this method allows us to evaluate which variables have significance in order to evaluate the relationship between independent variables and the dependent variable, whose response is binary. The obtained results indicate that spending on public investment influence the modification of the Municipal Development FIRJAN Index (IFDM) , however, this is not a linearity , for municipalities with high IFDM may not have high investments , which means that there are other factors that the influence . In addition, it can see that there was an evolution in the windows of all the municipalities of the micro-region, however, 23 of them continue with regular IFDM , only the city of Feira de Santana has moderate IFDM .

Keywords: Public spending. Current Expenditure. Capital Expense. Efficiency. Economic development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Eficiência, Eficácia e Efetividade – Gastos Públicos.....	25
Figura 2 – Tipos de Políticas Públicas de LOUWI.....	39
Figura 3 - Categoria de Atores no Processo de Políticas Públicas	41
Figura 4 – Representação das relações das variáveis alocadas para análise da eficiência.	61
Figura 5 – Mapa do Estado da Bahia por Divisão Territorial	70
Figura 6 – Mapa da Microrregião de Feira de Santana conforme dados IBGE Geográfico.....	71
Figura 7 – Gráfico Faixa Etária da Microrregião de Feira de Santana por gênero – período 2000	74
Figura 8 – Gráfico Faixa Etária da Microrregião de Feira de Santana por gênero – período 2010	74
Figura 9 – Histograma IDHM 2010 da MRFSA.	78
Figura 10 – Histograma IDHM Longevidade 2010 da MRFSA	79
Figural 11 – Evolução do IFDM dos municípios da Microrregião de Feira de Santana – 2000 e 2010	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Medidas que afetam a produtividade dos gatos públicos – de acordo com Candido Júnior (2001).....	33
Quadro 2 – Metodologia do IDH 2010.....	51
Quadro 3 – Classificação do IDH.....	51
Quadro 4 – Classificação do IFDM.....	53
Quadro 5 – Resumo das variáveis componentes do IFDM – por área de desenvolvimento.....	53
Quadro 6 – Elementos do modelo de análise.....	60
Quadro 7 – Produto Interno Bruto (PIB) Microrregião de Feira de Santana em Mil Reais – anos 2000 e 2010.....	72
Quadro 8 – População da Microrregião de Feira de Santana – anos 2000 e 2010...	73
Quadro 9 - Receita Tributária da Microrregião de Feira de Santana – ano 2010 – em R\$.....	75
Quadro 10 – Despesas Orçamentárias da Microrregião de Feira de Santana – período de 2000 e 2010.....	76
Quadro 11 - Índice de Desenvolvimento Humano – Educação, Renda e Longevidade – Microrregião de Feira de Santana – período entre 2000 e 2010.....	77
Quadro 12 – Quantidade de Hospitais Conveniados com SUS (Unid.) na MRFSA – anos 2000 e 2010.....	80
Quadro 13 – Taxa de Esperança de Vida ao Nascer e Mortalidade Infantil da MRFSA – anos 2000 e 2010.....	81
Quadro 14 – Composição da Taxa de Analfabetismo da MRFSA – período entre o ano 2000 e 2010.....	83
Quadro 15 – Quantidade de Estabelecimentos de educação por nível de ensino na MRFSA – período entre os anos 2000 e 2010.....	84
Quadro 16 – Índice e Gini da MRFSA – período de 2000 e 2010.....	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Descrição das Variáveis utilizadas no modelo e Expectativa teórica	58
Tabela 2 – Resumo do modelo de regressão logística ajustado.	67
Tabela 3 – Classificação observada (variável dependente) e esperada (valores preditos da regressão categorizados) do IFDM.....	68
Tabela 4 – IFDM dos municípios da MRFSA nos anos 2000, 2005 e 2010	87
Tabela 5 - Classificação dos municípios da MRFSA quanto a eficiência em relação a média do IFDM.....	90

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ATLAS	Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CDL	Câmara dos Diretores Lojistas de Feira de Santana
CF	Constituição Federal de 1988
<i>CLUSTER</i>	Agrupamento
DATASUS	Departamento de Informática do SUS
<i>DEA</i>	Análise Envoltória de Dados
DENS	Densidade demográfica
DCA	Despesa de Capital
DCO	Despesa Corrente
DIST	Distância em KM via rodovia em relação a capital Salvador
FIEB	Federação das Indústria do Estado da Bahia
FINBRA	Tesouro Nacional – Finanças do Brasil
<i>HIV</i>	Vírus da Imunodeficiência Humana
IBGE	Instituto Brasileiro Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento humano do Município
IFDM	Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
<i>INPUTS</i>	Entrada de dados
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISS	Imposto sobre serviço
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MRFSA	Microrregião de Feira de Santana
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PMFSA	Prefeitura Municipal de Feira de Santana
PNB	Produto Nacional Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

<i>POLYCE MAKERS</i>	Formuladores de Políticas Públicas , Elaboradores de políticas
<i>POLICYTAKERS</i>	Destinatário das Políticas Públicas
POP	População
PPC	PIB per capita
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RMFSA	Região Metropolitana de Feira de Santana
RTRIB	Receita Tributária
RCTE	Receita Corrente
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas Empresas
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEPLAN	Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia
STN	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda
SUS	Sistema Único de Saúde
<i>THINK TANKS</i>	Centros de pesquisa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	21
2.1 EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE	23
2.2 GASTOS PÚBLICOS	26
2.2.1 Tipos de Gastos – Produtivos e Improdutivos	31
2.2.2 Classificação dos Gastos Públicos	35
2.2.3 Políticas Públicas	36
2.2.4 Tipos de Políticas Públicas	39
2.3 CRESCIMENTO e desenvolvimento econômico.....	42
2.3.1 Proposta da ONU – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)	47
2.3.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	49
2.3.3 Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM).....	52
3 METODOLOGIA	55
3.1 VARIÁVEIS UTILIZADAS.....	58
3.2 CONSTRUÇÃO DO MODELO DE ANÁLISE	59
3.3 REGRESSÃO LOGÍSTICA.....	62
3.4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	65
3.4.1 Amostragem - Microrregião de Feira De Santana.....	68
3.5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	88
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS.....	96

1 INTRODUÇÃO

Estudos sobre o uso eficiente de recursos públicos tem ganhado importância nas discussões acadêmicas, nas organizações públicas e privadas, na sociedade, principalmente no que tange às boas práticas de gestão pública. Devido às questões econômicas e sociais, crescimento da taxa populacional, crescimento do nível de renda, isto reflete no crescimento dos gastos públicos com educação, saúde, trabalho e renda. As mudanças tecnológicas, o crescimento dos serviços públicos, surgimento de programas culturais, novas políticas tributárias para intervir na economia, tudo isto gera um aumento das despesas públicas, ou até mesmo redução dos recursos públicos. Percebe-se uma maior participação governamental na economia, no mercado, devido ao desenvolvimento e crescimento econômico, e quanto maior esta participação há uma tendência de aumento dos gastos públicos demandados por um crescimento das necessidades comuns da população relacionados à saúde, a educação, habitação, transportes, segurança, trabalho e renda. Além disto, houve o surgimento de leis que impuseram maior transparência na prestação das contas públicas, como por exemplo, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em vigor desde 2000 no Brasil, tudo isto, passou a exigir do setor público uma melhor administração dos seus recursos. Assim, o gasto público, pode ser entendido como um gasto governamental, proporcionado por recursos auferidos compulsoriamente, ou seja, principalmente através de tributação, utilizados para satisfação do bem comum.

Concomitante a isto, de acordo com a Constituição Federal do Brasil, o governo, em suas dimensões União, Estado e Município, tem como atribuição o provimento de bens e serviços com o objetivo de estabelecer o bem estar social da população e com isto provocar melhorias nos indicadores sociais e econômicos.

É função de o estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (CF, 1988, Cap.III, art. 227).

Mais ainda, de acordo com a Lei 10.741/2003 em seu Art. 9º é obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade. Nesse sentido, a participação do governo deve ser ativa na

oferta de bens e serviços de forma a assegurar a qualidade de vida da sua população, seja ela jovem ou da terceira idade, principalmente naqueles bens e serviços que o mercado privado não é eficiente, eficaz e efetivo.

O governo tem que cumprir a Lei Responsabilidade Fiscal que é de disponibilizar uma parcela mínima dos seus recursos para investir em saúde, educação, renda e outros, atender o bem estar social e econômico, assim, atender aos propósitos legais do governo. Desta forma, quando não atende a este requisito mínimo, passa a existir um problema de gestão pública, uma gestão ineficiente, incapaz de gerir os recursos públicos com eficácia e eficiência. O governo precisa ser eficaz no planejamento, no controle e na execução das suas políticas públicas, a fim de que os gastos públicos sejam direcionados de forma eficiente, evitando assim, desperdícios, custos indesejados, atendendo aos prazos e valores estabelecidos, proporcionando um resultado satisfatório ao público almejado.

O governo tem como premissa estimular o desenvolvimento econômico, e para isto, direciona os gastos públicos com propósito de buscar alternativas de melhorias na economia, desta forma os gastos não seriam apenas um meio de implementação de políticas públicas, mas de efetivação das políticas públicas, ou seja, um governo que busque o desenvolvimento econômico e social, estabelecendo o bem estar social e econômico, melhorando a qualidade de vida da população.

O tema desenvolvimento econômico e social de determinada localidade, região ou país, e os fatores que o influenciam, que são determinantes na formação dos indicadores são bastante discutidos no meio acadêmico e pela sociedade. Vette (2006) afirma que o tema desenvolvimento econômico local pode ser inserido no debate sobre gestão local, de práticas políticas específicas. Este tema tem ganhado destaque à medida que se discute o papel dos municípios como agentes de promoção e ativação do desenvolvimento econômico.

Existe uma grande preocupação dos municípios sobre a aplicação eficaz dos recursos públicos e sua real efetividade, ou seja, empregar corretamente os recursos na geração de benefícios para a comunidade, de tal forma que ela satisfaça os anseios da população, pois, de nada adiantará disponibilizar recursos de forma eficiente e eficaz se ela não for efetiva, se ela não atender aos objetivos de realização. A eficiência diz respeito às habilidades, as competências, ao fazer certo com poucos recursos, a eficácia representa uma escolha certa, uma decisão, é

atender aos requisitos estabelecidos. A efetividade é o resultado da realização dos gastos, da aplicação do recurso de tal forma que atenda ao objetivo estabelecido.

Dentro deste contexto, conforme Faria, Januzzi e Silva (2008), Oliveira (2013), Lima e Souza (2014) e outros, existem diversos trabalhos acadêmicos relacionados à efetividade dos gastos públicos em saúde, educação e trabalho e renda, visando medir a eficiência do governo quanto a realização dos gastos públicos, porém, com relação aos estudos ou trabalhos relacionados aos gastos públicos e os indicadores sociais e econômicos da Microrregião de Feira de Santana para o período do ano 2000 a 2010, não foram encontradas pesquisas com tal abrangência. Neste caso trata-se de um trabalho que poderá ser utilizado por demais pesquisadores que se interessem pela Microrregião de Feira de Santana.

Para iniciar uma pesquisa, em seu primeiro momento, é essencial que a pergunta esteja formulada, assim, de acordo com Quivy e Campenhoudt (2005) é por meio da pergunta ou questionamento, que o pesquisador buscará expressar o que ele objetiva conhecer, elucidar, compreender melhor. Desta forma a pergunta servirá para dar o norte a pesquisa. Para tanto, a pergunta deve ser elaborada com clareza, de fácil entendimento, deve ser precisa, deve demonstrar o que se pretende pesquisar de forma concisa; deve ser realista, que seja passível de realização; deve ser uma questão que possibilite a compreensão da realidade pesquisada.

Diante do exposto acima, este trabalho formula uma questão central:

Que tipos de gastos realizados pelos Municípios da Microrregião de Feira de Santana podem contribuir para a mudança do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)? Quais Municípios da Microrregião de Feira de Santana foram eficientes em relação aos gastos públicos realizados?

Nas palavras de Beuren (2003) o objetivo geral indica uma ação ampla do problema, por isso mesmo ele deve ser elaborado com base na pergunta de pesquisa. O Objetivo Final ou Objetivo Geral, segundo Vergara (2004), é um resultado a alcançar, se alcançado, dá resposta ao problema. Assim, com base nesses conceitos, este trabalho tem como objetivo geral:

- Analisar a influência dos gastos públicos proporcionada pelos recursos aplicados na Microrregião de Feira de Santana, no estado da Bahia, no período de 2000 a 2010 em relação ao Índice Firjan de desenvolvimento municipal.

De forma a se aprofundar sobre o estudo em questão, foram apresentados os objetivos específicos que, conforme define Vergara (2004) são metas de cujo

atingimento depende o alcance do objetivo final. Já Beuren (2003), cita que os objetivos específicos devem descrever ações pormenorizadas, aspectos específicos para alcançar o objetivo geral estabelecido. Assim, observa-se que os objetivos específicos buscam dar uma resposta detalhada em relação a questão problema.

Desta forma, os objetivos específicos estabelecidos são:

- a) Avaliar a relação dos gastos públicos com Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM);
- b) Avaliar quais dos municípios foram eficientes no uso de seus recursos;

Diante da contextualização do objeto em estudo, da delimitação do problema e dos objetivos propostos, é apresentado a seguir a justificativa e a relevância deste trabalho.

Entre os anos 2000 e 2010, há uma percepção de crescimento e desenvolvimento econômico e social de Feira de Santana e sua Microrregião. A Microrregião de Feira de Santana, em 2012, possuía uma população estimada em 1,005 milhões de habitantes, ocupando a 17ª posição em relação ao tamanho populacional no âmbito Brasil, já a cidade de Feira de Santana ocupa a 34ª posição em relação aos municípios brasileiros. O PIB da Microrregião corresponde a R\$11,700 milhões de reais, correspondente a 6,98% do PIB do estado da Bahia, ficando atrás apenas de Salvador (23,77%) e Camaçari (7,55%), já em relação ao Brasil, a Microrregião ocupa a 57ª posição em relação ao PIB Brasil e Feira de Santana ocupa a 76ª posição entre 5.565 municípios brasileiros, assim, esta situação é um posicionamento privilegiado em termos nacionais (DATASUS/IBGE, 2014).

Esta Microrregião, com destaque nacional, carece de estudos que ilustrem a utilização e a eficiência dos gastos públicos e a sua relação com o INDICE FIRJAM. Este trabalho se justifica como pesquisa, pois poderá ser utilizado como fonte de conhecimento para novos trabalhos, tanto para as entidades públicas e privadas, como para pesquisadores, comunidades locais, que poderão usufruir destas informações para subsídios de futuras pesquisas e trabalhos acadêmicos. Desta forma, com este estudo, identifica-se a relevância social dos gastos públicos realizados pela gestão pública, o que poderá ser útil para análise de outros municípios, para outras regiões, e para a comunidade local. Servirá ainda para

fundamentação de novos estudos e pesquisas sobre a Microrregião de Feira de Santana.

Além disto, a opção por esta pesquisa também se justifica pelo interesse de se aprofundar no conhecimento referente ao tema escolhido, o que proporcionará um incremento no aprendizado em assuntos relacionados a Área Pública. Observa-se uma ampla literatura referente a bibliografia relacionada a "Eficiência dos Gastos Públicos", porém, em relação a Microrregião de Feira de Santana percebe-se que há certo desconhecimento sobre as questões sociais e econômicas, desconhecimento dos gastos realizados pela gestão pública que é importante para a comunidade. A relevância desta dissertação justifica-se pelo desejo de demonstrar, de forma clara e simples, com uma linguagem comum (não puramente técnica), informações pertinentes a gestão pública na condição de responsável pelo bem-estar comum, das melhorias de qualidade de vida da população proporcionada pelos gastos públicos, pelas políticas públicas adotadas.

Esta pesquisa está assim estruturada: além da introdução, esta dissertação contém mais três capítulos: no primeiro capítulo apresenta-se o referencial teórico sobre a eficiência, eficácia e efetividade, conceito de gastos públicos, classificação dos gastos públicos, conceito de políticas públicas, tipos de políticas públicas, estudos recentes sobre eficiência dos gastos públicos, conceito de crescimento e desenvolvimento econômico, apresentação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), apresentação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), apresentação do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM). No segundo capítulo é apresentada a metodologia aplicada à pesquisa, as variáveis e indicadores adotados para o modelo de análise, a delimitação do espaço geográfico e social, a abordagem adotada; no terceiro capítulo são apresentados e discutidos os resultados obtidos em consonância com a questão problema da pesquisa, é apresentado um panorama da Microrregião de Feira de Santana (MRFSA) e por fim são apresentadas as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo apresenta-se o referencial teórico que fundamentou o estudo. São apresentados os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade, estudos recentes sobre eficiência, ideia de crescimento e desenvolvimento econômico, conceito e tipos de políticas públicas, definição de gastos públicos e sua classificação, proposta da Organização das Nações Unidas (ONU), o conceito de IDH e de IFDM.

Assim, no item 2.1 são apresentados os conceitos de Eficiência, Eficácia e Efetividade e sua relação na gestão pública, a influência de pensadores na área das políticas públicas segundo Souza (2006). Percebe-se que a Administração pública e sua gestão se constituem como um fator importante para o aumento da eficiência das medidas ou ações governamentais, na busca de melhorias para atender e satisfazer as necessidades da comunidade, do cidadão. A eficiência é um Princípio Constitucional constante no artigo 37 da Constituição Federal que rege a administração pública.

No item 2.2 aborda-se a definição de gastos públicos, no qual são considerados como um importante meio de atuação do governo, é através dos gastos públicos, que o governo verbaliza as suas prioridades mediante à prestação de serviços públicos e a realização de investimentos. É apresentado também, em ordem cronológica, um breve histórico de estudos e pesquisas realizadas relacionadas à efetividade dos gastos públicos em determinadas localidades, regiões.

No subitem 2.2.1 são demonstrados os conceitos de gastos produtivos e improdutivos, sendo que estes estão relacionados a qualidade do gasto público.

No subitem 2.2.2 é abordada a classificação da Despesa Orçamentária que de acordo com a categoria econômica, desdobrada em despesas correntes e de capital. As despesas correntes estão relacionadas com a manutenção dos equipamentos e com o funcionamento das unidades administrativas públicas, gastos relacionados com o pagamento de pessoal, de material de consumo e a contratação de serviços de terceiros e as transferências correntes. Já as despesas de capital estão relacionadas com a criação de bens patrimoniais ou de uso da população, com a construção de prédios, aquisição de imóveis para instalação dos serviços, investimentos destinados ao planejamento e à execução de obras públicas,

aquisição de instalações, equipamentos e material permanente, inversões financeiras e transferências de capital.

No subitem 2.2.3 são apresentados conceitos de políticas públicas. Assim, percebe-se a Política pública como um conjunto de ações desencadeadas pelo governo, nas escalas federal, estadual e municipal, com vistas ao bem coletivo, desenvolvidas para atender as necessidades da comunidade. As políticas públicas adotadas, implementadas, são essenciais para atender as expectativas de qualidade de vida dos cidadãos e com isto melhorar os indicadores sociais, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

No subitem 2.2.4 abordam-se os tipos de política públicas na visão Louwiniana (LOUWI 1964-1972) citado por Souza (2012), as políticas públicas distributivas que estão relacionadas ao oferecimento de serviços do governo que se propõem a beneficiar grupos pequenos ou indivíduos de distintas camadas sociais; políticas regulatórias que são criadas para avaliar alguns setores no intuito de criar normas ou implementar serviços, estão voltadas a legislação; políticas redistributivas que estão relacionadas redistribuição da renda, como isenção de alguma taxa ou imposto, programas habitacionais; políticas constitutivas são responsáveis pelos procedimentos, pela normatização, elas são necessárias para que as outras três políticas entrem em vigor.

No item 2.3 são discutidos os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico, sendo que, o crescimento econômico está relacionado a variação do Produto Nacional Bruto (PNB) e ao Produto Interno Bruto (PIB), enquanto que desenvolvimento econômico está relacionado a melhorias no âmbito social, relacionados com a qualidade de vida, educação, saúde, infraestrutura de uma região.

No subitem 2.3.1 é apresentado a proposta da Organização das Nações Unidas (ONU), cujo objetivo é de combater a extrema pobreza e outros males da sociedade. Com isto, a ONU elaborou os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) como a redução da pobreza, ensino básico universal, redução da mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater o HIV e a malária, sustentabilidade ambiental, e estabelecer parceria mundial para o desenvolvimento.

No subitem 2.3.2 aborda-se o conceito de desenvolvimento humano, a definição de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e sua composição: saúde, renda e educação. O IDH é um indicador que serve de comparação entre

determinadas localidades e que tem como objetivo medir o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida oferecida à população.

No subitem 2.3.3 apresenta-se o conceito e a metodologia do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Foi criado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) com o intuito de acompanhar o desenvolvimento dos municípios brasileiros. Segundo a Firjam (2015) esse índice é inspirado no IDH, e assim como ele avalia também o emprego e renda, a saúde e a educação, tendo como diferencial as variáveis selecionadas de forma a avaliar a realidade de cada município.

2.1 EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE

Para poder avaliar a eficiência dos gastos públicos da Microrregião de Feira de Santana, primeiro se faz necessário entender o conceito de eficiência, eficácia e efetividade, distinguir a diferença entre elas. Observa-se que as definições de eficiência, eficácia e efetividade são bastante utilizadas na literatura e estão relacionadas a estudos que envolvem a avaliação de desempenho. A eficiência está relacionada a fazer as atividades de tal forma que atenda aos objetivos declarados, ou seja, fazer bem as tarefas estipuladas, administrando bem os gastos para que não saia do controle previsto, buscando reduzir as perdas e o desperdício. A eficácia significa atender as metas estipuladas. É possível ser eficiente e não ser eficaz, isto, ocorre quando se realiza uma atividade e ela não atende as metas estipuladas. Também pode ocorrer o inverso, ser eficaz e não ser eficiente, isto ocorre quando os objetivos e metas são alcançados, porém as atividades, os gastos fogem do controle provocando perdas e desperdícios. “De maneira análoga, uma organização pode alcançar suas metas de lucros, mas ser ineficiente” (DALF, 1999, p. 39). Assim, um gasto público ou uma política pública pode ser altamente eficiente e não ser eficaz, pois os objetivos traçados não foram alcançados. Quanto a efetividade, ela está relacionada ao resultado esperado diante da percepção do cliente, da percepção de quem se destina o projeto ou a atividade.

De acordo com Sander (1995, p. 44). “O valor supremo da eficiência é a produtividade [...]. É eficiente aquele que produz o máximo com o mínimo de desperdício, de custo e de esforço, ou seja, aquele que, na sua atuação, apresenta uma elevada relação produto/insumo”. Assim, “a administração será eficiente na

medida em que ela for capaz de maximizar a captação e utilização de recursos financeiros e instrumentos tecnológicos (SANDER, 1995, p. 50)".

Quanto à efetividade Sander (1995, p.49) afirma que ela "parte de um compromisso real e verdadeiro com os objetivos sociais e as demandas políticas da comunidade". Isto nos submete ao entendimento de quanto maior o grau de participação da comunidade, maior será sua efetividade e maior sua capacidade política para responder concreta e imediatamente às necessidades e aspirações sociais.

Já Pires (2008, p.18) afirma que "é efetivo o gasto que soluciona problemas sentidos por indivíduos ou grupos sociais, melhorando suas posições relativas, proporcionando-lhes benefícios, poupando-lhes sacrifícios ou riscos".

Percebe-se que em relação aos gastos públicos, eles devem ser analisados sob o conceito da eficácia, da eficiência e da efetividade, sendo que a eficácia está relacionada ao alcance dos resultados, a eficiência está voltada a utilização dos recursos aplicados e a efetividade está direcionada a aplicabilidade dos gastos públicos, ou seja, se ela atendeu as perspectivas da população. Torres (2004, p. 175) afirma que "a efetividade, na área pública, afere em que medida os resultados de uma ação trazem benefício à população".

Segundo Megginson et al (1998, p. 11) "um administrador eficiente é o que consegue produtos mais elevados (resultados, produtividade, desempenho) em relação aos insumos (mão de obra, material, dinheiro, máquinas e tempo) necessários à sua consecução". Desta forma o administrador é denominado eficiente, pois há uma redução do custo dos recursos utilizados para alcançar o objetivo, além disto, o administrador consegue maximizar os resultados com determinada quantidade de insumos. Sander (1982, p.19) cita ainda que "A administração será tanto mais eficaz quanto maior for o seu sucesso no alcance dos objetivos".

Megginson et al (1998, p. 11) quanto a eficácia, afirmam que ela está relacionada "a capacidade de 'fazer as coisas certas' ou de conseguir resultados. Isto inclui a escolha dos objetivos mais adequados e os melhores meios de alcançá-los. Isto é, administradores eficazes selecionam as coisas 'certas' para fazer e os métodos 'certos' para alcançá-las".

Torres (2004, p. 175) demonstra dois conceitos para a área pública:

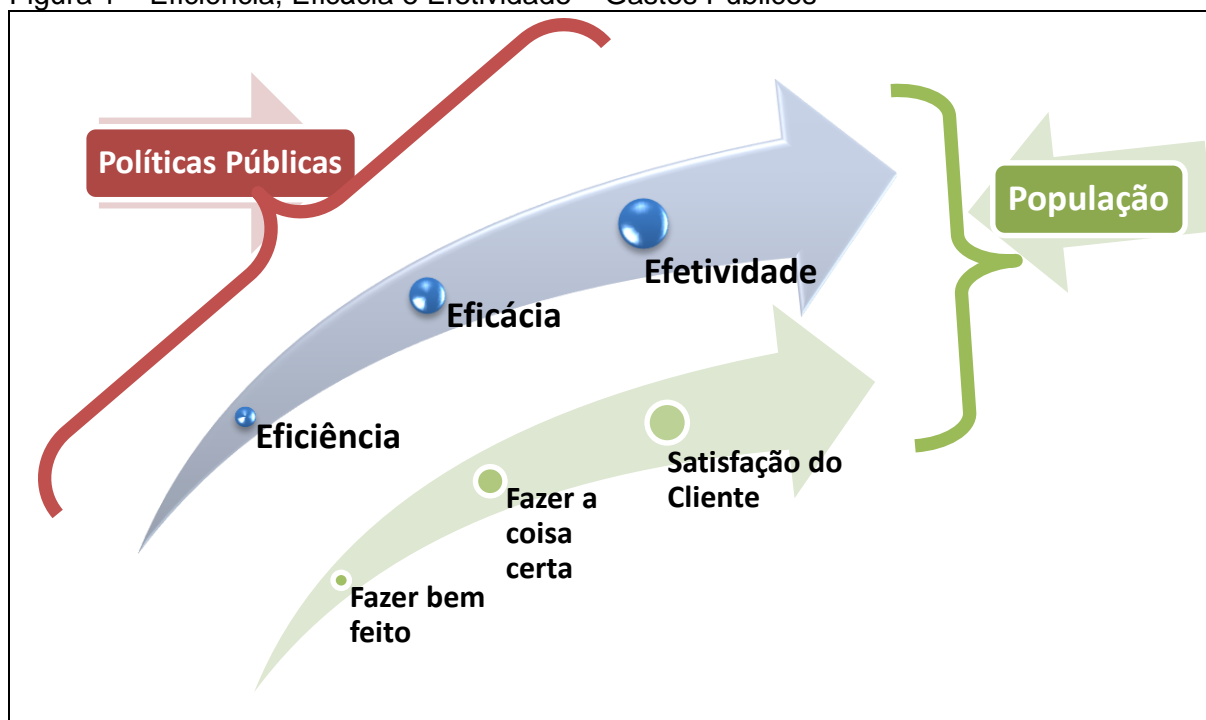
Eficácia: basicamente, a preocupação maior que o conceito revela se relaciona simplesmente com o atingimento dos objetivos desejados por determinada ação estatal, pouco se importando com os meios e mecanismos utilizados para atingir tais objetivos.

Eficiência: aqui, mais importante que o simples alcance dos objetivos estabelecidos é deixar explícitos como esses foram conseguidos. Existe claramente a preocupação com os mecanismos utilizados para obtenção do êxito da ação estatal, ou seja, é preciso buscar os meios mais econômicos e viáveis, utilizando a racionalidade econômica que busca maximizar os resultados e minimizar os custos, ou seja, fazer o melhor com menores custos, gastando com inteligência os recursos pagos pelo contribuinte.

Pires (2008, p.19) afirma que “é efetivo o gasto que soluciona problemas sentidos por indivíduos ou grupos sociais, melhorando suas posições relativas, proporcionando-lhes benefícios, poupando-lhes sacrifícios ou riscos”. Cada vez mais os gestores públicos buscam mecanismos que possam proporcionar uma melhor avaliação do desempenho social das instituições públicas, a fim de diminuir o desequilíbrio entre sociedade e atividades da gestão pública. Portanto, tal estudo pode confirmar a importância do governo como elemento transformador e de alavancagem do desenvolvimento econômico e social.

A figura 1 ilustra a relação das políticas públicas e o conceito de eficiência, eficácia e efetividade e seus reflexos na população.

Figura 1 – Eficiência, Eficácia e Efetividade – Gastos Públicos



Fonte: Elaborado pelo Autor (2015).

Diante da Figura 1 os gastos públicos adotados são denominadas eficientes quando os recursos aplicados são os mínimos possíveis, os gastos são reduzidos, não há perdas nem desperdícios na sua operacionalidade; a eficácia dos gastos públicos é alcançada quando o resultado, as metas e os objetivos são atingidos; a efetividade dos gastos públicos ocorre quando há satisfação positiva da população atingida pela política adotada, ou também, quando há melhorias sensíveis nos indicadores sociais e econômicos da região.

2.2 GASTOS PÚBLICOS

Os gastos públicos estão relacionados ao uso dos recursos públicos pelo governo para custear os serviços públicos prestados a sociedade. Nas últimas décadas observa-se uma crescente preocupação dos pesquisadores quanto a eficiência e a eficácia destes gastos, estudos estes relacionando os gastos públicos com a melhoria de qualidade de vida da população. Junto com o crescimento populacional, paralelamente, os gastos públicos também cresceram, e com isto, mais precisamente no ano de 2000 surgiu a LRF Lei de Responsabilidade Fiscal que impôs limites nos gastos orçamentários e uma maior transparência na prestação das contas públicas, o que passou a exigir dos governos uma política pública de melhor qualidade.

Wagner (1890) apud Cândido Júnior (2001, p. 235), afirma que:

A hipótese de Wagner, ou a Lei dos Dispendios Públicos Crescentes, defende que o crescimento da renda per capita (ou o desenvolvimento econômico em termos gerais) exige a participação cada vez maior do governo na oferta de bens públicos. Essa hipótese estaria baseada nos seguintes aspectos:

- a) Os bens públicos são em grande parte bens superiores (parques, equipamentos escolares e hospitalares, autoestradas, etc.). Com o aumento da renda haveria maior demanda por esses bens.
- b) Mudanças demográficas com a redução da taxa de mortalidade exigem, dos países, maiores gastos com a população idosa.
- c) Países com população jovem e com alta taxa de natalidade necessitam de maiores dispendios em educação (formação do capital humano).
- d) Os programas de redistribuição de renda, seguridade social e seguro desemprego são responsáveis por aumento da importância das transferências nos orçamentos públicos.

Deste modo, observa-se que com a evolução demográfica, com a redução da taxa de mortalidade ou com o crescimento da taxa de natalidade e demais indicadores, há um crescimento dos gastos públicos proporcionado por uma crescente demanda das necessidades da população. Este crescimento dos gastos públicos, conseqüentemente proporciona um crescimento das atividades do governo, que por sua vez são influenciadas pelo avanço da população, demandada por melhorias nos indicadores de bem estar social e econômico.

Silva (2011, p.247) diz que constituem gastos públicos “todos os desembolsos efetuados pelo Estado no atendimento de serviços e encargos assumidos no interesse geral da comunidade, nos termos da constituição, das leis, ou em decorrência de contratos ou outros instrumentos”. Assim, os gastos relacionados a quitação de dívidas públicas, gastos para atender as necessidades dos serviços criados no interesse e em benefício da comunidade, constituem gastos públicos, sendo que estes reduzem o patrimônio de forma definitiva.

De acordo com Kohama (2012, p.98) os gastos públicos “são fixados na Lei Orçamentária ou em leis especiais e destinados a execução dos serviços públicos e dos aumentos patrimoniais; a satisfação dos compromissos da dívida pública; ou ainda a restituição ou pagamento de importâncias recebidas a título de cauções, depósitos, consignações, etc”.

Para Slomski (2003, p. 318) gasto público é definido como:

Todo consumo de recursos orçamentários e extraorçamentários. São recursos orçamentários todos aqueles fixados pela Lei de Orçamento Anual (LOA) e são recursos extraorçamentários aqueles provenientes da geração de passivos financeiros, classificados como receita extraorçamentária, constituindo-se em despesa extraorçamentária quando do seu recolhimento ou pagamento a quem de direito. (SLOMSKI, 2003, p.318).

Já Silva (2012, p. 119) cita que gastos públicos “são gastos que a entidade de direito público realiza para manutenção de serviços existentes e para a criação, expansão e aperfeiçoamento da ação governamental, visando a satisfação das necessidades coletivas.”

Segundo Pires (2008, p.5) uma definição mais adequada de gasto público “deve repousar em sua característica essencial: a de ser ele estatal ou governamental, decidido pela sociedade através do mecanismo representativo da democracia”. Mais adiante, Pires (2008, p.6) afirma que:

Existem muitos tipos de gasto público; somente um (o público-estatal), porém, retém a característica que impõe a exigência de que seja decidido por meio dos mecanismos da democracia representativa (orçamentação) e de que se submeta, para sua realização, ao processo licitatório. (PIRES, 2008, p.6).

Desta forma, o gasto é determinado público não somente por objetivar o bem comum, o interesse público, mas também por ser contemplado com recursos públicos auferidos compulsoriamente, através dos tributos. Sempre que a despesa for dita pública, significa que esta despesa seja financiada por recursos puramente estatais, ou seja, ela deve constar no orçamento público e deve ser avaliada pelos gestores públicos.

Pesquisas recentes sobre eficiência dos gastos públicos em geral demonstraram que os resultados obtidos são relativamente sensíveis aos modelos utilizados para avaliação. A partir da análise dos estudos sobre eficiência dos gastos públicos constatou-se que não há um modelo consolidado que possa servir de exemplo único para os municípios, pois cada um tem suas particularidades. De acordo com Marinho (2003), Queiroz et al (2004), Rezende, Slomski e Corrar (2005) e outros, percebe-se que tem se buscado demonstrar como os gastos públicos estão sendo aplicados e o que eles tem proporcionado a população relacionados a satisfação do bem estar.

Assim, Bezerra e Diwan (2001) desenvolveram um trabalho cujo objetivo foi comparar os indicadores socioeconômicos das cidades brasileiras mais populosas. Tal comparação foi realizada por meio da utilização do IDH e da técnica estatística Análise Envoltória de Dados (DEA), cuja aplicação se deu no intuito de medir a eficiência da alocação dos recursos municipais.

Marinho (2003) buscou avaliar os serviços ambulatoriais e hospitalares nos municípios do estado do Rio de Janeiro relativos ao ano de 1998. Analisou a eficiência da prestação de serviços de saúde em 74 municípios do estado do Rio de Janeiro no referido ano, utilizando o modelo da DEA.

Já Queiroz et al (2004) buscaram analisar as políticas públicas do município de Feira de Santana relacionadas à qualidade de vida da população, expressa no índice de desenvolvimento humano, embasado em qualidade de vida, políticas públicas e cidadania. Com um estudo descritivo, explora aspectos quantitativos e qualitativos através da análise da Lei Orgânica, do orçamento municipal e de entrevistas com secretários do município, no período de 1993 a 2003.

No trabalho de Rezende, Slomski e Corrar (2005) o objetivo foi diagnosticar e analisar as variáveis condicionantes entre as políticas públicas e o nível de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios do Estado de São Paulo, utilizando como variáveis os investimentos realizados e as características socioeconômicas dos municípios, analisando os dados através da regressão logística. Em suas considerações finais, explicitou que as políticas públicas desenvolvidas são decorrentes das metas estabelecidas nas conferências mundiais da ONU e que os investimentos realizados pelo poder público são escassos, sendo que os mesmos se tornam cada vez mais imprescindíveis à gestão social.

Com relação a estudos referentes a eficiência dos gastos públicos, Santos (2008) buscou comparar a eficiência dos gastos públicos com saúde dos municípios brasileiros, evidenciando quais deles melhor aproveitam seus recursos, comparando orçamento público com a qualidade da saúde da população, com base nas variáveis educação, renda média e condições de saneamento, porém o objetivo era demonstrar a ineficiência dos municípios.

Faria, Januzzi e Silva (2008) no seu trabalho relacionado ao campo das políticas públicas apresentou os indicadores e modelos propostos para análise da eficiência dos gastos sociais, tendo como tema a saúde, a educação e saneamento.

Almeida (2008) buscou avaliar o desempenho das políticas públicas adotadas pela gestão pública direcionadas as Micros e Pequenas Empresas, comparando as empresas assistidas pelo projeto de desenvolvimento com as empresas não assistidas.

Junior, Irffi e Benegas (2011) buscaram avaliar a eficiência técnica dos gastos municipais per capita em educação, saúde e assistência social para os municípios cearenses, com o objetivo de demonstrar resultados voltados a diminuir o gasto público e manter o nível de eficiência na prestação dos serviços à comunidade cearense.

Rodrigues e Peixoto (2011) apresentaram um trabalho, cujo objetivo era verificar como o setor público, através dos gastos públicos, influenciava as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nos municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Silva et al (2012) em seu trabalho teve como objetivo avaliar a eficiência na alocação dos recursos destinados à educação, saúde e habitação, tomando como universo de análise um conjunto expressivo de municípios mineiros.

Savian e Bezerra (2013) apresentaram uma pesquisa na qual buscavam avaliar a eficiência dos gastos públicos com a educação nas séries iniciais do ensino fundamental nos municípios do Estado do Paraná, nos anos de 2005 e 2009.

Souza et al (2013) apresentaram um artigo que tinha como objetivo geral analisar a eficiência dos gastos públicos em assistência hospitalar, um estudo voltado as capitais brasileiras no período de 2008 a 2010, na qual buscou demonstrar que o aumento nos custos da área de saúde tem sido fonte constante de preocupação dos gestores, sendo notória a necessidade de controlar os gastos e melhorar a alocação dos recursos disponíveis.

Ervilha, Alves e Gomes (2013) buscaram demonstrar que utilizando a eficiência como indicador de análise, os resultados podem ser melhores e há o surgimento de novos meios para se alcançar um desenvolvimento municipal. Indica ainda que serviços mais eficientes podem, sim, gerar um grande impacto na busca pelo desenvolvimento municipal.

Oliveira (2013) buscou avaliar qual a importância das fontes de rendas do trabalho associadas a escolaridade e das fontes de renda não relacionadas ao trabalho sobre a queda na desigualdade de renda regional. Cita ainda que as políticas públicas adotadas são ineficientes, com isto os problemas em relação a desigualdade regional persistem ao longo do tempo e tem impacto direto sobre o bem estar da população.

Lima e Souza (2014) em seu projeto de pesquisa apresentaram uma análise do princípio da eficiência como fundamento para a política pública e a efetividade do direito a saúde. O estudo buscou demonstrar como pode ser aplicado o princípio da eficiência por meio das políticas públicas em prol da saúde brasileira, apontando os principais pontos negativos e positivos da administração.

Observa-se que diante do exposto, referente a estudos recentes relacionados a análise da eficiência dos gastos públicos direcionados a saúde, educação e trabalho e renda, que não há um consenso tanto na seleção das variáveis explicativas como nas variáveis dependentes, não há consenso na metodologia aplicada para avaliar a eficiência dos gastos, o que proporciona um resultado variado em função dos dados utilizados para análise, porém todos os métodos utilizados são justificáveis, pois possuem certo grau de confiança nos resultados apresentados.

Assim, com base nos estudos recentes, foi possível identificar e estabelecer

as variáveis mais comumente usadas para explicar a eficiência dos gastos públicos realizados pela MRFSA, bem como, definir a metodologia aplicada.

2.2.1 Tipos de Gastos – Produtivos e Improdutivos

Para avaliar a eficiência dos gastos públicos na Microrregião de Feira de Santana é preciso entender o conceito de Gastos produtivos e improdutivo. Enquanto os gastos produtivos estão relacionados aos benefícios sociais gerados pelos bens públicos com o menor custo possível, já os gastos improdutivo referem-se ao desperdício, ao uso indevido dos recursos públicos, ocasionando um custo superior ao que foi previsto. Rocha e Gilberti (2007) afirma que os gastos são, em geral, classificados em “produtivos” e “improdutivos”, de acordo com o seu efeito sobre o nível de atividade, sendo que os gastos produtivos tem impacto positivo e os gastos improdutivo tem impacto negativo sobre o crescimento e desenvolvimento econômico.

Segundo Pires (2008, p.13) “para avaliar a qualidade do gasto público é necessário, preliminarmente, admitir que esse gasto não seja desqualificado por natureza, não é necessariamente negativo, nocivo, injusto, ineficiente ou propenso a causar prejuízos, como com frequência se afirma, no interior de um debate ideológico interminável”. Assim, na elaboração do orçamento, na definição dos gastos, é preciso identificar os benefícios que serão gerados, a quem se destina tal gasto.

Segundo Chu et al (1996) apud Cândido Júnior (2001, p. 241),

Gastos produtivos são aqueles utilizados de forma que atendam a os objetivos a que se propõem, com o menor custo possível. Por exemplo: qual seria o menor custo de um programa de merenda escolar, o qual atendesse a 100 mil crianças no ensino fundamental? Esse é o caso em que o governo atende diretamente à população (produção pública). Se o governo terceiriza serviços (provisão pública), a ênfase do conceito de produtivo recai nas compras ou nos processos de licitação. De um modo geral, os gastos produtivos são aqueles em que os benefícios marginais sociais dos bens públicos ou produtos públicos são iguais aos custos marginais para obtê-los. O conceito de gastos improdutivo é dado pela diferença entre o gasto efetivo e o gasto que minimiza o custo na obtenção do mesmo objetivo. Se R\$ 1,2 milhão foi gasto para construir uma ponte, e se o seu custo mínimo é de R\$ 1 milhão, o gasto improdutivo foi de R\$ 200 mil. Esse é um desperdício para a sociedade que tem um custo de oportunidade, ou seja, a aplicação desse recurso em outra finalidade. (CHU et al 1996 apud CÂNDIDO JÚNIOR, 2001, p. 241).

Desta forma, conforme Cândido Júnior (2001) percebe-se que a existência de gastos improdutos são proporcionados pela falta de conhecimento técnico do pessoal, pelas deficiências do processo orçamentário, seja ele técnico, operacional ou político, pela paralisação de obras provenientes pela falta de recursos ou pela não previsão de riscos, até mesmo por atos de corrupção, entre outras.

Oliveira e Marques Júnior (2001, p.5) citam que “o gasto público é improdutivo quando o setor público investe recursos em áreas que rivalizam com o setor privado, tais como a produção de bens e serviços”. Desta forma, os gastos públicos são considerados ineficientes devido a baixa produtividade ou devido a existência de grupos que se apropriaram dos benefícios gerados pelo recurso público que deveria beneficiar a todos ou a população. Não podemos esquecer que os gastos públicos se originam de uma decisão política em que alguns grupos são mais influentes do que outros, são os grupos de interesses chamados autores de políticas públicas.

Oliveira e Marques Júnior (2001, p.5.) afirmam que:

O gasto público é produtivo quando entra como argumento (positivo) na função de produção local ou quando entra diretamente na função utilidade dos consumidores. Observam que o gasto público produtivo pode assumir três formas:

- 1) bem público típico - bem que pode ser utilizado por todos os cidadãos e empresas, ou seja, não existe rivalidade.
- 2) bem privado - bens ofertados pelo governo que são rivais ou excludentes.
- 3) ou bem público parcialmente excludente - bem sujeito ao fenômeno do congestionamento como no caso de estradas, aeroportos, etc. (OLIVEIRA; MARQUES JÚNIOR, 2001, p. 5.).

Desta forma, os gastos em educação, infraestrutura, saúde, por gerarem perspectivas positivas, por serem bens rivais e excludentes, são capazes de promover melhorias nos indicadores sociais, neste caso, podem ser exemplos de gastos produtivos.

De acordo com Candido Junior (2001) existem algumas medidas que afetam a produtividade dos diversos tipos de gastos públicos.

Quadro 1 – Medidas que afetam a produtividade dos gastos públicos – de acordo com Candido Júnior (2001)

MEDIDAS QUE AFETAM A PRODUTIVIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS - DE ACORDO COM CANDIDO JUNIOR (2001)	
AÇÕES	REFLEXOS
1) Reduzir excesso de funcionários	Reduzir gasto com pessoal, isto gera desestímulo, perda de pessoas qualificadas e bem treinadas e corrupção. Mais produtivo seria reduzir o excesso de funcionários (principalmente os inaptos) e elevar os salários dos mais competentes.
2) Destinação dos subsídios	Os subsídios e as transferências são geralmente utilizados com objetivo redistributivo: incentivar a instalação de indústrias ou de fábricas em uma região, garantir a renda de um determinado setor produtivo (como a agricultura), e reduzir a pobreza (benefícios assistenciais). No entanto, muitos dos programas de subsídios e de transferências podem não ser bem focalizados e acabar beneficiando pessoas que estão acima da linha de pobreza (por exemplo: subsídio no financiamento da casa própria que gerou o passivo do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS).
3) Alocação dos investimentos públicos	Os investimentos públicos, para serem eficientes, devem ser alocados em setores que geram externalidades positivas, e devem ser complementados pelos investimentos privados em vez de competir com eles. A infraestrutura e os gastos em pesquisa & desenvolvimento são exemplos clássicos de investimentos públicos que complementam os investimentos privados. Dispendios em educação básica também podem ser considerados investimento público na formação de capital humano.
4) Realocação dos recursos com a educação	Realocação de recursos da educação universitária para a educação primária poderia aumentar o bem-estar social.
5) Aumentar os gastos em saúde	Aumentar os gastos em saúde preventiva e primária, cujo retorno é elevado, e cujos custos por habitante são baixos. É uma forma mais eficiente de tornar a população mais saudável, principalmente nas regiões mais pobres.
6) Redução dos gastos administrativos	Programas sociais ineficientes decorrente da grande proporção de gastos na atividade-meio em detrimento das atividades-fim. Com isso, gastos elevados com pessoal e com atividades administrativas acabam tomando recursos destinados a atender diretamente aos objetivos finais - recursos destinados à compra de equipamentos escolares, como livros, observou-se clara escassez. O mesmo problema foi constatado na área de saúde, que se ressentia de uma maior quantidade de clínicas e de postos de saúde, enquanto à área administrativa era destinada a maior parte dos gastos totais.

Fonte: Candido Júnior, Adaptado pelo Autor (2001).

Conforme Candido Júnior (2001, p. 248) “quando se inclui na definição de gastos públicos os investimentos das administrações públicas é possível observar que o impacto das despesas sobre o desenvolvimento é positivo e significativo”.

Mais adiante, Candido Júnior (2001, p. 258) cita que:

Os gastos em infraestrutura, em educação e em saúde podem ser enquadrados nessa categoria. Além disso, a eficiência do setor privado pode ser influenciada indiretamente pela presença de um sistema de regulação e de bens públicos, como leis e segurança nacional, que garantam os contratos, gerem ambiente propício ao desenvolvimento e corrijam as falhas de mercado. (CANDIDO JÚNIOR, 2001, p. 258).

Sob o ponto de vista da economia em longo prazo “o gasto improdutivo é um entrave ao desenvolvimento da economia, pois representa um uso estéril de um excedente que de outra forma seria investido na ampliação da capacidade produtiva futura da economia (SERRANO, 2001, p.8)”.

Segundo Pires (2008, p. 16) as dimensões qualificadoras do gasto público podem ser agrupadas, de acordo com sua natureza, em técnicas e políticas:

As dimensões técnicas são aquelas relacionadas aos esforços para que o gasto público seja praticado de acordo com a melhor relação custo-benefício (comprar bem e barato), resolvendo os problemas a que se propõe com as aquisições objeto de gasto. Trata-se de igualar, tanto quanto possível, a despesa pública, em seus esforços e efeitos, à despesa privada. As dimensões políticas são exatamente aquelas que se tornam exigências qualificadoras dos gastos públicos por serem eles decididos e efetivados por alguém ou por um grupo (agente) em nome de outro ou outros interessados (principal). São dimensões que procuram evitar o desvio de finalidades. (PIRES, 2008, p. 16).

Pires (2008, p. 17) cita que “a eficiência e a eficácia são necessárias, concomitantemente, à economicidade. Se uma delas faltar, o gasto – tanto público como privado, na verdade – não respeitará os princípios da economia”. Desta forma, a eficiência está relacionada a uma boa utilização dos recursos com a perspectiva de seja obtida uma máxima produtividade, uma otimização dos recursos, enquanto que a eficácia seria atender os objetivos e os prazos estabelecidos proporcionando uma satisfação a população gerado pelo gasto público.

Assim, observa-se que há uma relação entre os gastos produtivos e improdutivos com a definição de eficiência, pois eles estão relacionados a qualidade dos gastos público, ao direcionamento dado ao gasto público com o objetivo de atender as necessidades da população. Também há uma relação com os indicadores sociais, com o Índice de Desenvolvimento Humano, pois os gastos tem

relação com a melhoria das condições de vida, uma vez que é um dever da gestão pública proporcionar o bem estar social da comunidade.

2.2.2 Classificação dos Gastos Públicos

De acordo com Silva (2011, p.250) os gastos públicos podem ser classificados com base em dois enfoques:

Enfoque Orçamentário, a despesa corresponde ao fluxo que tem origem na utilização do crédito consignado na Lei Orçamentária ou em crédito especiais e extraordinários abertos posteriormente.

Enfoque Patrimonial, as despesas são decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de saída de recursos ou redução de ativos ou incrementos em passivos, que resultem em decréscimo do patrimônio líquido e que não sejam provenientes de distribuição aos proprietários da entidade.

Em relação ao enfoque orçamentário, as decisões orçamentárias devem estar baseadas nas necessidades atuais e futuras, isto amparado pela LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 16) cita que atos voltados para criação, expansão ou aperfeiçoamento que acarretem aumento da despesa devem vir acompanhados de estimativas do impacto no orçamento, no exercício que ela deva entrar em vigor e nos dois exercícios subsequentes. Já o enfoque patrimonial pressupõe que a despesa deva ser registrada no momento em que ela ocorreu, o que corresponde a efetiva entrega dos bens e serviços, independente do pagamento.

Kohama (2012, p.99) classifica a despesa, quanto a sua natureza, em dois grupos:

-Despesa Orçamentária, no qual depende de autorização legislativa despesa discriminada e fixada no orçamento público.

-Despesa Extraorçamentária, no qual independe de autorização legislativa, se constitui em saídas do passivo financeiro, compensatórias de entradas no ativo financeiro, oriundas de receitas extraorçamentárias. (KOHAMA, 2012, p.99).

A Portaria Ministerial 163/2001, em seu artigo 3º, dispõe sobre a classificação da Despesa Orçamentária quanto a sua natureza, no qual ela compõe-se de:

- a) categoria econômica - despesas correntes e despesas de capital.
- b) natureza da despesa - agregam os elementos de despesas que apresentam as mesmas características do gasto.

c) elementos de despesas - que identifica os gastos de forma detalhada, é a natureza da despesa desdobrada.

Segundo Silva (2012) quanto a categoria econômica, o gasto público se apresenta de duas formas, em Despesas Correntes – gastos que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital, são destinadas a conservação e manutenção do bem público e as Despesas de Capital – gastos que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital ou adicionar um valor a um bem já existente.

Rodrigues e Peixoto (2011, p.250-251) afirma que:

A despesa corrente é toda operação destinada a manutenção e ao funcionamento dos serviços públicos, bem como as relacionadas com obras de conservação, adaptação e manutenção dos bens móveis e imóveis. A despesa de capital são as dotações para o planejamento e execução das obras, inclusive as destinadas a aquisição de imóveis considerados necessários a realização destas últimas, aquisições de instalações, equipamentos e material permanente. (RODRIGUES; PEIXOTO, 2011, p.250-251).

A Lei do Orçamento nº 4.320 de 17 de março de 1964 (estatuí normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, de acordo com o disposto no art. 5º, inciso XV, letra b, da Constituição Federal), em seu art. 12, estabelece que, quanto a categoria econômica, a despesa será classificada em:

- Despesas Correntes: Despesas de custeio e as Transferências correntes.
- Despesas de Capital: Investimentos, Inversões Financeiras, Transferências de Capital.

2.2.3 Políticas Públicas

Neste item, a intenção é apresentar o conceito de políticas públicas, que está relacionado a um conjunto de ações do governo que devem ser contempladas na elaboração do orçamento, ou ainda, a política pública pode ser definida como uma integração de atividades dos governos que impactam na vida da população a que ela se destina.

Souza (2006), Faria (2003), Frey (2000), Melo (1999) citam que nos últimos anos a discussão sobre políticas públicas vem crescendo nos meios acadêmicos e na sociedade, cada vez mais se discute os tipos, modelos adotados pela gestão

pública e o seu resultado, principalmente a partir da década de 80 quando foi aprovada a Constituição Federal de 1988, que descentralizou a política administrativa e fomentou a participação da sociedade por meio de organizações na formulação de políticas públicas.

Com a descentralização político-administrativa, nas pesquisas recentes referentes aos gastos e políticas públicas, há uma expectativa de maior eficiência e eficácia, ou seja, os gastos e as políticas públicas passaram a ser elaboradas pelas entidades federativas (municípios), com isto, elas tem uma maior proximidade com a população, assim os municípios podem junto com a sua comunidade, estabelecer políticas públicas que atendam aos interesses comuns. Desta forma, cabe ao Governo Federal implantar os princípios, as normas que devem ser acompanhadas pelos municípios.

Cavalcanti (2012, p. 33) afirma que “política pública é um processo contínuo de tomada de decisões, e de forma complementar, o fato de que a política pública deve ser entendida como um conjunto de ações interligadas”.

Souza (2006, p. 20-45) afirma que a definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o que, por que e que diferença faz.

Observa-se que o conceito de políticas públicas está relacionada as políticas de governo e suas ações para o bem comum da sociedade, ou seja, as políticas públicas devem ser pensadas, planejadas, elaboradas, com o objetivo de atender as necessidades e as perspectivas de sociedade, buscando o desenvolvimento econômico, relacionado ao bem estar da sociedade, melhorando assim os indicadores sociais e a qualidade de vida da população.

Cavalcanti (2012, p. 37) cita que “as políticas públicas compreendem um conjunto de procedimentos (estratégias e recursos, etc) que são destinados a resolução em torno da alocação de bens e recursos públicos visando responder as demandas que pressionam o sistema político”.

De acordo com Souza (2006, p. 20-45), a área de políticas públicas teve a influência de quatro pensadores no qual ela denomina de “Fundadores” ou “Pais da Política Pública” que são Laswell, Simon, Lindblom e Easton. Laswell (1936) buscou a interação entre o conhecimento acadêmico e a realidade política, Simon (1957) enfatizou que a administração pública no processo de decisão é limitada devido a

sua racionalidade e interesse próprio, Lindblom (1979) inseriu novas variáveis na elaboração das análises das políticas públicas, e Easton (1965) demonstrou as relações entre o resultado das políticas públicas adotadas pelos partidos influenciados pelos grupos de interesse.

Percebe-se que a gestão pública ou administração pública elaboram suas políticas públicas focadas nos problemas que são considerados prioridades para o seu governo, assim, estes problemas ou conflitos são inseridos na agenda para serem avaliados e ao mesmo tempo discutidas as ideias do que se deve fazer com eles, sempre visando atender aos interesses da população ou de um grupo de interesse.

Desta forma, as políticas públicas são as ações, as metas implementadas pela administração pública, sejam elas nas três esferas, União, Estado e Município, com o objetivo de atender as perspectivas, as necessidades comuns, o bem-estar da população. Com a Constituição Federal de 1988, estas ações da administração pública, as políticas públicas passam a ter influência da sociedade, pois, a melhora de qualidade de vida e do bem-estar da população passa a ser definido pelo governo com a influência e apoio da sociedade.

As políticas públicas são ações governamentais dirigidas a resolver determinadas necessidades públicas. As políticas podem ser sociais (saúde, assistência, habitação, educação, emprego, renda ou previdência), macroeconômicas (fiscal, monetária, cambial, industrial) ou outras (científica e tecnológica, cultural, agrícola). Usualmente o ciclo das políticas é concebido como um processo de formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. (GELINSKI ; SEIBEL, 2008, p.2).

Assim, percebeu-se que não há um consenso na literatura quanto à definição de políticas públicas, porém todas elas se baseiam no problema público, em uma política voltada a oferta de bens e serviços que possam desencadear melhorias na qualidade de vida da população, que seja capaz de alavancar os indicadores sociais, gerando assim, desenvolvimento. A essência da política pública é o problema público, é isto que define se a política é pública ou não, ela deve estar relacionada ao problema público.

2.2.4 Tipos de Políticas Públicas

A efetividade das políticas públicas estão relacionadas a reação da sociedade diante da aplicabilidade e do resultado destas. Louwi (1964-1972) apud Souza (2006, p. 27-29) afirma que a política pública pode assumir quatro formatos; políticas distributivas; políticas regulatórias; políticas redistributivas; políticas constitutivas. A figura 2 demonstra os tipos de políticas públicas segundo Louwi.

Figura 2 – Tipos de Políticas Públicas de LOUWI



Fonte: Elaborado pelo autor (2015).

Souza (2006, p. 28) cita que quanto “as políticas distributivas, decisões tomadas pelo governo que desconsideram a questão dos recursos limitados, geram impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões em detrimento do todo”. Frey (2000, p.223) diz que “em geral, políticas distributivas beneficiam um grande número de destinatários, todavia em escala relativamente pequena; potenciais opositores costumam ser incluídos na distribuição de serviços e benefícios”. Elas beneficiam uma grande parcela da sociedade, mas em pequena escala e com um grau de conflito baixo, isto significa que neste tipo de

política não há grupos ganhadores ou perdedores. Secchi (2013, p.25) diz que as políticas distributivas geram benefícios concentrados para alguns grupos de atores e custos difusos para toda a coletividade e ou contribuintes.

Referente as políticas regulatórias, Souza (2006, p. 28) diz que elas “são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse”. Segundo Frey (2000, p.224) “as políticas regulatórias trabalham com ordens e proibições, decretos e portarias. Os efeitos referentes aos custos e benefícios podem ser distribuídos de forma igual equilibrada entre os grupos e setores da sociedade, do mesmo modo como também as políticas podem atender a interesses particulares e restritos”. Secchi (2013, p.25) diz que as políticas regulatórias “estabelecem padrões de comportamento, serviço ou produto para atores públicos e privados”.

Quanto às políticas redistributivas, Souza (2006, p.28) afirma que “elas atingem maior número de pessoas e impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais e ganhos incertos e futuro para outros; são, em geral, as políticas sociais universais, o sistema tributário e o sistema previdenciário e são as de mais difícil encaminhamento”. Já Frey (2000, p.224) esclarece que “o processo político que visa a redistribuição costuma ser polarizado e repleto de conflitos”. De acordo com Secchi (2013, p.25) a políticas redistributivas concedem benefícios concentrados a algumas categorias de atores e implicam custos concentrados sobre outras categorias de atores.

As políticas constitutivas, segundo Souza (2006, p.28) referem-se a procedimentos, elas seriam a normatização das outras três, regulamentam, estabelecem normas e princípios, procedimentos, para que as políticas distributivas, redistributivas e regulatórias possam entrar em vigor. Frey (2000, p.224) confirma que “as políticas constitutivas determinam a regra do jogo e com isso a estrutura dos processos e conflitos políticos, isto é, as condições gerais sob as quais vem sendo negociadas as políticas distributivas, redistributivas e regulatórias”. Segundo Secchi (2013, p.26) as políticas constitutivas “definem as competências, jurisdições, regras da disputa política e da elaboração de políticas públicas”. Entende-se por grupo de atores os políticos, juízes, partidos políticos, grupos de interesse, comunidades, ou seja, são grupos que fazem parte do sistema Político, que fazem reivindicações, ou que executam as ações que serão transformadas em políticas públicas.

A figura 3 esclarece, retrata estas considerações, demonstrando os atores no processo de políticas públicas.

Figura 3 - Categoria de Atores no Processo de Políticas Públicas



Fonte: Adaptado pelo autor Secchi (2013, p.101).

De acordo com Secchi (2013) estes atores desempenham um papel no ambiente político, conhecido como arena política, são estes atores que tem a capacidade de influenciar o conteúdo e o resultado de uma política pública, são eles que determinam a agenda política, elaboram propostas, ideias, sugestões, tomam decisões e que executam as ações:

- a) os políticos identificam o problema público e decidem quais políticas públicas serão adotadas;
- b) os burocratas tem o papel de manter administração pública ativa;
- c) os juízes tem a prerrogativa de interpretar a lei, assim, determinar se sua aplicação é justa ou não;
- d) grupos de interesse ou de pressão, influenciam na formatação das políticas públicas, são os sindicatos, associações, grupos feministas, etc.;
- e) os partidos políticos influenciam nas decisões governamentais;
- f) a imprensa, a mídia, assume o papel de difusor de informações, pratica também o jornalismo investigativo, denunciando a corrupção e as melhores políticas públicas;

g) centros de pesquisa ou *Think Tanks*, atuam na produção e disseminação do conhecimento.

De acordo com Secchi (2013, p. 115) existe ainda os “*Policytakers* que são os destinatários das políticas públicas, são os indivíduos, grupos e organizações para os quais a política pública foi elaborada”. Os destinatários são denominados como categoria passiva, pois eles recebem mais influência das políticas públicas adotadas e tem pouca influência no processo de elaboração.

Para que possamos entender os reflexos provenientes da realização dos gastos públicos, do bom uso dos recursos públicos, no subcapítulo a seguir, serão abordados os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico. O desenvolvimento econômico está relacionado à evolução dos indicadores sociais e econômicos proporcionados por políticas públicas voltadas a satisfação da população.

2.3 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Para entendermos a eficiência dos gastos públicos e sua relação com o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) é preciso compreender também o conceito de Crescimento Econômico e de Desenvolvimento econômico, pois estes tem envolvimento direto com a definição de IFDM, além disto, é importante entender estes dois conceitos, pois o objetivo desta dissertação é a avaliar a eficiência dos gastos públicos realizados pela Microrregião de Feira de Santana e se estes influenciaram para a evolução do IFDM.

Assim, o crescimento e desenvolvimento econômico são dois termos que avaliam o desempenho de uma região, porém se distinguem, enquanto o crescimento está relacionado a variação do Produto Nacional Bruto (PNB) ou do Produto Interno Bruto (PIB), o desenvolvimento refere-se a dados econômicos, sociais e políticos de uma região, de uma localidade.

Para Passos e Nogami (2005), é necessário um conjunto de fatores para que uma economia venha a obter resultados positivos, um crescimento econômico, e não apenas um aumento do PIB. Estes autores, ainda conceituam o crescimento econômico como o processo de crescimento do PIB per capita, em função da melhoria do padrão de vida da sociedade e pelas alterações essenciais que possam ocorrer na estrutura da atividade econômica.

Rosseti (2003, p. 594) define o PIB como “o resultado final das atividades econômicas de produção realizadas dentro do território econômico do país, não incluídas as transações intermediárias. É a totalização do valor adicionado bruto pelas empresas, com inclusão de impostos indiretos líquidos, dentro de um conceito amplo de território”. Neste caso, a diferença básica entre PNB e PIB encontra-se na renda líquida enviada ao exterior, o que não é considerado na formulação do PIB.

Os cálculos do PIB no país são feitos e divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que é um órgão do governo que tem como objetivo principal de a população de um país as informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania. Porém, vale ressaltar que cada nação tem o seu próprio órgão ou instituto para o cálculo do mesmo. Uma das fórmulas utilizadas para calcular o PIB, é somar o consumo privado, com a totalidade de investimentos realizada no período, além dos gastos do governo e o volume das exportações, tudo isso subtraído pelo volume das importações.

Esse é o indicativo mais utilizado para se afirmar que está ocorrendo crescimento econômico, além de ser um indicador macroeconômico de valor, ou seja, o resultado do coeficiente da quantidade de bens e serviços produzidos por seus respectivos preços.

Outro elemento relevante é o crescimento populacional, que segundo Passos e Nogami (2005, p.552) define sua importância da seguinte maneira:

[...] um aumento do Produto Nacional maior que o aumento da contingente populacional, em termos proporcionais, implica crescimento do produto per capita, ou seja, constata-se um crescimento da economia. No sentido contrário, se esse aumento do produto for proporcionalmente menor do que o aumento da população, haverá redução no produto per capita e, conseqüentemente, redução na taxa de crescimento.

O crescimento econômico é medido por indicadores quantitativos, em geral, é calculado pela evolução do PIB, já que este mede a produção de um país e seu nível de atividade econômica.

Gremaud (2007, p.59) cita ainda que o “crescimento econômico está relacionado à produção de bens e serviços que visam atender as vontades humanas”, desta forma, a ideia é que quanto mais se produzir, quanto maior a quantidade produzida, melhores devem ser as condições de existência das pessoas. Porém, não podemos deixar de levar em consideração o tamanho da população de

um país, de uma região ou localidade, pois, o seu tamanho tem relação com o crescimento econômico. A quantidade produzida por uma região com uma população pequena não precisa ser tão grande quanto a de uma região com uma população relativamente grande. A produção pode ser menor, porém, o acesso a bens e serviços ofertados a população individualmente atinge a uma parcela bem maior desta, o que provoca um maior grau de satisfação humana. Deste modo, entramos com o conceito de PIB per capita que é justamente esta relação entre o que foi produzido e a população de uma determinada localidade ou região.

Gremaud (2007, p. 59) define o PIB per capita como “a produção de um país dividida pelo número de habitantes deste país”. Assim, quanto maior o PIB per capita de uma região mais desenvolvido pode ser considerado esta região. Porém, devemos lembrar que o PIB per capita é uma média, ou seja, o PIB dividido pela população total de uma região, com isto alguns fatores não são considerados na sua elaboração, principalmente fatores relacionados a distribuição de renda. Nem todas as pessoas tem acesso aos serviços ofertados, assim, temos que levar em consideração que existem partes da população que tem renda baixa, outras possuem renda alta, média, conseqüentemente, quanto mais esta renda se concentrar nas mãos de poucos, menos desenvolvido deverá ser considerada a região.

Alguns elementos também são importantes para que economia possa produzir bens e serviços em quantidade necessária e suficiente para atender a demanda da sociedade como um todo. Dentre eles, podemos citar a existência do capital físico, que segundo Vasconcellos (2002, p. 403):

[...] tem sido sempre o centro das explicações para o progresso econômico, simplesmente por causa da presença notável de maquinário e de equipamentos sofisticados e abundantes em países ricos e de sua escassez e ausência em países pobres.

Uma das fontes de crescimento é o avanço da tecnologia empregada, que pode vir a determinar a quantidade máxima que um país pode produzir com base nos seus recursos disponibilizados.

Para Passos e Nogami, (2005, p. 553):

O progresso tecnológico tem permitido significativas mudanças na forma e na quantidade de utilização dos fatores tradicionais de produção, trazendo

para o campo da economia um novo elemento classificado como produtividade do trabalho.

Quanto ao grau de desenvolvimento econômico de um país, este pode ser medido por um amplo conjunto de indicadores, tais como PIB per capita, índice de analfabetismo, taxa de poupança, peso relativo da agricultura ou até mesmo a taxa de crescimento da população (MOCHÓN, 2007).

Bresser Pereira (2006) cita que desenvolvimento econômico é o processo histórico de crescimento sustentado da renda ou do valor adicionado por habitante implicando a melhoria do padrão de vida da população.

Segundo Passos e Nogami (2005), o desenvolvimento econômico deve ser analisado por indicadores que reflitam mudanças na qualidade de vida da população de uma economia, pois implica no aumento na quantidade de bens e serviços produzidos por um determinado período de tempo, ou seja, mudanças de caráter qualitativo.

Souza (2007, p. 251) define o desenvolvimento econômico:

Desenvolvimento econômico define-se por crescimento econômico contínuo, superior ao crescimento demográfico, envolvendo mudanças e melhorias de estruturas e indicadores econômicos, sociais e ambientais. Ele se caracteriza como um fenômeno de longo prazo, implicando o fortalecimento da economia nacional, o aumento da economia de mercado e a elevação geral da produtividade e do nível de bem-estar social, com preservação do meio ambiente.

Alguns indicadores tradicionais compreendem três grandes grupos, Vitais, Econômicos e Sociais, cujos conceitos seguem as definições estabelecidas pelo Banco Mundial, como visto em Passos e Nogami (2005). No primeiro grupo, denominado como “Vitais”, apresenta-se os seguintes indicadores:

- a) Esperança de vida ao nascer: indica o número de anos que um recém-nascido viveria, considerando-se os padrões de mortalidade vigentes a época do seu nascimento.
- b) Taxa de mortalidade infantil: representa o número de crianças que morram antes de completar 1 ano, em um grupo de mil nascidos vivos, em determinado período de tempo.
- c) Estrutura etária da população: mostra-nos a proporção da população total entre as idades de 15 e 64 anos, que representam a chamada população economicamente ativa;
- d) Taxa média anual de crescimento populacional: calculada pelo método exponencial entre os extremos de determinado período de tempo. (PASSOS ; NOGAMI, 2005, p. 555).

Com base nas informações de Passos e Nogami (2005), os outros dois grupos são os “Econômicos” e “Sociais”. No primeiro, os indicadores econômicos são os de disponibilidade de bens e serviços, na qual é um grupo de elementos que permitem o bem-estar da sociedade, como serviços básicos e sociais (trabalho e renda, transporte, educação, saúde etc), além de bens básicos e produtivos de consumos e insumos (alimentos, energia etc). Os indicadores sociais são um pouco mais complexos, pois envolve estrutura, mobilidade e participação social, além da representação no sistema político e no sistema de concentração da propriedade.

Gremaud (2007, p. 61) afirma que “o desenvolvimento econômico de uma região é definido pela qualidade de vida de seus habitantes, não se pode examinar apenas o crescimento da produção de bens desse país”. Neste caso, não se pode levar em consideração apenas o PIB de uma região como fator de desenvolvimento, mas devem ser considerados também a distribuição de renda e os indicadores sociais como esperança de vida ao nascer, a taxa de mortalidade infantil, condições de saneamento, educação, analfabetismo. Bresser Pereira (2008) cita que a renda per capita não reflete em absoluto o nível de produtividade e de desenvolvimento econômico de um país.

Furtado (2004, p. 484), por sua vez, afirma que o “crescimento econômico, vem se fundando na preservação de privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza por seu projeto social subjacente”. Assim, o desenvolvimento econômico está relacionado não somente ao PIB per capita, mas implicaria distribuição, dispêndio público voltado a satisfação das necessidades de um região com uma proposta de melhor qualidade de vida. Percebe-se mais uma vez, que o PIB per capita não leva em consideração os níveis de renda da população, as desigualdades sociais provocadas pela má distribuição de renda. Para Furtado (2004) o desenvolvimento econômico incorpora o crescimento econômico e o supera, vai mais além, pois nele também são inseridos fatores sociais que modificam a perspectivas de qualidade de vida humana.

2.3.1 Proposta da ONU – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)

Observa-se que, no contexto brasileiro, a maior parte dos indicadores apresentados pelos ODM é de responsabilidade dos municípios, seja por competência constitucional, seja na execução de programas nacionais. Os Objetivos do Milênio têm demonstrado para o mundo a importância de engajar os governos locais em ações para o alcance de um desenvolvimento mais justo e imparcial. Assim um dos desafios dos gestores municipais é buscar destinar parte dos recursos públicos para a obtenção dos índices e dos indicadores de cada uma das metas dos ODM.

De acordo com a ONU (2000) em setembro de 2000, 189 nações firmaram um compromisso para combater a extrema pobreza e outros males da sociedade, que se concretizou estabelecendo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) que deverão ser alcançados até 2015. Estas metas tem o intuito de apreciar durante um longo prazo o desenvolvimento social e humano. A ONU estabeleceu uma metodologia para avaliar o nível de desenvolvimento nos países, buscando assegurar que a desigualdade social possa ser reduzida nas diversas regiões do mundo. Estes objetivos são desafiadores para os municípios, para os gestores, para os *Polyce Makers*, estas metas requerem aplicação dos recursos e elaboração de políticas públicas que possam garantir que as metas estabelecidas garantam de fato o desenvolvimento humano e social das comunidades (municípios, estados e países).

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio estabelecidos pela ONU são:

- a) Redução da Pobreza
- b) Atingir o ensino básico universal
- c) Igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres
- d) Reduzir a mortalidade na infância
- e) Melhorar a saúde materna
- f) Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças
- g) Garantir a sustentabilidade ambiental
- h) Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (2013) em seus relatórios divulgados demonstra que as pessoas em situação de pobreza

extrema são aquelas que apresentam uma renda média de R\$ 2,36 por dia, ou R\$ 71,75 por mês. Segundo dados apresentados pelo Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2013, o mundo alcançou a meta de reduzir a pobreza extrema à metade do nível registrado em 1990 cinco anos antes do estipulado, neste caso, a parcela da população mundial considerada extremamente pobre passou de 47% para 22% em 2012. O Brasil foi um dos países que mais contribuiu para o alcance global da meta, reduzindo a pobreza extrema e a fome não apenas pela metade, passando de 25,5% em 1990, para 3,5% em 2012 (PNUD, 2013).

Quanto à educação e as melhorias no ensino básico, há uma melhora significativa desde 1990, tendo em vista que a percentagem de crianças que frequentam o ensino primário nos países em desenvolvimento passou de 80% para 90% em 2011, as taxas de alfabetização dos jovens também melhoraram consideravelmente em todo o mundo, apresentando progressos na diminuição da desigualdade de gênero frente o acesso à educação. No Brasil a percentagem de jovens de 15 a 24 anos com pelo menos seis anos completos de estudo passou de 59,9% em 1990, para 84% em 2012 (PNUD, 2013).

Em relação a longevidade, melhorias relacionada a saúde da população, e redução da taxa de mortalidade, no Mundo houve uma melhora sensível na redução da taxa mundial de mortalidade na infância que caiu 47% em 22 anos. Entre 1990 e 2012, o índice passou de 90 para 48 mortes por mil nascidos vivos, porém ainda é preciso trabalhar novas políticas para alcançar a meta de redução que é de 75% para 2015. No Brasil a meta de redução da mortalidade na infância já foi alcançada, estando à frente de muitos países. O principal indicador da meta é a taxa de mortalidade entre crianças menores de 5 anos, que expressa a frequência de óbitos nessa faixa etária para cada mil nascidos vivos. A taxa passou de 53,7 em 1990 para 17,7 óbitos por mil nascidos vivos em 2011 e, de acordo com as tendências atuais, é possível que em 2015 seja alcançado um resultado superior à meta estabelecida (meta de 15,7 óbitos estimada para 2015) em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM (PNUD, 2013).

Rezende, Slomski e Corrar (2005, p.37) afirmam que “as políticas públicas desenvolvidas são decorrentes das metas estabelecidas nas conferências mundiais da ONU”. Os objetivos estabelecidos para o novo milênio proporcionam aos gestores públicos um caminho para o desenvolvimento, e com as metas estipuladas é possível buscar meios para identificar em suas regiões formas de intervenção e de

elaboração de programas e de políticas públicas, buscar a efetividade dos gastos públicos. Os atores públicos passam a buscar desenvolver ações e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social e econômico. A sociedade, a população também participa do processo de formulação das políticas públicas, isto faz com que esta sociedade seja o protagonista de sua própria realidade e de seu futuro.

2.3.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

De acordo com a PNUD (2013) desenvolvimento humano é o processo de ampliação das liberdades das pessoas, no que tange suas capacidades e as oportunidades a seu dispor, para que elas possam escolher a vida que desejam ter.

As pessoas tem o direito de escolher a melhor forma de vida que queira viver, baseado no seu padrão econômico, sendo que estas escolhas estão relacionadas a uma vida saudável e longa, acesso a educação e a saúde, ter acesso a recursos necessários para que tenha um padrão de vida adequado (BUSATTO, 2009). Desta forma, o desenvolvimento humano para as pessoas tem como objetivo a melhoria da qualidade de vida, a melhoria do bem estar.

É preciso que o crescimento seja transformado em desenvolvimento econômico, em conquistas concretas para as pessoas: crianças mais saudáveis, educação universal e de qualidade, ampliação da participação política dos cidadãos, preservação ambiental, equilíbrio da renda e das oportunidades entre toda a população, maior liberdade de expressão, entre outras (PNUD, 2013).

O IDH é composto por três indicadores – Saúde, Educação e Renda – que representam a oportunidade de uma sociedade de ter vidas longas e saudáveis, de ter acesso a conhecimento, e de ter comando sobre os recursos de forma a garantir um padrão de vida digno. Por meio das duas primeiras dimensões, pretende-se avaliar a realização do bem-estar mediante a adoção de um estilo de vida resultante de escolhas livres e informadas, a partir das habilidades e conhecimentos acumulados. Já o comando sobre recursos indica se esse processo se deu livre de privações das necessidades básicas, como as de água, alimento e moradia. (PNUD, 2013, p.11).

Rosseti (2003, p. 371):

O IDH considera, além do PNB per capita, outros indicadores de desenvolvimento, como a expectativa de vida ao nascer, as taxas de alfabetização de adultos, a paridade do poder efetivo de comprar de renda interna. Em suas versões mais recentes, está incorporando outros

indicadores, como as condições culturais prevaletentes, a relação entre o trabalho e o lazer e os graus observados de liberdade política.

Para Passos e Nogami (2005, p. 557), este indicador tem como principal objetivo:

[...] monitorar o desenvolvimento humano, aumentando as opções das pessoas para que possam ter uma vida longa e saudável, se educar e agregar conhecimentos, ter acessos aos recursos necessários para um padrão de vida decente, defendendo a igualdade entre homens e mulheres, preservando gerações futuras e garantindo um bem-estar geral da humanidade.

Souza (2007, p. 270) traz a informação de que:

O IDH é um índice composto que indica a evolução média de uma sociedade em três dimensões básicas de desenvolvimento humano: vida longa e saudável, medida pela expectativa de vida ao nascer; conhecimento, medido pela taxa de alfabetização de adultos (peso 2/3), e taxa de matrícula nos três níveis de ensino (peso 1/3); e por um padrão de vida decente, medido pelo PIB per capita, em dólares dos EUA, ponderado pela paridade do poder de compra de cada país.

De acordo com o PNUD (2013) o IDH é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento.

Nos cálculos deste índice são computados fatores com educação (anos médios de estudos), longevidade (expectativa de vida da população) e o PIB per capita, ou seja, busca abranger todos os aspectos relacionados à vida do ser humano, sejam eles habitantes de países mais desenvolvidos ou não (SOUZA, 2007).

O quadro 2 apresenta a metodologia do IDH nas três dimensões (Renda, Saúde e Educação) e sua composição.

Quadro 2 – Metodologia do IDH 2010

Dimensões	Composição	Indicador
Renda	Considera a renda municipal per capita, ou seja, a renda média mensal dos indivíduos residentes em determinado município, expressa em reais.	A renda per capita mede a capacidade média de aquisição de bens e serviços por parte dos habitantes do município.
Saúde	Considera a esperança de vida ao nascer, ou seja, o número médio de anos que as pessoas dos municípios viveriam a partir do nascimento.	A esperança de vida ao nascer pode ser considerada como indicador de longevidade.
Educação	É uma composição de indicadores de escolaridade da população adulta e de fluxo escolar da população jovem.	A escolaridade da população adulta é medida pelo percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com o ensino fundamental completo.

Fonte: Adaptado pelo Autor, ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD (2013).

Pode-se dizer que desenvolvimento humano é um processo que tem como objetivo aumentar as opções das pessoas, não apenas entre diferentes bens materiais ou de consumo, mas entre as opções criadas para aumentar a capacidade ou condição humana. De acordo com PNUD (2013), os valores calculados para o IDH variam entre 0 e 1, e os países podem ser classificados como segue no quadro abaixo.

Quadro 3 – Classificação do IDH

Classificação quanto ao desenvolvimento	Indicador
IDH Muito Baixo	$\leq 0,499$
IDH Baixo	$0,500 \leq \text{IDH} \leq 0,599$
IDH Médio	$0,600 \leq \text{IDH} \leq 0,699$
IDH Alto	$0,700 \leq \text{IDH} \leq 0,799$
IDH Muito Alto	$0,800 \leq \text{IDH} \leq 1,000$

Fonte: Adaptado pelo Autor 2015. ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD (2013).

O IDH leva em conta três indicadores, trabalho e renda, educação e saúde, sendo que, cada indicador possui um conjunto de variáveis que servem de parâmetros na elaboração do indicador. Devido às suas características, o IDH tem servido como fonte para estudos nacionais respeito do desenvolvimento brasileiro. Neste mesmo sentido, a seguir é apresentado o IFDM, que é semelhante ao IDH, que também possui uma metodologia baseada nestes mesmos indicadores, porém a diferença entre ambos é que os dados do IFDM “podem ser coletados todo ano”, ao passo que os do IDH somente são apurados a cada dez anos.

2.3.3 Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)

O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) é um estudo do Sistema FIRJAN que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego e renda, Educação e Saúde. Criado em 2008, ele é feito, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde (FIRJAN, 2015).

Segundo Ervilha, Alves e Gomes (2013, p. 107) “o IFDM é um guia para todas as pessoas e organismos públicos e privados na definição de políticas públicas e investimentos entre os municípios”.

O IFDM tem abrangência nacional, pois contém os dados de todos os municípios brasileiros. Tem como objetivo avaliar a adoção de políticas públicas e seus reflexos no desenvolvimento socioeconômico, não somente dos municípios, mas também do país. Com semelhanças na metodologia e na dimensão do IDH, o IFDM tem em sua estrutura de análise as três principais áreas de desenvolvimento humano: educação, saúde e emprego e renda.

O quadro 4 apresenta a classificação quanto ao desenvolvimento que é aplicado aos municípios brasileiros.

Quadro 4 – Classificação do IFDM

Classificação quanto ao desenvolvimento	Indicador
IFDM Baixo	$\leq 0,4000$
IFDM Regular	$0,4001 \leq \text{IFDM} \leq 0,6000$
IFDM Moderado	$0,6001 \leq \text{IFDM} \leq 0,8000$
IFDM Alto	$0,8001 \leq \text{IDH} \leq 1,000$

Fonte: Adaptado pelo Autor 2015, FIRJAN (2015).

Conforme quadro 4, a análise e interpretação dos resultados são diagnosticadas da seguinte forma: uma vez que os resultados variam entre 0 e 1, quanto mais próximo de 1, maior será o nível de desenvolvimento do município e quanto menos próximo de 1 menor será o desenvolvimento do município (FIRJAN, 2015).

O quadro 5 a seguir, apresenta as variáveis que compõe o IFDM por área de desenvolvimento, educação, saúde, emprego e renda. De acordo com o FIRJAN (2015) a metodologia adotada buscou padrões de desenvolvimento encontrados em países mais avançados, utilizando-os como referência para os indicadores nacionais.

Quadro 5 – Resumo das variáveis componentes do IFDM – por área de desenvolvimento

IFDM		
Emprego e Renda	Educação	Saúde
Geração de emprego formal Absorção da mão de obra local Geração de renda formal Salários médios do emprego formal Desigualdade	Matriculas na educação infantil Abandono no ensino fundamental Distorção idade-série no ensino fundamental Docentes com ensino superior no ensino fundamental Média de horas aula diárias no ensino fundamental Resultado IDEB no ensino fundamental	Número de consultas pré-natal Óbitos por causas mal definidas Óbitos infantis por causas evitáveis Internação sensível a atenção básica
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego	Fonte: Ministério da Educação	Fonte: Ministério da Saúde

Fonte: Adaptado pelo Autor 2015, FIRJAN (2015).

Assim, observa-se que enquanto o IDH avalia o desenvolvimento humano no âmbito mundial, por meio de três dimensões básicas, renda, educação e saúde, o IFDM é um índice originado dos estudos do Sistema da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) e possui âmbito nacional, isto é, acompanha o desenvolvimento dos municípios brasileiros e utiliza-se de bases estatísticas públicas oficiais dos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde do governo nacional (FIRJAN, 2015). No capítulo a seguir, será utilizado o IFDM do período do ano 2000 até o ano 2011 para avaliar a eficiência dos Municípios da Microrregião de Feira de Santana, bem como os gastos públicos com significância, ou seja, que influenciaram na evolução do IFDM.

3 METODOLOGIA

A metodologia aplicada está relacionada aos métodos e critérios utilizados na elaboração da pesquisa, é a descrição detalhada do como foi elaborada a pesquisa, quais os procedimentos estabelecidos, como foram encontrados os dados pertinentes que fundamentou a pesquisa.

De acordo com Winter (1997, p.15):

O conhecimento científico, ao contrário do empírico, procura conhecer não somente o fenômeno, mas também suas causas e leis. É real porque lida com ocorrências ou fatos, isto é, com toda forma de existência que se manifesta de algum modo. Constitui um conhecimento contingente, pois suas proposições ou hipóteses tem veracidade ou falsidade conhecida através da experiência e não apenas pela razão.

Winter (1997) estabelece que existam quatro tipos de pesquisas, a bibliográfica, descritiva, experimental e documental, todas elas possuem suas características próprias. A pesquisa bibliográfica tem como objetivo conhecer e analisar informações de autores que servirão para fundamentar o projeto. A pesquisa descritiva busca estudar os fatos ou fenômenos ocorridos em determinados ambientes para que se possa descrever e interpretar a realidade. Segundo Winter (1997, p.24) ainda em relação a pesquisa descritiva, ele diz que “o estudo descritivo refere-se ao estudo e a descrição das características, propriedades ou relações existentes na comunidade, grupo ou realidade pesquisada”.

O estudo de caso é um estudo descritivo, na qual se busca examinar algum aspecto particular de um ambiente ou organização, relacionando as referências bibliográficas e a realidade que os cerca. Sendo assim, o objeto de estudo desta pesquisa foram os gastos públicos da Microrregião de Feira de Santana.

Esta pesquisa pode ser classificada como quantitativo-descritiva e tem caráter empírico-analítico. De acordo com Martins (1994, p. 26), estes tipos de pesquisa, “são abordagens que apresentam em comum a utilização de técnicas de coleta, tratamento e análise de dados marcadamente quantitativo”. Estão relacionados a estudos práticos e suas propostas têm caráter técnico.

Dencker e Viá (2002, p. 57) ressaltam que a finalidade das investigações de pesquisa empírica:

é delinear ou analisar fenômenos, avaliar programas ou isolar variáveis-chave. Descrevem as situações utilizando critérios quantitativos que

estabelecem proporções e correlações entre as variáveis observadas, procurando elementos que permitam a comprovação de hipóteses”.

Dentre os principais elementos da pesquisa quantitativa descritiva, Dencker e Viá (2002, p. 57) descrevem o objetivo, o procedimento, as características e os tipos:

- a) Objetivo: verificar hipóteses por métodos quantitativos de medição;
- b) Procedimento: as descrições quantitativas são obtidas pela medição que intenciona descrever relações entre variáveis;
- c) Características: não empregam manipulação de variável independente nem usam a escala aleatória, uma vez que o objeto que se pretende descrever está definido;
- d) Tipos: as pesquisas quantitativas descritivas podem ser utilizadas para descrever situações em que se procura avaliar resultados de programas de intervenção ou de ação social, descrição das características de populações e relações entre variáveis.

Desta forma, esta pesquisa, através de técnicas e análises estatísticas, buscou demonstrar as relações entre as variáveis pesquisadas de modo a contribuir no entendimento e percepção dos gastos públicos e sua relação com o IFDM da Microrregião de Feira de Santana, no Estado da Bahia, bem como avaliar a eficiência dos gastos públicos realizados pelos municípios.

A população aqui estudada representa o universo que foi pesquisado, assim, esta dissertação abrange os municípios da Microrregião de Feira de Santana do Estado da Bahia, composta por 24 municípios (IBGE 2010): Água Fria; Anguera; Antônio Cardoso; Conceição da Feira; Conceição do Jacuípe; Coração de Maria; Elísio Medrado; Feira de Santana; Ipecaetá; Ipirá Irará; Itatim; Ouriçangas; Pedrão; Pintadas; Rafael Jambeiro; Santa Bárbara; Santa Teresinha; Santanópolis; Santo Estevão; São Gonçalo dos Campos; Serra Preta; Tanquinho; e Teodoro Sampaio.

Quanto a amostragem, Levine et al., (2008, p. 218) afirma que “em uma amostra não probabilística você seleciona os itens ou indivíduos sem conhecer suas respectivas probabilidades de seleção”. Sendo assim, uma amostragem será não probabilística quando a probabilidade de alguns ou de todos os elementos da população de pertencer à amostra é desconhecida (MASSUKADO-NAKATANI, 2009). “Nas amostras intencionais ou por julgamento enquadram-se os diversos casos em que o pesquisador deliberadamente escolhe certos elementos para pertencer à amostra, por julgar tais elementos bem representativos da população” (COSTA NETO, 1977, p. 45).

De acordo com Mattar (1996, p.132) a “Amostragem não probabilística é aquela em que a seleção dos elementos da população para compor a amostra depende ao menos em parte do julgamento do pesquisador ou do entrevistador no campo”. Desta forma, a amostragem utilizada foi a não probabilística, por julgamento, isto é, foram utilizados, somente os municípios da Microrregião de Feira de Santana que publicaram os gastos públicos no período de 2000 a 2010. Portanto, a amostra corresponde a 24 municípios da Microrregião de Feira de Santana, do Estado da Bahia.

Adiante, com o propósito de mensurar, explicar e avaliar o grau de relacionamento entre as possíveis combinações das variáveis, a pesquisa foi elaborada com base em técnicas de análise multivariada, isto com o objetivo de investigar a existência de relações estatísticas entre as variáveis.

Quanto a coleta de dados, foram resgatadas informações do banco de dados do Finanças do Brasil dos Municípios (FINBRA), o qual contém informações sobre o gastos públicos relacionadas as despesas orçamentárias (despesas correntes e de capital), receita orçamentária que abrange a receita corrente e a tributária. Com isto, tem-se a informação referente ao volume dos gastos orçamentários nas áreas de saúde, educação, trabalho e renda, e também, tem-se a informação referente aos recursos arrecadados. Além disto, foram coletadas diversas informações socioeconômicas junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Departamento de Informática do SUS (DATASUS), tais como: população e extensão territorial, taxa de analfabetismo, renda média domiciliar per capita, índice de GINI, taxa de desemprego, produto interno bruto; PIB per capita; taxa de envelhecimento, mortalidade infantil, esperança de vida a o nascer e outros mais. Os dados referentes aos índices de desenvolvimento humano na dimensão Educação, Longevidade, Emprego e Renda, foram extraídos dos relatórios da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) e da Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ATLAS)

A realização deste estudo, valeu-se de métodos quantitativos e técnicas de análise multivariada para avaliar os resultados, descrever o comportamento da variável dependente com base nos valores de uma ou mais variáveis independentes, a fim de propiciar explicações para o fenômeno em estudo e oferecer uma contribuição para a melhoria do processo de gestão pública e social dos municípios.

3.1 VARIÁVEIS UTILIZADAS

Conforme as metas estabelecidas para o novo milênio, pela Organização das Nações Unidas (ONU), a seleção das variáveis foi sustentada, a princípio, nos gastos públicos orçados pelos municípios. Assim, foram selecionadas as variáveis relacionadas com as dimensões do IFDM, tais como as despesas correntes, despesas de capital, a receita corrente e a receita tributária dos municípios, todas elas, voltadas aos investimentos públicos direcionadas a saúde, educação, trabalho e renda, que são caracterizadas como variáveis econômicas. As variáveis referentes a população, distância do município em relação a capital Salvador, densidade demográfica, também foram consideradas nesta pesquisa. A variável referente ao "IFDM" foi inserida na pesquisa como forma de avaliar a evolução do indicador, considerado uma variável importante no estudo apresentado.

A tabela 1 apresenta as variáveis utilizadas neste trabalho e suas dimensões.

Tabela 1 – Descrição das Variáveis utilizadas no modelo e Expectativa teórica

Representação	Descrição	Dimensão	Expectativa teórica
Y	IFDM	Variável Dependente	0 – Eficiência baixa 1 – Eficiência alta
Dist	Distância em KM via rodovia em relação a SSA	Condição Municipal	Positiva Negativa
Dens	Densidade demográfica	Condição Municipal	Positiva Negativa
PPC	PIB per capita	Condição Municipal	Positiva Negativa
POP	População	Condição Municipal	Positiva Negativa
DCA	Despesa de Capital	Renda, Saúde e Educação	Positiva Negativa
DCO	Despesa Corrente	Renda, Saúde e Educação	Positiva Negativa
RCTE	Receita Corrente	Condição Municipal	Positiva Negativa
RTRIB	Receita Tributária	Condição Municipal	Positiva Negativa

Fonte: Elaborado pelo autor (2015), A partir de Quivy & Campenhoudt (2005).

Na tabela 1 demonstra-se as variáveis dependentes e independentes que foram alocadas no sentido de avaliar a eficiência dos gastos públicos e os recursos oriundos dos municípios da microrregião, de modo a atender as expectativas da sociedade e promover o desenvolvimento socioeconômico.

3.2 CONSTRUÇÃO DO MODELO DE ANÁLISE

Segundo Quivy e Campenhoudt (2005) o modelo de análise constitui o prolongamento natural da problemática, articulando de forma operacional os referenciais e as pistas que serão finalmente escolhidos para guiar o trabalho de coleta de dados e a análise. Ele é composto de conceitos e hipóteses que estão interligados para formar conjuntamente um quadro de análise coerente. A construção de conceitos, constitui uma construção abstrata que tenta dar conta do real. Nesse sentido, ela não dá conta de todas as dimensões e aspectos do real, mas somente o que expressa o essencial segundo o ponto de vista do pesquisador. A construção de um conceito consiste em designar dimensões que o constituem e em precisar os indicadores graças aos quais essas dimensões poderão ser mensuradas. Distinguem-se os conceitos operacionais isolados que são construídos empiricamente a partir das observações diretas ou das informações coletadas e dos conceitos sistêmicos que são construídos pelo raciocínio abstrato e se caracterizam, em princípio, por um grau de ruptura mais alto com as ideias preconcebidas e com a ilusão da transparência.

Desta forma, o modelo de análise é elaborado sobre a visão da problemática, buscando demonstrar os conceitos que fundamentam a pesquisa e o problema sugerido, apresentando a relação existente entre ambos. O modelo de análise deve ser capaz de abranger conceitos e indicadores que possam levar ao entendimento da pesquisa. O modelo de análise utilizado na interpretação dos dados coletados na presente pesquisa obedece ao esquema disposto no quadro 6 a seguir.

Quadro 6 – Elementos do modelo de análise

Conceito	Dimensões	Indicadores	Fonte de dados	Estratégia de análise de dados
Eficiência dos Gastos Públicos	IFDM - Renda Educação Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Despesa Corrente • Despesa de Capital • População • PIB per capita • Receita Tributária • Receita Corrente • Densidade Demográfica • Distância em KM via rodovia em relação a Salvador-Capital 	Base de dados do IBGE, SEI, IPEA, INEP, PNUD, INPI, RAIS/CAGED DATASUS, FINBRA, FIRJAN	Técnicas Estatísticas - Regressão Logística

Fonte: Elaborado pelo autor (2015), A partir de Quivy & Campenhoudt (2005).

O quadro nº06 apresenta as variáveis independentes (indicadores) que foram coletadas conforme fonte de dados indicada, que serão utilizadas para avaliar a relação dos gastos públicos com o IFDM, bem como avaliar quais municípios foram eficientes na utilização dos seus recursos, utilizando a Regressão Logística Múltipla como técnica de estatística.

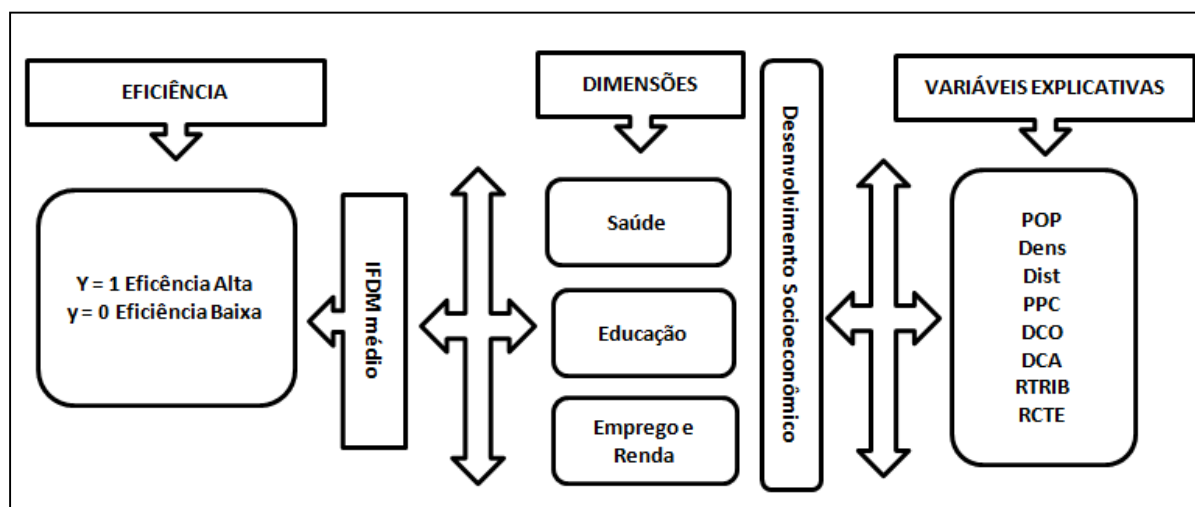
Os indicadores utilizados nesta pesquisa:

- a) Despesa corrente – correspondem aos gastos com pessoal, material de uso e consumo, serviços de terceiros e gastos com obras de conservação e adaptação de bens imóveis;
- b) Despesa de capital – correspondem a gastos com execução de obras, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente, aquisições de imóveis;
- c) População – dados coletados com base no censo demográfico, disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- d) PIB per capita – representado pelo Produto Interno Bruto (PIB), dividido pela população de uma localidade, demonstra o quanto essa localidade é desenvolvida, quanto maior melhor;
- e) Receita tributária – proveniente da arrecadação estatal de tributos, como os Impostos, as Taxas, as Contribuições de Melhoria, os Empréstimos

- Compulsórios e as Contribuições Especiais, tem como finalidade o custeio das despesas estatais e suas necessidades de investimento;
- f) Receita Corrente – são as receitas destinadas a cobrir as despesas orçamentárias que visam à manutenção das atividades governamentais;
- g) Densidade Demográfica – número de habitantes de uma localidade dividido pela sua área territorial, possibilita avaliar a distribuição da população em um determinado território, permitindo a verificação das áreas mais e menos povoadas.
- h) Distância em quilômetros via rodovia em relação a Capital – verificar a existência de relação de desenvolvimento diante das proximidades entre os municípios da microrregião e a capital.

A figura 4 apresenta a relação das variáveis utilizadas para análise da eficiência dos gastos públicos e sua relação com o IFDM.

Figura 4 – Representação das relações das variáveis alocadas para análise da eficiência.



Fonte: Elaborado pelo autor (2015).

O modelo analítico desta pesquisa é apresentado na figura 4 que tem o objetivo de facilitar o entendimento acerca da análise da eficiência abordada nesta pesquisa. As variáveis explicativas, através da regressão logística foram utilizadas para avaliar a sua influência na evolução do IFDM acumulado (entre os anos 2000 e 2011). Para avaliar a eficiência dos gastos públicos realizados pelos municípios foi estabelecido o IFDM Médio entre os anos 2000 e 2011, partindo da hipótese de que

caso o município obtenha um IFDM acima do IFDM médio estabelecido será classificado no grupo $y=1$ (eficiência alta), caso o município obtenha um IFDM abaixo do IFDM médio será classificado no grupo $y=0$ (eficiência baixa).

3.3 REGRESSÃO LOGÍSTICA

De acordo com Oliveira (1997) a regressão logística pertence à classe dos modelos estatísticos, em que a variável explicada é, na verdade, qualitativa, ou, sendo quantitativa, dela apenas se pode observar manifestação de caráter qualitativo por meio de categorização. Assim, esses modelos têm como finalidade refletir uma escolha entre duas opções, como “sim ou não”, “falso ou verdadeiro”, “positivo ou negativo”, “entrar ou sair”, “ganhar ou perder”, “efetivo ou não efetivo”, sendo que as respostas tem uma conotação de alta objetividade.

O modelo Logístico é um modelo de escolha qualitativa, cujo objetivo é explicar a probabilidade de ocorrência de um evento em função de um conjunto de variáveis explicativas (GUJARATI, 2006).

Hair et al (1998) apud Melo, Almeida e Santana (2012, p.103) afirma que:

A Regressão Logística ou modelo Logit é uma técnica estatística em que, com base nos dados de uma amostra específica, variáveis independentes são matematicamente combinadas para se criar expectativas acerca da ocorrência ou não de um determinado evento incerto, o qual é expresso sob a forma de uma variável dependente dicotômica. (ou seja, com valor “0” ou “1”).

De acordo com Demétrio (2002), Maddala (2003), Hill, Griffiths e Judge (2003) o modelo de regressão logística se assemelha ao modelo de regressão linear. No entanto, no modelo logístico a variável resposta Y_i é binária. Uma variável binária assume dois valores, como por exemplo, $Y_i = 0$ e $Y_i = 1$ denominados " eficiência alta" e "eficiência baixa", respectivamente. Neste caso, "eficiência" é o evento de interesse.

Conforme considerações acima, o modelo de regressão logística utilizado na descrição de eficiência dos municípios, teve como regra de classificação adotada o seguinte posicionamento:

- a) se $P(Y=1) > 0,4755$ então, classifica-se $Y= 1$ (Eficiência Alta)
- b) em caso contrário, classifica-se $Y= 0$ (Eficiência Baixa)

Assim, no presente trabalho, a variável resposta Y_i é binária, no qual ela assume os seguintes valores: 1 se o i -ésimo município com eficiência alta; e 0 se o i -ésimo município com eficiência baixa.

No modelo linear temos:

$$Y_i = \beta_0 + \beta_1 x_i + \epsilon_i \quad (1)$$

Assumindo que $E(\epsilon_i) = 0$, obtemos que $E(Y_i) = \beta_0 + \beta_1 x_i$

Para se estimar o valor esperado, usa-se de uma equação, que determina a relação entre ambas as variáveis:

$$Y_i = \alpha + \beta_1 X_i + \epsilon_i$$

Em que:

Y_i - variável explicada (dependente); é o valor que se pretende atingir;

α - é uma constante, que representa a interceptação da reta com o eixo vertical;

β - é outra constante, que representa o coeficiente angular da reta;

X_i - variável explicativa (independente), representa o fator explicativo na equação;

ϵ_i - variável que inclui todos os fatores residuais mais os possíveis erros de medição.

A variável resposta Y tem distribuição Bernoulli $(1, \pi)$, com probabilidade de sucesso $P(Y_i = 1) = \pi_i$ e de fracasso $P(Y_i = 0) = 1 - \pi_i$

Desta forma:

$$E(Y_i) = \pi_i \quad (2)$$

Colocando em situação de igualdade a função (1) e (2), temos:

$$E(Y_i) = \pi_i = \beta_0 + \beta_1 x_i$$

Assim, esta situação de igualdade viola as suposições do modelo linear. De fato,

a) Os erros não são normais, pois:

$$Y_i = 1 \Rightarrow \epsilon_i = 1 - \beta_0 + \beta_1 x_i$$

$$Y_i = 0 \Rightarrow \epsilon_i = 0 - \beta_0 + \beta_1 x_i$$

Neste caso, não há sentido em assumir a normalidade dos erros.

b) Não homogeneidade da variância.

Temos que $Var(Y_i) = \pi_i(1 - \pi_i) = (\beta_0 + \beta_1 x_i)(1 - \beta_0 + \beta_1 x_i)$, então a variância de Y_i depende de x_i e conseqüentemente, não é constante.

c) Restrição para a resposta média $E(Y_i)$

Como a resposta média é obtida em probabilidades, temos que:

$$0 \leq \beta_0 + \beta_1 x_i \leq 1$$

Desta forma o modelo de regressão linear simples não se adequa aos dados desta pesquisa porque ele assume que a variável resposta Y é quantitativa contínua e segue a distribuição Normal com média μ e variância σ^2 , ao passo que a variável resposta Y de interesse é qualitativa dicotômica e segue a distribuição de Bernoulli de parâmetro π . Logo, a regressão logística é mais adequada para realizar a modelagem estatística, ou seja, em um modelo linear, esta restrição é inadequada para resposta, pois, ela assume valores no intervalo $(-\infty, \infty)$.

Assim, o modelo logístico foi utilizado para determinar o coeficiente de eficiência dos municípios, partindo do conhecimento dos recursos investidos, com a proposição de avaliar o município apresentaram alta ou baixa eficiência. Diante disto, pode-se afirmar que (Y) é variável dependente que indica se o município possui alta ou baixa eficiência, ou seja, é o que se deseja alcançar; (X) são as variáveis independentes que representam o volume de investimentos, aqui representadas pela população, densidade demográfica, PIB per capita, distância em quilômetros via rodovia em relação a capital, despesas correntes e de capital, receitas tributárias e correntes.

Assim como no modelo de regressão linear, é possível ajustar um modelo para a variável resposta levando em conta mais de uma variável explicativa (covariável), o que chamamos de Modelo de Regressão Logística Múltipla. Assim, um modelo de regressão logística múltipla é usado para o caso de regressão com mais de uma variável explicativa.

Considere um conjunto de P variáveis independentes denotadas como um vetor $X = (X_1, X_2, X_3, \dots, X_P)$, neste caso, substituindo a fórmula:

Conjunto de Variáveis Independentes (X) = (PPC, DCO, DCA, RTRI, RCO, Dens, Dis, POP).

Neste caso a função de ligação é

$$g(X) = \ln \left(\frac{\pi(X)}{1 - \pi(X)} \right) = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_p X_p$$

e

$$E(Y) = \pi(X) = \frac{e^{g(X)}}{1 + e^{g(X)}}$$

Sendo $g(X)$ o conjunto das variáveis, onde (X) são as variáveis independentes conforme composição do quadro nº06 e a figura nº04; $\pi(X)$ representa a probabilidade de eficiência alta e $1 - \pi(X)$ representa a probabilidade de eficiência baixa; β seria o coeficiente desconhecido a ser apresentado pela regressão logística múltipla; sendo (Y) a variável dependente que se deseja explicar. Pela análise de regressão logística buscou-se conhecer quais as variáveis independentes influenciam no IFDM (variável dependente).

3.4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Na construção da variável dependente, na presente pesquisa, foram coletadas informações anuais sobre o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) dos 24 municípios que compõem a microrregião de Feira de Santana, relativamente aos anos 2000, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010.

Uma vez que não havia dados disponíveis do IFDM de 2001 a 2004, admitiu-se como método de imputação de dados faltantes que eles eram iguais à média aritmética dos IFDM obtidos em 2000 e 2005. Matematicamente, tem-se, para cada município $i = 1, \dots, 24$, o seguinte:

$$\text{IFDM}_{(i, 2001)} = \dots = \text{IFDM}_{(i, 2004)} = [\text{IFDM}_{(i, 2000)} + \text{IFDM}_{(i, 2005)}] / 2$$

Em seguida, calculou-se, para cada município $i = 1, \dots, 24$, a média dos valores de IFDM de 2000 a 2010:

$$\mathbf{M}(\text{IFDM}_i) = [\text{IFDM}_{(i, 2000)} + \dots + \text{IFDM}_{(i, 2010)}] / 11$$

Logo após, obteve-se o valor 0,4755 como sendo a média dos IFDM médios dos 24 municípios:

$$\mathbf{M}(\text{IFDM}) = [\mathbf{M}(\text{IFDM}_1) + \dots + \mathbf{M}(\text{IFDM}_{24})] / 24 = 0,4755$$

Por fim, para $i = 1, \dots, 24$, todas as onze observações ($t = 2000, \dots, 2010$) referentes ao i -ésimo município foram categorizadas nos dois seguintes grupos: $Y_{(i, t)} = 0$, dito “eficiência baixa”, se $\mathbf{M}(\text{IFDM}_i) < 0,4755$; e $Y_{(i, t)} = 1$, dito “eficiência alta”, se $\mathbf{M}(\text{IFDM}_i) \geq 0,4755$. A variável Y construída foi utilizada como sendo a variável dependente do modelo de regressão logística a ajustar, contendo $n = 24 \times 11 = 264$ observações.

O IFDM utiliza a seguinte escala para a interpretação do desenvolvimento: de 0,00 a 0,40, é baixo; de 0,4001 a 0,60, é regular; de 0,6001 a 0,80, é moderado; e de 0,8001 a 1,00, é alto (FIRJAN, 2015). Assim, a leitura dos valores zero e um de Y como sendo “eficiência alta” e “eficiência baixa”, respectivamente, surge como uma adaptação dicotômica daquela escala, voltada para a realidade dos municípios da microrregião de Feira de Santana.

Na determinação do resultado foi utilizado o software “R” versão 3.2.0. Trata-se de um software livre, com linguagem de programação, bastante utilizado no meio acadêmico. Maiores informações sobre o software “R” podem ser obtidas na página <http://www.r-project.org>.

Na análise do modelo de regressão logística, a Tabela nº 03 a seguir, apresenta um resumo do modelo de regressão logística ajustado com os dados coletados. Em relação ao nível de confiança de 95% aqui estabelecido, as seguintes variáveis foram estatisticamente significativas: a distância entre o município e a capital baiana Salvador ($Dist$); a densidade demográfica ($Dens$); a despesa de capital (DCA); e, por fim, também a receita tributária ($RTRIB$). Uma vez que essas quatro variáveis independentes têm estimativas positivas dos coeficientes,

interpreta-se que a propensão de o município ser classificado no grupo de IFDM “eficiência alta” aumenta à medida que seus valores crescem.

A tabela 2 apresenta o resultado obtido através da técnica de estatística regressão logística.

Tabela 2 – Resumo do modelo de regressão logística ajustado.

Coeficiente	Estimativa	Erro padrão	Valor de z	P Valor
(Intercepto)	2,990000	7,861000	0,380	0,703710
<i>Dist</i>	0,017090	0,005588	3,058	0,002230
<i>Dens</i>	0,050870	0,009434	5,392	6,96E-08
log(<i>PPC</i>)	-0,073300	0,558700	-0,131	0,895620
log(<i>POP</i>)	-0,962500	0,555200	-1,734	0,083000
<i>DCO</i>	-1,238E-07	1,702E-07	-0,727	0,467050
<i>DCA</i>	7,258E-07	2,759E-07	2,631	0,008510
<i>RCTE</i>	1,274E-08	1,546E-07	0,082	0,934350
<i>RTRIB</i>	0,000003	0,000001	2,503	0,012320

Fonte: Elaborado pelo autor (2015).

Com a regressão logística múltipla, o desvio residual do modelo é igual a 222,14, com 255 graus de liberdade. Ele fornece um nível descritivo de 0,9322651, indicando, portanto, a não rejeição da hipótese de que o modelo ajustado se adequa bem aos dados, ao nível de significância de 5%. Esse resultado diz que o modelo com essas variáveis independentes é melhor que um modelo sem variáveis independentes.

Para estudar a capacidade preditiva, as probabilidades preditas foram transformadas em: zero, caso seu valor fosse inferior a 0,4755; e um, se ocorresse o contrário. Dessa forma, pôde-se cruzar a variável dependente *Y* com as probabilidades preditas categorizadas por aquela regra. Pela Tabela 4, é possível checar que esse modelo ajustado de regressão logística classifica corretamente 149 + 65 = 214 no total de $n = 264$ observações, fornecendo, assim, uma proporção de acertos igual a 81,1%, considerada aceitável.

Tabela 3 – Classificação observada (variável dependente) e esperada (valores preditos da regressão categorizados) do IFDM.

Variável dependente	Probabilidades preditas categorizadas	
	Inadequado (< 0,4755)	Adequado (≥ 0,4755)
Inadequado (< 0,4755)	149	16
Adequado (≥ 0,4755)	34	65

Fonte: Elaborado pelo autor (2015).

Apesar de as despesas correntes (*DCO*) não terem sido apontadas significativas ao nível de 5%, elas estão relacionadas ao IFDM. Esse resultado é decorrente de sua colinearidade com as despesas de capital (*DCA*), posto que o coeficiente de correlação linear de Pearson entre ambas é igual a 0,93, dito muito forte. A mesma situação justifica o elevado nível descritivo da receita corrente (*RCTE*), visto que o coeficiente de correlação linear de Pearson entre ela e a receita tributária (*RTRIB*) é igual a 0,94. Caso o nível de confiança fosse flexibilizado para 90%, o logaritmo natural do tamanho populacional ($\log(POP)$) passaria a ser considerado uma variável independente significativa.

3.4.1 Amostragem - Microrregião de Feira De Santana

De acordo com a Câmara de Diretores Lojistas de Feira de Santana (CDL, 2015), o município de Feira de Santana ocupa historicamente posição estratégica na região Nordeste e no Estado da Bahia, entrecruzada por rodovias ele se constitui num importante eixo rodoviário do país, do Nordeste e do Estado da Bahia, formado por um anel de contorno, interligado pelas BR - 324, BR - 116, BR - 101 e as BA - 052, BA - 502, BA - 503 e BA - 504, com acessos para as BR - 242 e BR - 110, interligando o Norte/Nordeste do País com as regiões do Sul, Sudeste, Centro Oeste e Salvador com o interior.

A CDL (2015) cita que a cidade de Feira de Santana teve sua origem no início do século XVIII, na fazenda Santana dos Olhos D'água, cuja propriedade era do português Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandoa, que construíram uma capela, sob as invocações de São Domingos e Santana, em torno do qual surgiu a povoação. Com a Lei Provincial n.º 1.320, de 6 de junho de 1873, concedeu foros de cidade à sede municipal, com a denominação de Cidade Comercial de Feira de

Santana. Os decretos estaduais de números 7.566 e 7.479, de 23 de junho e 8 de agosto de 1931, respectivamente, simplificaram o nome para Feira. Esta denominação, todavia, foi modificada mais uma vez para o atual topônimo de Feira de Santana, a partir da vigência do decreto estadual nº. 11.089, de 30 de novembro de 1938 (OLIVEIRA, 2010).

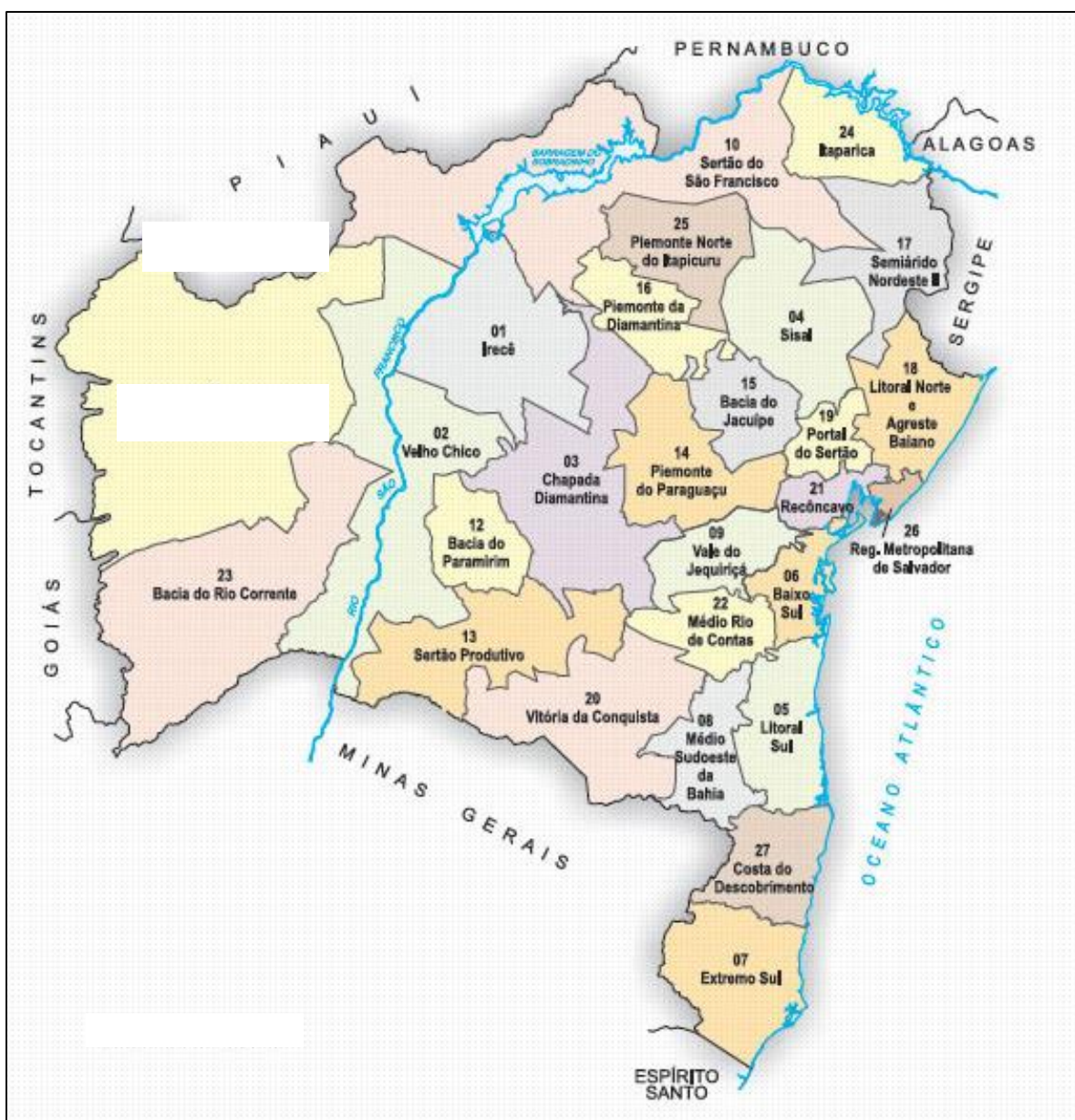
De acordo com o IBGE (2014) o município de Feira de Santana está situado na região leste da Bahia, a 109 Km por Rodovia Federal – BR 324 - de Salvador, a capital do Estado, ocupando uma extensão territorial de 1.337,993 Km².

Conforme a Lei Complementar 35/2011 (BAHIA, 2012), a Cidade de Feira de Santana é uma metrópole, unidade regional do Estado da Bahia. Os municípios participantes de uma Região Metropolitana unem-se para que possam planejar ações conjuntas que possam viabilizar a execução de gastos públicos que, as vezes, ao serem tratadas de maneira isolada não apresentam resultados satisfatórios, ou ainda acabam custando mais caro aos cofres públicos municipais.

De acordo com Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia – SEPLAN (2015), com o objetivo de identificar prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, o Governo da Bahia passou a reconhecer a existência de 27 Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade de cada região.

A figura 5 apresenta o mapa do Estado da Bahia e sua divisão em territórios.

Figura 5 – Mapa do Estado da Bahia por Divisão Territorial

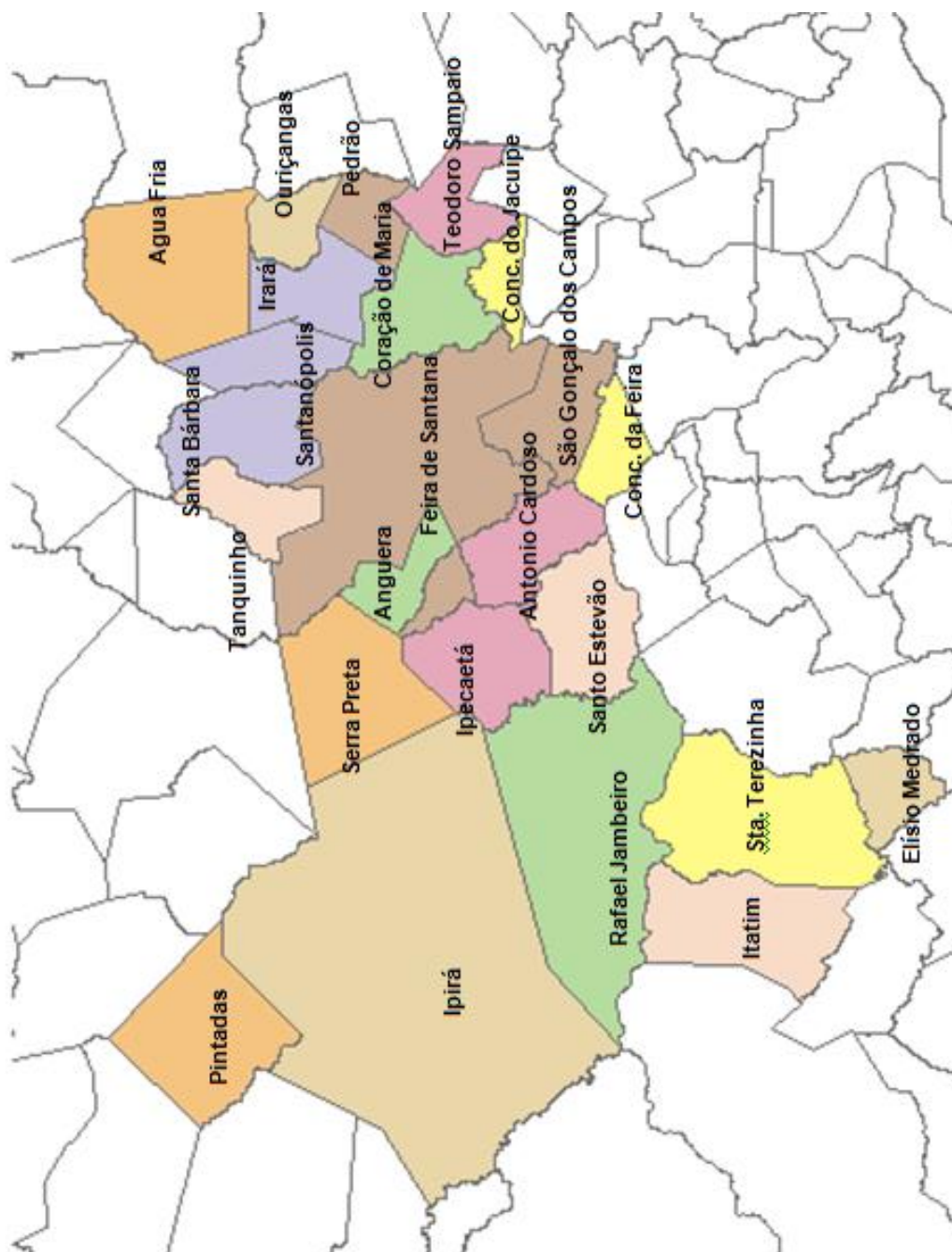


Fonte: SEPLAN do Estado da Bahia (2015).

De acordo com a figura 5, a SEPLAN (2015) justifica esta distribuição em territórios através das semelhanças regionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, população, sendo assim, a cidade de Feira de Santana está localizada no Território Portal do Sertão.

A figura nº06 apresenta os municípios da Microrregião de Feira.

Figura 6 – Mapa da Microrregião de Feira de Santana conforme dados IBGE Geográfico



Fonte: Adaptado pelo autor, IBGE / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI (2015).

O IBGE (2015) cita que a Microrregião Geográfica de Feira de Santana é composta por 24 municípios, com uma extensão territorial de 12.587,850 (km²), com uma população residente de 990.038 habitantes no ano de 2010.

O quadro 7 apresenta o PIB da Microrregião de Feira de Santana nos anos 2000 e 2010 e sua variação.

Quadro 7 – Produto Interno Bruto (PIB) Microrregião de Feira de Santana em Mil Reais – anos 2000 e 2010

Produto Interno Bruto (PIB) Microrregião de Feira de Santana - em mil R\$			
Município	Período/ano		Varição 2000 - 2010
	Ano 2000	Ano 2010	Δ %
Conceição do Jacuípe	79.101,50	533.024,40	573,85%
São Gonçalo dos Campos	39.708,80	260.636,10	556,37%
Santo Estêvão	53.904,20	306.816,10	469,19%
Itatim	18.228,10	100.209,90	449,76%
Irará	29.608,20	136.468,00	360,91%
Água Fria	16.633,70	75.960,90	356,67%
Feira de Santana	1.702.498,30	7.433.138,80	336,60%
Coração de Maria	26.797,30	115.074,30	329,42%
Rafael Jambeiro	26.552,80	112.845,40	324,98%
Ipirá	70.688,60	283.310,50	300,79%
Antônio Cardoso	14.434,50	57.584,00	298,93%
Santa Teresinha	10.356,60	40.610,00	292,12%
Santanópolis	8.483,30	33.183,50	291,16%
Tanquinho	8.171,60	31.258,90	282,53%
Pintadas	11.922,30	41.913,40	251,55%
Pedrao	7.599,70	26.588,20	249,86%
Teodoro Sampaio	11.709,50	40.867,70	249,01%
Elísio Medrado	9.286,90	32.044,80	245,05%
Ipecaetá	16.423,40	55.102,30	235,51%
Anguera	9.191,70	29.895,80	225,25%
Santa Bárbara	27.433,10	87.057,50	217,34%
Serra Preta	19.350,90	58.964,40	204,71%
Ouriçangas	11.147,70	31.889,10	186,06%
Conceição da Feira	40.598,60	104.357,80	157,05%
Total Geral	2.269.831,30	10.028.801,80	341,83%

Fonte: Adaptado pelo autor, DATASUS/IBGE (2015).

Observa-se no quadro 7 que o PIB da Cidade de Feira de Santana em 2010 corresponde a 74,12% do PIB da Microrregião. O PIB do Estado da Bahia corresponde a 154 bilhões, sendo assim, o PIB da Microrregião equivale a 6,50% do PIB do Estado da Bahia no ano de 2010; Feira de Santana equivale a 4,82%.

No quadro 8 apresenta-se a população da Microrregião de Feira de Santana nos anos de 2000 e 2010.

Quadro 8 – População da Microrregião de Feira de Santana – anos 2000 e 2010

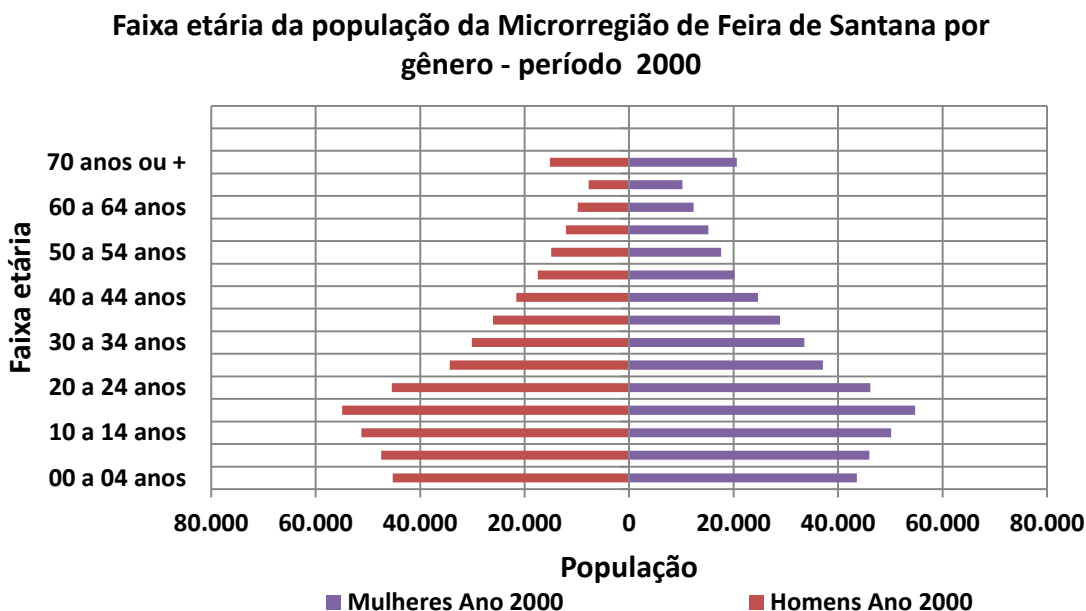
População da Microrregião de Feira de Santana - 2000 e 2010			
Município	Período/ano		Crescimento/ Redução da população - 2000 - 2010
	Ano 2000	Ano 2010	Δ %
São Gonçalo dos Campos	27.000	33.283	23,27%
Conceição da Feira	17.514	20.391	16,43%
Santo Estêvão	41.145	47.880	16,37%
Anguera	8.834	10.242	15,94%
Feira de Santana	480.949	556.642	15,74%
Conceição do Jacuípe	26.194	30.123	15,00%
Itatim	12.700	14.522	14,35%
Santa Teresinha	8.696	9.648	10,95%
Ouriçangas	7.525	8.298	10,27%
Irará	25.163	27.466	9,15%
Tanquinho	7.460	8.008	7,35%
Água Fria	14.718	15.731	6,88%
Santa Bárbara	17.933	19.064	6,31%
Pedrão	6.764	6.876	1,66%
Santanópolis	8.644	8.776	1,53%
Rafael Jambeiro	22.600	22.874	1,21%
Elísio Medrado	7.860	7.947	1,11%
Antônio Cardoso	11.620	11.554	-0,57%
Ipirá	61.746	59.343	-3,89%
Pintadas	10.927	10.342	-5,35%
Coração de Maria	23.818	22.401	-5,95%
Teodoro Sampaio	8.884	7.895	-11,13%
Serra Preta	17.726	15.401	-13,12%
Ipecaetá	18.383	15.331	-16,60%
Total geral	894.803	990.038	10,64%

Fonte: Adaptado pelo autor, DATASUS/IBGE (2015).

Conforme Quadro 8 a população do município de São Gonçalo dos Campos cresceu 23,27% entre os anos de 2000 e 2010. Feira de Santana possui a maior população, de 556.642 habitantes, por outro lado, os municípios de Teodoro Sampaio, Serra Preta e Ipecaetá apresentaram uma redução no número de habitantes acima dos 10%. A população total da Microrregião de Feira de Santana representa 7,06% da população do Estado da Bahia no ano de 2010.

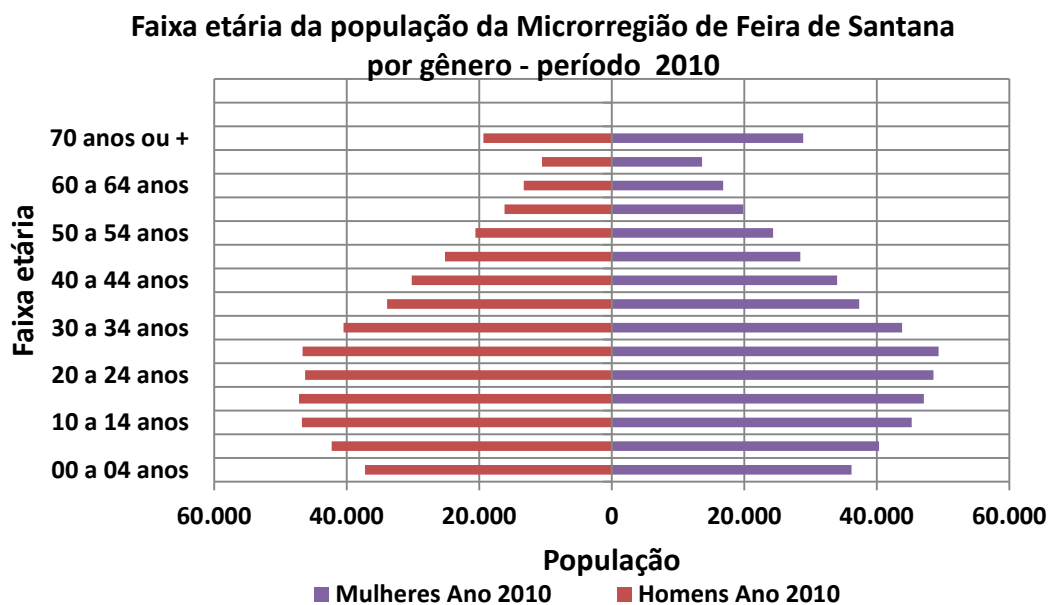
As figuras 7 e 8 apresentam a faixa etária da população da Microrregião de Feira de Santana nos anos 2000 e 2010.

Figura 7 – Gráfico Faixa Etária da Microrregião de Feira de Santana por gênero – período 2000



Fonte: Adaptado pelo autor, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI (2015).

Figura 8 – Gráfico Faixa Etária da Microrregião de Feira de Santana por gênero – período 2010



Fonte: Adaptado pelo autor, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI (2015).

De acordo com as figuras 7 e 8 a população Masculina na Microrregião cresceu 9,72% entre 2000 e 2010, enquanto que a população feminina cresceu 11,51%. No ano 2000 a população feminina representava 51,53% da população total da Microrregião, já no ano de 2010, este percentual aumentou para 51,93%. Observa-se neste período uma redução na população entre 0 e 19 anos e um crescimento populacional da faixa dos 20 anos acima, tanto para homens como para as mulheres. O crescimento populacional é um dos fatores que influenciam na elaboração de políticas públicas, uma vez que os gastos públicos são direcionados para atender as expectativas da população.

O quadro 9 traz a composição da Receita tributária dos municípios.

Quadro 9 - Receita Tributária da Microrregião de Feira de Santana – ano 2010 – em R\$

Município	Receita Tributária da Microrregião de Feira de Santana - Ano 2010 - em R\$						
	IPTU	IRRF	ITBI	Taxas	Contribuição de Melhoria	ISS	Receita Tributária
Feira de Santana	12.286.056	7.480.555	5.195.051	43.940.058	-	49.484.258	118.385.978
Santo Estêvão	280.127	400.551	58.591	754.519	-	901.508	2.395.296
Conceição do Jacuípe	103.317	611.789	132.481	148.260	-	1.305.019	2.300.866
Rafael Jambeiro	6.114	556.660	4.488	32.894	-	1.586.170	2.186.327
São Gonçalo dos Campos	94.014	853.484	116.143	111.477	-	922.798	2.097.916
Ipirá	124.605	371.067	159.957	46.680	-	1.153.221	1.855.530
Santa Teresinha	7.300	401.168	22.312	29.641	-	798.733	1.259.153
Irará	69.302	331.319	47.574	121.975	-	494.225	1.064.395
Coração de Maria	2.670	132.268	82.132	68.388	-	625.775	911.233
Conceição da Feira	83.872	135.233	112.012	141.450	-	404.127	876.694
Itatim	13.994	284.285	14.798	34.811	-	315.013	662.902
Pintadas	31.385	196.626	29.049	35.446	-	342.940	635.445
Água Fria	14.832	195.225	17.894	19.683	-	240.441	488.075
Serra Preta	4.034	150.029	26.783	12.622	-	288.624	482.092
Santa Bárbara	13.505	123.054	34.727	98.266	-	160.108	429.660
Ipecaetá	6.418	190.007	42.388	13.239	150	162.179	414.380
Teodoro Sampaio	2.316	71.326	20.153	3.759	-	270.324	367.878
Anguera	10.743	120.979	17.184	8.528	-	151.654	309.087
Tanquinho	14.288	103.677	15.651	25.183	-	137.756	296.555
Antônio Cardoso	5.619	94.366	50.519	5.660	-	123.782	279.946
Elísio Medrado	8.139	102.217	34.738	13.430	-	56.157	214.682
Ouriçangas	7.540	58.880	3.094	18.242	-	114.202	201.958
Santanópolis	1.212	64.110	4.064	2.845	-	118.945	191.175
Pedrao	12.850	7.118	6.358	808	-	40.411	67.545
Total geral	13.204.253	13.035.992	6.248.140	45.687.863	150	60.198.368	138.374.766

Fonte: Adaptado pelo autor, Tesouro Nacional – Finanças do Brasil (FINBRA/2015).

De acordo com o Quadro 09 a receita tributária da MRFSA corresponde a 138 milhões de reais, sendo que a receita da cidade de Feira de Santana representa 85,55% deste total. O Imposto Sobre Serviço (ISS) é o tributo com maior arrecadação municipal com 43,50% do total. A cidade de Pedrão é o município que tem a menor arrecadação, abaixo dos 100 mil reais.

O quadro 10 demonstra as despesas orçamentárias, corrente e de capital, nos anos 2000 e 2010, por município.

Quadro 10 – Despesas Orçamentárias da Microrregião de Feira de Santana – período de 2000 e 2010

Município	Despesas Orçamentárias			
	Ano 2000		Ano 2010	
	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Despesas Correntes	Despesas de Capital
Água Fria	4.422.520	477.736	19.393.824	1.123.119
Anguera			9.635.897	1.044.923
Antônio Cardoso	4.317.821	168.512	13.456.415	998.905
Conceição da Feira			18.732.785	1.472.006
Conceição do Jacuípe	6.748.261	901.233	24.412.663	3.957.922
Coração de Maria	6.203.651	518.397	26.723.676	826.499
Elísio Medrado	1.896.940	403.120	9.009.634	613.636
Feira de Santana	84.299.141	9.576.534	472.439.708	42.360.704
Ipecaetá	5.195.897	573.789	19.007.198	3.897.638
Ipirá	10.473.998	1.615.325	53.359.376	4.993.820
Irará	7.332.324	172.212	29.349.753	4.774.746
Itatim	3.072.348	98.950	18.701.200	1.233.767
Ouriçangas	2.842.874	494.910	10.672.437	798.199
Pedrão	2.138.974	233.249	8.525.118	1.015.361
Pintadas	3.108.999	90.905	12.322.385	1.438.564
Rafael Jambeiro	6.146.589	460.414	29.136.761	1.072.019
Santa Bárbara	4.764.152	589.132	17.362.851	1.055.863
Santa Teresinha	2.666.195	380.527	13.142.306	381.768
Santanópolis	3.227.671	237.166	10.597.354	1.129.406
Santo Estêvão	7.624.428	574.709	42.235.903	7.381.880
São Gonçalo dos Campos	6.538.437	771.763	30.099.533	2.591.778
Serra Preta	5.389.504	695.611	17.805.482	1.814.652
Tanquinho	3.622.730	160.824	8.265.650	1.234.412
Teodoro Sampaio	2.573.257	356.704	11.083.450	273.126
Total geral	184.606.711	19.551.722	925.471.359	87.484.714

Fonte: Adaptado pelo autor, Tesouro Nacional – Finanças do Brasil (FINBRA/2015).

O quadro 10 apresenta a despesa orçamentária dos municípios, no qual se observa que a cidade de Feira de Santana tem uma representatividade de 50,82% (ano de 2010), do total da MRFSA. As cidades de Itatim e Santo Estevão tiveram um crescimento acima dos 500% nas despesas no período entre 2000 e 2010. Detalhe importante, no período do ano 2000, não consta informações referentes aos municípios de Anguera e Conceição da Feira nos dados do FINBRA.

O quadro 11 traz o IDH dos municípios nos anos 2000 e 2010, nas três dimensões, renda, saúde (longevidade) e educação.

Quadro 11 - Índice de Desenvolvimento Humano – Educação, Renda e Longevidade – Microrregião de Feira de Santana – período entre 2000 e 2010

Período	Ano 2000				Ano 2010			
	Município	IDHM	IDHM Educação	IDHM Longevidade	IDHM Renda	IDHM	IDHM Educação	IDHM Longevidade
Água Fria	0,382	0,208	0,627	0,427	0,550	0,422	0,747	0,529
Anguera	0,427	0,270	0,629	0,457	0,589	0,471	0,766	0,565
Antônio Cardoso	0,395	0,188	0,694	0,473	0,561	0,422	0,768	0,544
Conceição da Feira	0,496	0,369	0,649	0,510	0,634	0,548	0,766	0,606
Conceição do Jacuípe	0,531	0,392	0,670	0,569	0,663	0,579	0,799	0,630
Coração de Maria	0,434	0,254	0,641	0,502	0,592	0,489	0,762	0,558
Elísio Medrado	0,472	0,293	0,686	0,524	0,623	0,527	0,777	0,590
Feira de Santana	0,585	0,440	0,716	0,634	0,712	0,619	0,820	0,710
Ipecaetá	0,363	0,163	0,642	0,456	0,550	0,424	0,776	0,506
Ipirá	0,382	0,182	0,615	0,497	0,549	0,390	0,748	0,568
Irará	0,461	0,287	0,673	0,506	0,620	0,501	0,809	0,587
Itatim	0,447	0,264	0,673	0,504	0,582	0,459	0,782	0,550
Ouriçangas	0,391	0,205	0,643	0,452	0,607	0,503	0,779	0,572
Pedrão	0,419	0,256	0,666	0,430	0,588	0,490	0,775	0,534
Pintadas	0,438	0,266	0,641	0,492	0,612	0,525	0,765	0,572
Rafael Jambeiro	0,353	0,162	0,641	0,422	0,564	0,435	0,768	0,538
Santa Bárbara	0,417	0,239	0,646	0,470	0,583	0,462	0,775	0,554
Santa Teresinha	0,414	0,214	0,709	0,467	0,587	0,459	0,804	0,549
Santanópolis	0,427	0,260	0,666	0,451	0,592	0,496	0,746	0,561
Santo Estevão	0,430	0,231	0,687	0,500	0,626	0,498	0,808	0,611
São Gonçalo dos Campos	0,473	0,310	0,641	0,533	0,627	0,516	0,752	0,636
Serra Preta	0,383	0,196	0,617	0,463	0,566	0,459	0,732	0,541
Tanquinho	0,492	0,350	0,641	0,530	0,597	0,488	0,768	0,567
Teodoro Sampaio	0,474	0,312	0,709	0,482	0,594	0,477	0,774	0,567

Fonte: Adaptado pelo autor, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento AtlasBrasil.org (2015).

Conforme o quadro 11 os municípios que se destacaram quanto à evolução do IDHM entre 2000 e 2010 foram Rafael Jambeiro com um crescimento de 60%, Ouriçangas com um crescimento de 55%, Ipecaetá com um crescimento de 52%, Serra Preta com 48% e Santo Estevão uma evolução de 46%. Quanto ao IDH Educação os municípios que merecem destaque são Rafael Jambeiro, Ipecaetá,

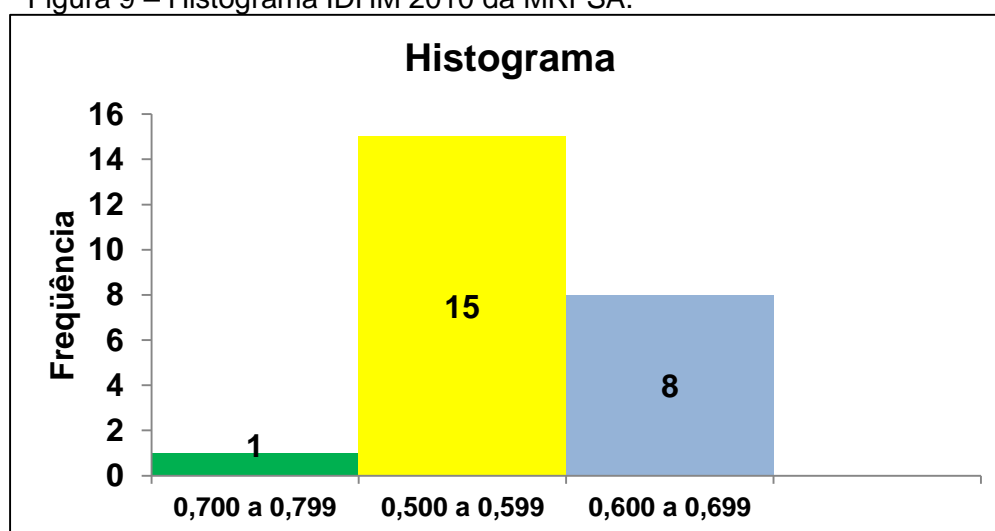
Ouriçangas, Serra Preta e Antônio Cardoso com evolução acima de 120%. Quanto ao IDH Longevidade, os municípios de Anguera, Ipirá, Ouriçangas, Ipecaetá e Irará evoluíram acima dos 20%. Quanto ao IDH Renda, os municípios de Rafael Jambeiro, Ouriçangas, Santanópolis, Pedrão e Água Fria tiveram uma evolução acima de 24%.

Os municípios que tiveram baixo desempenho na evolução do IDHM neste período foram Conceição da Feira, Teodoro Sampaio, Conceição do Jacuípe, Feira de Santana e Tanquinho, com um percentual abaixo dos 30%, porém, alguns destes mesmos municípios são os que detêm o melhor IDHM na MRFSA no ano de 2010:

- 1) Feira de Santana – IDHM de 0,712;
- 2) Conceição do Jacuípe – IDHM de 0,663;
- 3) Conceição da Feira – IDHM de 0,634;
- 4) São Gonçalo – IDHM de 0,627;
- 5) e Santo Estevão – IDHM de 0,626.

A figura 9 traz a classificação dos municípios conforme metodologia do IDH.

Figura 9 – Histograma IDHM 2010 da MRFSA.



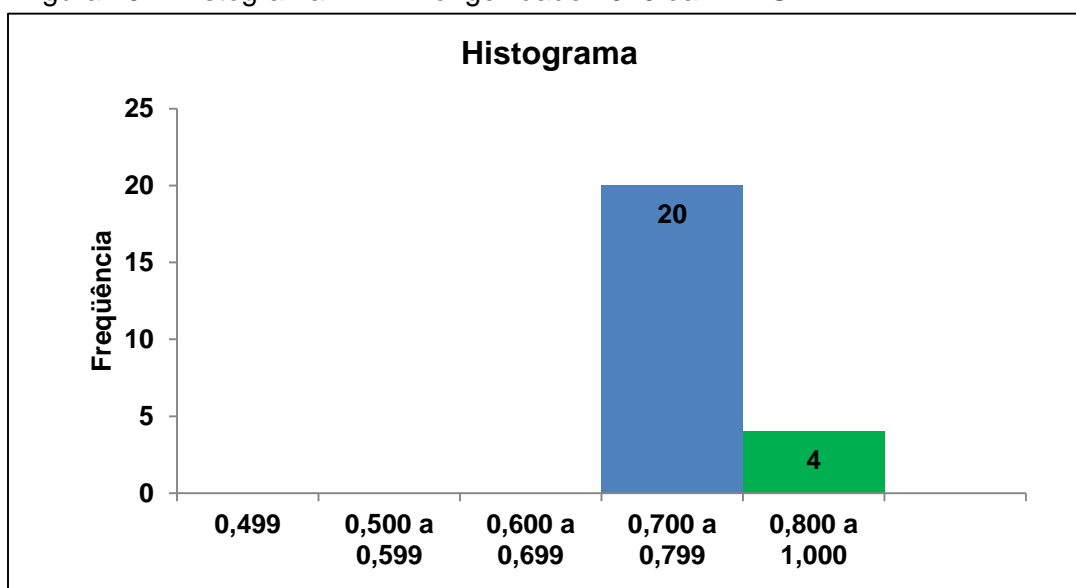
Fonte: Adaptado pelo autor, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento / AtlasBrasil.org (2015).

Na figura 9 pode-se observar que dos 24 municípios que compõem a MRFSA, 15 deles encontram-se na faixa do IDHM Baixo ($0,500 \leq IDH \leq 0,599$); 8 municípios encontram-se com IDHM Médio ($0,600 \leq IDH \leq 0,699$) e apenas um município encontra-se na faixa do IDHM Alto ($0,700 \leq IDH \leq 0,799$). Esta composição dos

municípios pode ser vista conforme o quadro nº 010. Embora tenha ocorrido uma evolução nos indicadores de Renda, Educação e Longevidade, porém, a maior parte dos municípios continua na faixa do IDH Baixo

A figura 10 traz a classificação dos municípios da Microrregião de Feira de Santana de acordo com o IDHM Longevidade (Saúde) no ano de 2010.

Figura 10 – Histograma IDHM Longevidade 2010 da MRFSA



Fonte: Adaptado pelo autor, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento / AtlasBrasil.org (2015).

A figura 10 apresenta o indicador IDHM Longevidade da MRFSA, que indica a expectativa de vida da população. Nele observa-se um IDHM Longevidade alto para 20 municípios e um IDHM muito alto para 4 municípios: Feira de Santana – 0,820; Ipirá – 0,809; Santo Estevão – 0,808; e Santa Terezinha – 0,804.

O quadro 12 apresenta a quantidade de hospitais públicos e privados conveniados com o Sistema Único de Saúde (SUS) na MRFSA.

Quadro 12 – Quantidade de Hospitais Conveniados com SUS (Unid.) na MRFSA – anos 2000 e 2010

Município	Quantidade de Hospitais Conveniados com SUS (Und) MRFSA					
	Estadual		Municipal		Privada	
	Ano 2000	Ano 2010	Ano 2000	Ano 2010	Ano 2000	Ano 2010
Água Fria				1		
Anguera				1		
Conceição da Feira			1	1	1	1
Conceição do Jacuípe			1	1	1	1
Coração de Maria					1	1
Elísio Medrado		1				
Feira de Santana	1	3		2	3	19
Ipecaetá				1		
Ipirá			1	1	1	1
Irará			1	1		
Itatim				1		
Ouriçangas			1	1		
Pintadas			1	1		
Rafael Jambeiro			1	1		
Santa Bárbara			1	1		
Santa Terezinha			1	1		
Santanópolis			1	1		2
Santo Estevão			1	1	1	1
São Gonçalo dos Campos			1	1		1
Serra Preta				1		
Tanquinho			1	1		
Total geral	1	4	13	20	8	27

Fonte: Adaptado pelo autor, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI (2015).

No quadro 12 podemos observar que houve um crescimento em relação a quantidade de hospitais conveniados com SUS na MRFSA, de 22 para 51 hospitais conveniados, deste total, 4 hospitais são estaduais, 20 municipais e 27 da iniciativa privada. Embora se perceba um crescimento de 53,84% na rede municipal, ainda existem municípios que não possuem hospitais municipais, como Coração de Maria e Elísio Medrado. Por outro lado, a participação do setor privado prevalece, com um crescimento de 237,5%. Feira de Santana, como região metropolitana, possui apenas 2 hospitais municipais conveniados com o SUS, o que corresponde a uma relação muito irrelevante comparado a população do município. Por outro lado,

percebe-se que este crescimento colaborou com a redução da taxa de mortalidade, devido a uma melhor assistência à saúde da população.

O quadro 13 apresenta a taxa de esperança de vida ao nascer e a taxa de mortalidade infantil na MRFSA, nos anos 2000 e 2010.

Quadro 13 – Taxa de Esperança de Vida ao Nascer e Mortalidade Infantil da MRFSA – anos 2000 e 2010

Taxas de Esperança de Vida ao Nascer e Mortalidade Infantil da Microrregião de Feira de Santana - 2000 e 2010				
Variável	Esperança de vida ao nascer		Mortalidade infantil	
	Ano 2000	Ano 2010	Ano 2000	Ano 2010
Água Fria	62,63	69,79	50,89	28,00
Anguera	62,75	70,94	50,43	24,60
Antônio Cardoso	66,65	71,06	36,81	24,30
Conceição da Feira	63,93	70,93	46,06	24,60
Conceição do Jacuípe	65,21	72,93	41,58	19,30
Coração de Maria	63,45	70,74	47,81	25,20
Elísio Medrado	66,13	71,60	38,50	22,80
Feira de Santana	67,93	74,20	32,83	15,64
Ipecaetá	63,50	71,53	47,63	23,00
Ipirá	61,92	69,89	53,66	27,70
Irará	65,37	73,53	41,04	17,80
Itatim	65,40	71,93	40,95	21,80
Ouriçangas	63,55	71,74	47,46	22,40
Pedrão	64,94	71,50	42,52	23,00
Pintadas	63,45	70,92	47,81	24,70
Rafael Jambeiro	63,43	71,06	47,88	24,30
Santa Bárbara	63,74	71,50	46,77	23,00
Santa Teresinha	67,51	73,24	34,11	18,50
Santanópolis	64,94	69,76	42,52	28,10
Santo Estêvão	66,20	73,47	38,29	18,00
São Gonçalo dos Campos	63,45	70,14	47,81	27,00
Serra Preta	61,99	68,93	53,37	30,80
Tanquinho	63,45	71,10	47,81	24,20
Teodoro Sampaio	67,51	71,41	34,11	23,30

Fonte: Adaptado pelo autor, DATASUS/IBGE (2015).

Conforme o Quadro 13 houve uma evolução satisfatória referente a taxa de esperança de vida ao nascer, na qual 20 municípios encontram-se acima da taxa de 70,0, os outros 4 municípios, Ipirá, Água Fria, Santanópolis e Serra Preta encontram-se abaixo, porém apresentam uma taxa acima 68,00. Quanto a taxa de mortalidade, ela é um indicador que reflete o número de óbitos por cada 1000 habitantes de uma população num determinado período de tempo (ATLASBRASIL, 2013). Desta forma, a taxa de mortalidade demonstrada no quadro acima, todos os municípios evoluíram, mais uma vez com destaque para Feira de Santana, que obteve uma redução entre o período do ano 2000 a 2010 de 52,36%, com uma taxa de mortalidade no ano 2000 de 32,83 para 15,64 no ano 2010. Isto significa que os municípios investiram em melhorias na área de saúde, proporcionando uma maior satisfação da população, provocando melhorias nos indicadores sociais. Quanto menor for a taxa, melhor será a classificação do município.

O quadro 14 traz a composição da taxa de analfabetismo na MRFSA, nos anos 2000 e 2010. De acordo com o IBGE (2010) a Taxa de analfabetismo corresponde a uma percentagem das pessoas analfabetas de uma determinada localidade, pessoas estas que não sabem ler e escrever no idioma predominante onde residem. De acordo com as expectativas da ONU e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio estabelecidos, o ideal é estabelecer uma taxa bem próxima de zero, o objetivo é erradicar o analfabetismo no mundo.

Quadro 14 – Composição da Taxa de Analfabetismo da MRFSA – período entre o ano 2000 e 2010

COMPOSIÇÃO DA TAXA DE ANALFABETISMO DA MICRRORREGIÃO DE FEIRA DE SANTANA - ENTRE 2000 E 2010								
Município	Taxa de analfabetismo - 11 a 14 anos		Taxa de analfabetismo - 15 a 17 anos		Taxa de analfabetismo - 18 a 24 anos		Taxa de analfabetismo - 25 a 29 anos	
	Ano 2000	Ano 2010	Ano 2000	Ano 2010	Ano 2000	Ano 2010	Ano 2000	Ano 2010
Água Fria	16,70	6,61	12,41	3,21	20,22	5,75	31,14	11,38
Anguera	9,16	5,40	5,96	2,71	6,95	3,39	12,34	5,06
Antônio Cardoso	11,85	7,87	7,82	3,30	11,26	5,65	20,34	11,48
Conceição da Feira	10,16	4,23	6,27	3,21	7,41	3,59	10,24	5,15
Conceição do Jacuípe	8,03	4,46	6,94	1,91	8,65	2,75	10,40	5,11
Coração de Maria	15,38	5,13	8,66	3,30	12,69	5,05	18,55	9,13
Elísio Medrado	7,84	3,78	5,94	1,32	8,17	4,46	16,24	8,30
Feira de Santana	7,72	3,96	5,63	2,49	6,28	2,59	7,74	3,61
Ipecaetá	9,88	4,80	8,96	2,61	12,74	5,52	18,93	13,10
Ipirá	15,86	7,53	11,90	4,78	18,28	7,35	26,40	11,94
Irará	8,00	5,40	6,01	2,67	10,10	3,99	16,03	7,82
Itatim	15,26	6,53	11,76	4,86	16,19	5,25	24,00	12,50
Ouriçangas	13,63	2,56	8,56	2,68	14,41	5,00	23,26	12,08
Pedrão	9,90	4,81	4,59	3,51	6,70	4,65	14,71	6,68
Pintadas	9,68	2,12	7,69	3,27	14,29	3,03	19,79	7,05
Rafael Jambeiro	17,18	5,84	13,94	3,84	20,27	5,54	27,68	13,71
Santa Bárbara	16,68	6,06	9,83	4,43	13,09	6,10	17,75	9,21
Santa Teresinha	19,11	4,79	10,81	3,19	19,22	4,01	25,14	8,76
Santanópolis	12,61	4,35	8,57	3,66	9,99	5,44	15,08	10,63
Santo Estêvão	14,23	6,41	9,00	3,52	13,82	4,62	20,07	8,41
São Gonçalo dos Campos	7,46	3,87	5,25	1,75	7,05	3,11	13,62	4,73
Serra Preta	11,82	7,30	8,02	4,14	13,96	6,22	21,03	9,92
Tanquinho	11,79	5,69	7,35	3,69	10,84	4,25	13,21	9,11
Teodoro Sampaio	16,94	8,36	10,51	5,38	14,25	7,57	19,33	12,18

Fonte: Adaptado pelo autor, DATASUS/IBGE (2015).

. O quadro 14 demonstra que os municípios da MRFSA, entre os períodos do ano de 2000 e 2010, tiveram evolução positiva quanto ao taxa de analfabetismo, ou seja, foram alcançados números expressivos. As taxas de analfabetismo de 11 a 14 anos, 15 a 17 anos e de 18 a 24 anos encontram-se abaixo da taxa de 7,9. Já a taxa de analfabetismo entre 25 a 29 anos encontram-se abaixo da taxa de 13,8. Isto significa que, embora tenha ocorrida evolução, os números apresentados ainda continuam acima da expectativa, o que se faz necessário um maior investimento em educação.

O quadro 15 apresenta a quantidade de estabelecimentos por nível de ensino na MRFSA, nos anos 2000 e 2010.

Quadro 15 – Quantidade de Estabelecimentos de educação por nível de ensino na MRFSA – período entre os anos 2000 e 2010

Quantidade de Estabelecimentos (Und) por nível de Ensino MRFSA período entre os anos 2000 e 2010							
Município	Educação de Jovens e Adultos	Educação Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	Ano 2010	Ano 2000	Ano 2010	Ano 2000	Ano 2010	Ano 2000	Ano 2010
Água Fria	11	39	24	46	26	1	1
Anguera	6	24	19	31	22	1	1
Antônio Cardoso	5	5	16	40	31	1	1
Campo							
Conceição da Feira	6	23	23	33	32	1	1
Conceição do Jacuípe	11	34	27	43	38	2	3
Coração de Maria	10	6	27	65	46	2	3
Elísio Medrado	4	29	21	33	24	1	1
Feira de Santana	135	282	289	451	391	43	62
Fontes:							
Ipecaetá	20	30	48	69	61	3	1
Ipirá	37	19	46	177	91	2	4
Irará	17	30	36	63	44	1	3
Itatim	17	31	21	34	27	1	1
Notas explicativas:							
Ouriçangas	7	17	10	20	13	1	1
Pedrão	10	22	19	28	22	1	1
Pintadas	2	39	8	42	10	1	1
Rafael Jambeiro	10	69	36	76	43	2	2
Santa Bárbara	4		38	53	47	1	2
Santa Terezinha	11	30	26	39	36	1	1
Santanópolis	2	23	23	29	29	1	1
Santo Estevão	25	10	42	91	54	2	5
São Gonçalo dos Campos	7	49	41	53	52	2	4
Serra Preta	5	6	35	68	39	1	2
Tanquinho	2	16	12	16	10	1	1
Teodoro Sampaio	2	14	9	18	11	1	1
Total geral	366	847	896	1.618	1.199	74	104

Fonte: Adaptado pelo autor, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI (2015).

Percebe-se, conforme quadro 15, uma redução no número de estabelecimentos do ensino fundamental na MRFSA, de 1.618 no ano 2000 para 1.199 no ano de 2010, isto corresponde a 25,90%. Feira de Santana passou de 451 estabelecimentos de ensino fundamental no ano 2000 para 391 no ano de 2010, uma redução de 13,3%. No nível de ensino infantil, destacam-se positivamente os municípios de Santo Estevão que passou de 10 estabelecimentos no ano 2000 para 42 no ano de 2010, e Santa Barbara que não possuía nenhum estabelecimento em 2000 para educação infantil, passou para 38 estabelecimentos no ano de 2010. Um fator relevante é o crescimento do ensino para jovens e adultos, com 366

estabelecimentos de ensino, deste total a cidade de Feira de Santana possui 135 estabelecimentos.

Conforme IPEA (2015) o coeficiente de GINI, criado pelo economista italiano Corrado Gini, é utilizado para medir o grau de concentração de renda em determinados grupos, ele varia de zero a 1 e, quanto mais baixo o índice, melhor é a distribuição da renda de um país.

O quadro 16 apresenta o Índice de GINI na MRFSA, nos anos 2000 e 2010 e sua variação.

Quadro 16 – Índice e Gini da MRFSA – período de 2000 e 2010

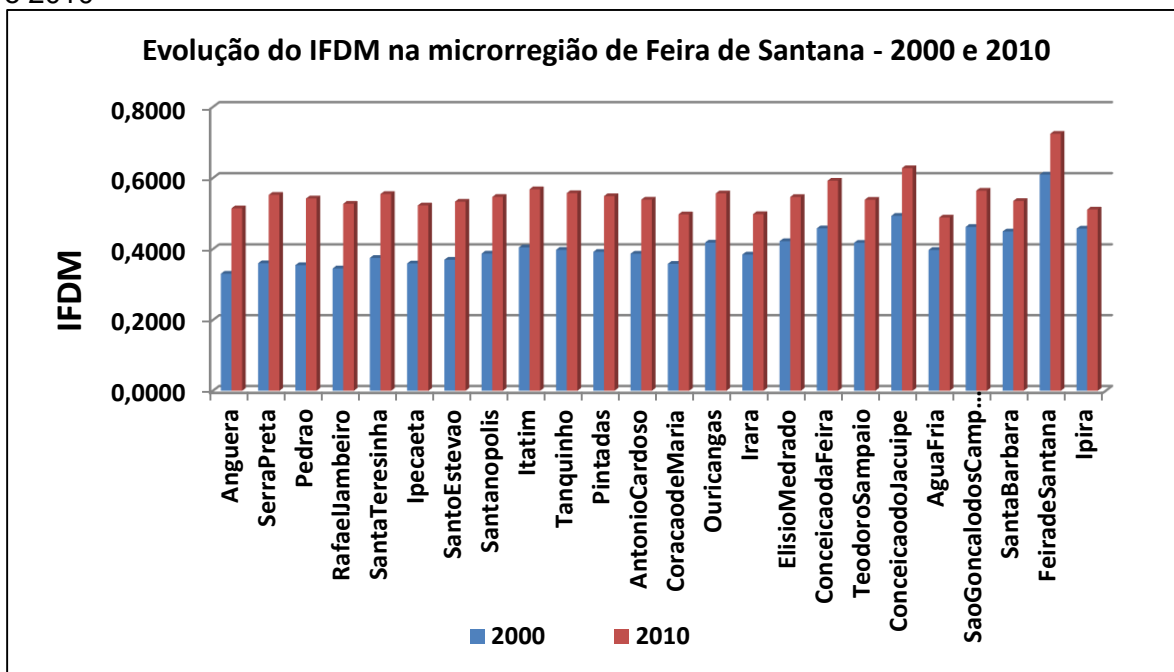
Índice de Gini MRFSA - período de 2000 e 2010			
Município	Período		Δ %
	Ano 2000	Ano 2010	
Água Fria	0,540	0,530	- 0,019
Anguera	0,520	0,480	- 0,077
Antônio Cardoso	0,540	0,460	- 0,148
Conceição da Feira	0,500	0,560	0,120
Conceição do Jacuípe	0,550	0,480	- 0,127
Coração de Maria	0,580	0,520	- 0,103
Elísio Medrado	0,520	0,500	- 0,038
Feira de Santana	0,610	0,600	- 0,016
Ipecaetá	0,480	0,530	0,104
Ipirá	0,570	0,520	- 0,088
Irará	0,580	0,500	- 0,138
Itatim	0,540	0,460	- 0,148
Ouriçangas	0,470	0,450	- 0,043
Pedrão	0,510	0,470	- 0,078
Pintadas	0,550	0,460	- 0,164
Rafael Jambeiro	0,540	0,500	- 0,074
Santa Bárbara	0,520	0,520	-
Santa Teresinha	0,460	0,530	0,152
Santanópolis	0,540	0,520	- 0,037
Santo Estêvão	0,540	0,560	0,037
São Gonçalo dos Campos	0,570	0,550	- 0,035
Serra Preta	0,530	0,480	- 0,094
Tanquinho	0,590	0,480	- 0,186
Teodoro Sampaio	0,480	0,540	0,125

Fonte: Adaptado pelo autor, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI (2015).

Conforme o quadro 16, embora tenha ocorrido uma leve redução do coeficiente de Gini na MRFSA, ainda há necessidades de se buscar alternativas para melhorar esta desigualdade. Feira de Santana possui o pior índice dentre os municípios da MRFSA que é de 0,600 no ano de 2010.

A figura 11 traz a representação gráfica do IFDM na MRFSA, nos anos 2000 e 2010.

Figural 11 – Evolução do IFDM dos municípios da Microrregião de Feira de Santana – 2000 e 2010



Fonte: Adaptado pelo autor, FIRJAN(2015).

Conforme a figura nº 11 os municípios que se destacaram quanto a evolução do IFDM entre 2000 e 2010 foram Anguera, Serra Preta, Pedrão e Rafael Jambeiro, com um crescimento acima da casa dos 51%. Os municípios que tiveram baixo desempenho na evolução do IFDM neste período foram Água Fria, São Gonçalo dos Campos, Santa Bárbara, Feira de Santana e Ipirá com um percentual abaixo dos 23%, porém, alguns destes mesmos municípios são os que detêm o melhor IFDM na MRFSA no ano de 2010, como Feira de Santana com um índice de 0,7425 (IFDM moderado).

A tabela 4 traz o IFDM dos municípios da MRFSA nos anos 2000, 2005 e 2010.

Tabela 4 – IFDM dos municípios da MRFSA nos anos 2000, 2005 e 2010

MUNICÍPIOS	ANOS		
	2000	2005	2010
Água Fria	0,3978	0,4022	0,4890
Anguera	0,3307	0,4565	0,5150
Antonio Cardoso	0,3871	0,4347	0,5391
Conceição da Feira	0,4584	0,5347	0,5926
Conceição do Jacuípe	0,4939	0,5301	0,6279
Coração de Maria	0,3585	0,4645	0,4979
Elísio Medrado	0,4224	0,4971	0,5469
Feira de Santana	0,6097	0,6685	0,7245
Ipecaetá	0,3597	0,4100	0,5229
Ipirá	0,4577	0,5648	0,5116
Irara	0,3847	0,4825	0,4985
Itatim	0,4048	0,4563	0,5683
Ouriçangas	0,4186	0,4568	0,5569
Pedrão	0,3549	0,3643	0,5425
Pintadas	0,3925	0,4820	0,5491
Rafael Jambeiro	0,3456	0,4133	0,5276
Santa Barbara	0,4498	0,4138	0,5355
Santanópolis	0,3874	0,4581	0,5469
Santa Teresinha	0,3753	0,4101	0,5551
Santo Estevão	0,3701	0,5633	0,5335
São Gonçalo dos Campos	0,4626	0,5900	0,5645
Serra Preta	0,3603	0,4343	0,5528
Tanquinho	0,3982	0,4926	0,5577
Teodoro Sampaio	0,4180	0,4500	0,5389

Fonte: Adaptado pelo autor, FIRJAN (2015).

Conforme a tabela nº04 observa-se uma evolução do indicador entre os anos 2000 e 2010. No ano 2000 existiam 14 municípios classificados como baixo desenvolvimento, em 2010 não há municípios nesta faixa de classificação. Em 2010 o número de municípios classificados como desenvolvimento regular passou de 9 para 22 municípios. Embora exista evolução dos municípios quanto ao IFDM, a maioria ainda continua dentro de uma faixa considerada regular de desenvolvimento.

3.5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Percebeu-se com esta pesquisa, que os gastos com investimentos, as despesas de capital proporcionaram um aumento da eficiência dos municípios, gerando evolução no IFDM, por outro lado, a despesa corrente influenciou negativamente, uma vez que estes estão relacionados a gastos administrativos. Porém, de acordo com Cândido Júnior (2001) é preciso avaliar as despesas orçamentárias quanto a sua produtividade, evitando desperdícios ou mau uso dos recursos públicos, proporcionando uma maior eficiência dos gastos públicos.

A despesa de capital teve uma significância alta no resultado apresentado pela regressão logística. Partindo do conceito que a despesa de capital está relacionada aos investimentos públicos, como construção de escolas, hospitais, praças, melhorias no transporte, na segurança, isto significa que quanto maior a despesa de capital, maior probabilidade de melhoria do indicador IFDM.

A principal fonte de recursos dos municípios se encontra nos tributos de sua competência. Neste estudo a receita tributária também foi significativa, pois quanto maior for volume da receita gerada, maiores condições terá o município de ofertar bens públicos que venham proporcionar melhorias na qualidade de vida da população. De acordo Lei 4.320 a despesa está ligeiramente ligada a receita, para que uma despesa pública tenha validade é necessário que ela esteja relacionada a uma receita que a justifique.

A elaboração dos gastos públicos, bem como das políticas públicas adotadas, tem como um dos pilares a proposta da ONU de reduzir a desigualdade social, proposta esta denominada de Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Com isto os municípios buscam aplicar seus recursos com objetivo de melhorar as condições de vida da população, e ao mesmo tempo influenciar em uma variação positiva dos indicadores sociais. Também foi possível observar uma relação conceitual dos gastos com a eficiência, neste caso, mais precisamente os gastos produtivos, uma vez que estes podem ser definidos como bom o uso dos recursos, com menor custo possível, atendendo aos objetivos estabelecidos e evitando desperdícios (CANDIDO JÚNIOR, 2001).

Segundo Varela, Martins e Corrar (2009) a qualidade dos gastos dos municípios interferem no seu desempenho em termos de geração de riqueza,

situação de saúde e educação da população - aspectos abrangidos pelo Índice FIRJAM.

Em relação ao PIB, se destacaram os municípios de Conceição do Jacuípe, São Gonçalo e Santo Estevão. Quanto à população total da microrregião, houve um crescimento populacional de 10,64% nos últimos 11 anos, sendo que mereceram destaques os municípios de São Gonçalo, Conceição da Feira, Santo Estevão, Anguera, Feira de Santana, Conceição do Jacuípe e Itatim que obtiveram uma variação maior do que o da microrregião. A despesa orçamentária (as despesas correntes e de capital) teve um crescimento significativo neste período, com uma variação de 396,8%, porém, as despesas de capital, os investimentos, embora tenha ocorrido um aumento, ele é muito baixo em relação as despesas correntes. De forma geral, nas despesas de capital encontram-se relacionadas as aquisições de bens patrimoniais, enquanto que nas despesas correntes são inseridas as despesas de custeio e de pessoal. Mais adiante, analisando os índices de desenvolvimento apresentado, foi visto que houve uma evolução satisfatória e significativa, porém, não foi o suficiente, pois dos 24 municípios avaliados, 23 municípios encontram-se na faixa de IDH Médio e IDH Baixo, apenas um município alcançou o IDH Alto, Feira de Santana. Quanto ao IFDM, observou-se que no ano 2000 existiam 14 municípios na linha de baixo desenvolvimento, 9 municípios classificados como desenvolvimento regular e apenas 1 com desenvolvimento moderado. Já em 2010 observou-se uma evolução do indicador, com 22 municípios classificados com desenvolvimento regular e 2 municípios com desenvolvimento moderado.

Também merece a atenção o Índice de Gini, que mede o nível de concentração de renda, mesmo com uma redução significativa, continua com uma taxa alta, ainda existe uma desigualdade na distribuição de renda, principalmente no município de Feira de Santana, que alcançou em 2010 um índice de 0,600.

Quanto aos resultados provenientes da aplicação da técnica de estatística denominada regressão logística múltipla, utilizada para avaliar a eficiência dos 24 municípios da microrregião de Feira de Santana a partir de um painel de 11 anos, no primeiro momento, com a utilização da média do IFDM entre 2000 a 2010 foi estabelecida o grau de eficiência para os municípios observados: municípios abaixo do índice 0,4755 foram considerados baixa eficiência, igual ou acima de 0,4755 foram considerados alta eficiência.

A tabela 5 demonstra a classificação dos municípios da MRFS quanto a eficiência em relação ao Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

Tabela 5 - Classificação dos municípios da MRFS quanto a eficiência em relação a média do IFDM

Município	Média IFDM entre os anos 2000 a 2010	Y=1 ≥ 0,4755	Y=0 < 0,4755
Feira de Santana	0,6387083	Eficiência Alta	
São Gonçalo dos Campos	0,5402316		
Conceição do Jacuípe	0,5372531		
Ipirá	0,5314252		
Conceição da Feira	0,5313847		
Elísio Medrado	0,5157971		
Santo Estevão	0,4952214		
Ouriçangas	0,4895191		
Tanquinho	0,4803326		
Pintadas	0,4687361	Eficiência Baixa	
Irara	0,4664576		
Teodoro Sampaio	0,4645345		
Itatim	0,4607645		
Santa Barbara	0,4567796		
Santanópolis	0,4487539		
Antonio Cardoso	0,4462072		
Coração de Maria	0,4430310		
Santa Teresinha	0,4396977		
Água Fria	0,4359408		
Serra Preta	0,4322828		
Ipecaetá	0,4289204		
Anguera	0,4278093		
Rafael Jambeiro	0,4258790		
Pedrão	0,4057466		

Fonte: Adaptado pelo autor, IFDM (2015).

Assim, de acordo com a metodologia aplicada, a classificação dos municípios com alta ou baixa eficiência obedece ao critério: eficiência alta ($y=1$) foram classificados 9 municípios (Feira de Santana, São Gonçalo dos Campos, Conceição do Jacuípe, Ipirá, Conceição da Feira, Elísio Medrado, Santo Estevão, Ouriçangas e Tanquinho), com eficiência baixa ($y=0$), foram classificados 15 municípios (conforme tabela nº05). Porém, vale destacar que alguns municípios classificados na linha de eficiência alta, possuem baixo valor de investimento, o que significa que a alteração do indicador sofre influências não somente da despesa de capital, dos investimentos, mas também de outros fatores, conforme apresentado no resultado

da regressão logística, a densidade demográfica, a distância da cidade para a capital, o crescimento populacional, o PIB per capita.

Mais adiante, com a utilização da regressão logística múltipla, foram avaliadas as variáveis independentes (População, Densidade demográfica, PIB per capita, Distância do município em relação a capital Salvador, Despesa corrente e de capital, Receita corrente e tributária) com objetivo de explicar a variável dependente (IFDM). Com um grau de significância 0,00851 a despesa de capital foi a variável independente com maior relevância.

A variável densidade demográfica (Dens) teve significância relevante, pois está relacionada ao número de habitantes dividido pela área territorial que ocupam. Quanto maior o número de habitantes de uma localidade, maior será as necessidades a serem atendidas, mais investimentos serão exigidos por parte da gestão pública, o que implica em elevação dos gastos públicos, aumento da despesa de capital. Por outro lado, também existirá um crescimento das despesas correntes, devido a ofertas de serviços públicos para atender esta população.

A variável independente distância (Dist) também teve significância na regressão logística, pois a proximidade com a capital representa acesso a mais serviços públicos. Porém, neste caso, não se pode afirmar que quanto mais próximo da capital, mais eficiente o município, pois existem municípios distantes da capital que foram classificados com alta eficiência em relação aos municípios próximos a capital.

Com a regressão logística múltipla, diante da significância apresentada, verificou-se uma relação entre as variáveis relevantes, receita tributária, despesa de capital, densidade demográfica e distância da capital, elas se correspondem, pois um crescimento na arrecadação irá gerar uma maior receita tributária, que por sua vez irá proporcionar uma maior aplicação de recursos direcionados aos gastos públicos. Um crescimento populacional faz com que a densidade demográfica também tenha uma evolução no número de habitantes por quilometro quadrado, isto, ira exigir dos municípios novos investimentos e melhorias nos serviços públicos, provocando aumento nos gastos, sejam eles relacionados a despesa de capital ou despesas correntes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para atingir os objetivos estabelecidos, foi apresentado o referencial teórico e os trabalhos que serviram de referência para esta pesquisa. O referencial teórico foi fundamentado nos conceitos de eficiência, eficácia e efetividade, nos conceitos de gastos públicos, produtivos e improdutivos, nas definições de desenvolvimento econômico, na metodologia do Índice Firjam de Desenvolvimento Municipal. Neste sentido, a aplicação destes conceitos relacionados a melhorias na educação, saúde e renda, baseia-se na concepção de que estas três dimensões são passíveis de serem produzidas a partir de uma melhor aplicabilidade dos gastos públicos, de forma a atender as expectativas de bem estar da sociedade. A partir da análise de trabalhos recentes, como o de Marinho (2003), Queiroz et al (2004), Rezende, Slomski e Corrar (2005), Santos (2008), Almeida (2008), Souza et al (2013), Oliveira (2013) e outros, percebeu-se que não há um consenso quanto às variáveis ou insumos utilizados na metodologia, assim, os resultados podem variar em função da técnica utilizada, além disto, os resultados podem ser diferentes em função das características do banco de dados, em virtude do número de observações e de temporariedade.

Foi possível diagnosticar, através da regressão logística múltipla, que os municípios demonstraram maiores gastos com despesas de capital (investimentos), não necessariamente, possuem os melhores índices de desenvolvimento humano. Rocha e Gilberti (2007), Pires (2008), Candido Junior (2001) e Serrando (2001) destacaram os efeitos positivos dos investimentos no desenvolvimento econômico municipal. O investimento público é essencial para a provisão de infraestrutura e de bens públicos para satisfação das necessidades sociais da comunidade. Isso é importante para os municípios menores, com recursos escassos, com pouca capacidade de atração de grandes investimentos, eles são capazes de mudarem suas trajetórias de desenvolvimento buscando otimizar o uso dos seus recursos.

Através da técnica de regressão logística múltipla, observou-se que a relação entre municípios que obtiveram os maiores IFDM e os municípios que apresentaram maior volume de investimento não existe uma relação linear. Diante disto, pressupõe que para os municípios que contém os melhores índices de desenvolvimento humano existem outros fatores que influenciam na evolução dos indicadores, e não somente os investimentos públicos. Vasconcelos (2002), Celso Furtado (2004),

Bresser Pereira (2006) e Souza (2007) citam que o crescimento econômico seria o mero aumento da renda per capita enquanto que o desenvolvimento econômico envolveria transformações sociais, melhorias na qualidade de vida da população proporcionada pelo bom uso dos recursos públicos. Wagner (1890) apud Candido Junior (2001) afirma que o crescimento ou o desenvolvimento econômico em termos gerais exige uma participação cada vez maior do governo na oferta de bens públicos, ou seja, aumento nos investimentos públicos, o que proporciona um aumento nos gastos públicos, mais precisamente nos gastos relacionados as despesas de capital.

Quanto as variáveis explicativas utilizadas nesta dissertação, elas apresentaram diferentes coeficientes, porém foi possível avaliar aquelas que seriam mais relevantes, com maior significância, neste caso, se destacando a despesa de capital e a receita tributária. Hair et al (1998) cita que o fato de alguns coeficientes apresentarem valores próximos de zero ou muito altos não invalida o modelo adotado na pesquisa, apenas dificulta a interpretação.

A regressão logística é uma técnica estatística que tem relevância para o desenvolvimento e aprimoramento de pesquisas aplicadas a área Administração, seja ela pública ou privada, servindo de instrumento para análise de diversos atributos ou variáveis relevantes relacionadas aos problemas de estudos que se deseja explicar.

Quanto ao alcance dos objetivos estabelecidos verificou-se que:

a) Avaliar a relação dos gastos públicos com Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) - através da regressão logística múltipla foi possível analisar quais variáveis tiveram significância e que influenciaram na evolução do IFDM, sendo que a despesa de capital foi o gasto com maior relevância. Também tiveram influência a densidade demográfica, a distância do município em relação capital e a receita tributária;

b) Avaliar quais dos municípios foram eficientes no uso de seus recursos - com a composição do IFDM médio da MRFSA, proporcionado pelos dados dos últimos 11 anos (entre 2000 e 2010) foi estabelecido o índice médio de 0,4755. Desta forma, os municípios com indicador menor que o IFDM médio foram classificados com eficiência baixa, e os municípios com índice igual ou superior foram classificados com eficiência alta. De acordo com Sander (1995), Pereira (2004), Torres (2004), Pires (2008) e outros, relacionam a eficiência, a eficácia e a

efetividade dos gastos públicos à satisfação e bem estar da população, partindo do pressuposto que esta população recolhe seus impostos em conformidade com as exigências legais previstas, e em troca espera por políticas públicas eficientes, que lhe assegurem, conforme disposto na Constituição Federal (1988), o direito a saúde, educação, moradia, trabalho. A gestão pública busca ser eficiente na execução, eficaz nos prazos, e efetivo na realização dos gastos públicos. De acordo com Frey (2000), Faria (2003), Souza (2006) Cavalcanti (2012) e outros, citam que as políticas públicas devem ser formuladas de tal forma que atendam as expectativas da população, que sejam eficientes no uso dos recursos públicos, seja na educação aplicando políticas eficientes no setor da alfabetização, políticas públicas sociais mais eficientes na erradicação da pobreza, na saúde com prestação de serviço mais eficiente proporcionando melhoria na qualidade de vida.

Seguindo, assim, a pesquisa realizada por meio da técnica da regressão logística múltipla demonstrou que é possível avaliar a eficiência dos gastos públicos dos municípios pelo volume de investimento (despesa de capital) e por demais variáveis socioeconômicas. Foi possível observar que os volumes de investimentos pretéritos realizados possuem relação com a mudança do IFDM dos municípios. Vale lembrar que o diagnóstico desta pesquisa está relacionado aos municípios da microrregião de Feira de Santana, com base nos dados disponibilizados entre os períodos de 2000 a 2010, desta forma, não se aplica aos demais municípios brasileiros, pois, cada município ou região tem suas especificidades, porém, a metodologia adotada pode ser aplicada, mas isto não significa que os resultados serão os mesmos.

Portanto, este estudo possui informações e dados que podem servir para pesquisas futuras, relacionadas aos gastos públicos dos municípios. Vale salientar que pesquisas neste campo com intuito de avaliar a eficiência dos gastos públicos, podem proporcionar à gestão pública informações para tomada de decisões referentes ao desenvolvimento social e humano do município. Deve-se observar que a metodologia realizada nesta dissertação não deve ser tratada como método para implementação, mas sim como incentivo na busca por critérios e demais variáveis melhor definidas e que contemplem os fatores importantes e discricionários de cada município, na busca de uma gestão pública mais eficiente.

As recomendações com este trabalho são as de que o mesmo sirva de base para estudos e melhorias no uso dos recursos públicos de forma eficiente, eficaz e

efetiva pela gestão pública, além de contribuir para a realização de uma gestão cada vez mais eficiente dos municípios. Além de ser utilizado por outros estudiosos, em pesquisas futuras ou como consultas no que se refere ao contributo teórico e prático desta pesquisa, e transformado em artigos para apresentações em congressos e publicações em revistas e livros, servindo também de base para a realização de curso de graduações e pós-graduações, a partir das questões que ainda não foram aprofundadas e que assim serão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Charles Dias de. **Análise das contribuições de políticas públicas direcionadas as micros e pequenas empresas**: um estudo de caso na Agência de Desenvolvimento de São João da Boa Vista-SP. 2008. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto- SP, 2008.

AMARAL, Antonio Carlos Cintra do. O Princípio da Eficiência no Direito Administrativo. **Revista Diálogo Jurídico**, Salvador, CAJ – Centro de Atualização Jurídica, n.14, jun./ago. 2002.

ATLASBRASIL. **IDH Índice de Desenvolvimento Humano**. 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/glossario/> Acesso em: 13 nov. 2014 às 08:15hs

BAHIA. Governo do Estado da Bahia, Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração. **Diagnóstico de Municípios – Feira de Santana, Volume I**. Salvador, 1998. (Série Desenvolvimento Regional, 90).

BAHIA. Governo do Estado da Bahia, Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração. **Diagnóstico de Municípios – Feira de Santana, Volume II**. Salvador, 1998. (Série Desenvolvimento Regional, 90).

BAHIA. Lei Complementar 35/11- **Institui a Região Metropolitana de Feira de Santana, e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1028289/lei-complementar-35-11-bahia-ba>> Acesso em: 18 out. 2013 às 09:35hs.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. São Paulo: Atlas, 1988.

_____. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. 21. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

_____. **Lei nº 101, de 15 de dezembro de 2000**. Lei de Responsabilidade Fiscal. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil: 1988: texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de n.1, de 1992, a 38, de 2002, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de n.1 a 6, de 1994**. 19.ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002..

_____. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. São Paulo: Atlas, 2003.

BENTO, Leonardo Valles. **Governança e Governabilidade na Reforma do Estado**: entre eficiência e democratização. Barueri, SP: Manole, 2003.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.

BEZERRA, Eliezer Panceri da Gama; DIWAN, José Roberto. **Uso de DEA como alternativa ao IDH na mensuração do desenvolvimento humano nos maiores municípios brasileiros**. Monografia (Graduação em Engenharia de Produção) — UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.

BID - BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO; ROCKEFELLER, David. **A política das políticas públicas, progresso econômico e social da América Latina**. Rio de Janeiro: Elsevier; Washington, DC: BID, 2007.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos, **Crescimento e Desenvolvimento Econômico**, Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Versão de junho de 2008. Disponível em : <<http://www.bresserpereira.org.br/Papers/2007/07.22.CrescimentoDesenvolvimento.Junho19.2008.pdf>> Acesso em:17out. 2013 às 23:00hs.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos – **O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico**. Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Versão de março de 2006. Disponível em:< <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-ConceitoHistoricoDesenvolvimento.pdf>> Acesso em:15 out. 2012 às 23:00hs.

CÂNDIDO JÚNIOR, José Oswaldo. Os gastos públicos no Brasil são produtivos? Da Diretoria de Estudos Macroeconômicos - DIMAC /IPEA. **Planejamento e políticas públicas PPP**, n. 23,| jun. 2001 Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/77/88>> Acesso em: 15 jan. 2015 às 23:00hs.

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. **Análise de políticas públicas: o estudo do Estado em ação**. Salvador: EDUNEB, 2012.

CDL. **Feira de Santana como Capital Regional**. 2014. Disponível em: <http://www.cdifs.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=83&Itemid=222 > Acesso em:15 out. 2014 às 23:00hs.

COSTA NETO, P. L. O. **Estatística**. São Paulo: Edgard Blücher, 1977.

DALF, Richard L. **Teoria e projetos das organizações**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

DATASUS. **Portal da Saúde - Informações Demográficas e Socioeconômicas**. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0206> > Acesso em: 27 out. 2014 as 01:46hs.

DEMÉTRIO, C. G. B. **Modelos lineares generalizados em experimentação agrônoma**. Piracicaba, SP: ESALQ/USP, 2002.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

DENHARDT, Robert B. **Teorias da administração pública**. Tradução técnica e glossário Francisco G Heidemann. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

DENCKER, A.F. M.; VIÁ, S.C. **Pesquisa empírica em ciências humanas: com ênfase em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Futura, 2002.

DINIZ, Eli. **Crise, Reforma do Estado e Governabilidade**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

DOBSON, A. J. **An introduction to generalized linear models**. 2. ed. Boca Raton: Chapman & Hall/CRC, 1945. Disponível em: <http://www.planta.cn/forum/files_planta/glm_2002_crc_213.pdf> Acesso em: 20 maio 2015.

ERVILHA, Gabriel Teixeira; ALVES, Frederick Fagundes; GOMES, Adriano Provezanos. Desenvolvimento Municipal e Eficiência dos Gastos Públicos na Bahia: Uma análise do IFDM a partir da metodologia DEA. In: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA – SET, 9., 2013. **Anais...** 2013.

FARIA, C.AP. de. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventano sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v,18, n.51, p.: 21-30, 2003.

FARIA, Flavia Peixoto; JANUZZI, Paulo de Martino; SILVA, Silvano José da. Eficiência dos gastos municipais em saúde e educação: uma investigação através da análise envoltória no estado do Rio de Janeiro. **RAP Revista de Administração Pública**, v. 42, n.1, p.155-177, jan./fev. 2008.

FEIRA DE SANTANA. **Lei Orgânica do Município de Feira de Santana**. Salvador, 1998.

FEVORINI, Fabiana Bittencourt. **A avaliação de desempenho organizacional na administração municipal**. 2010. 106 f. Dissertação (Mestrado)- Departamento de Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2010.

FIRJAN. **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal**. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/ifdm/consulta-ao-indice/>>. Acesso em: 16 fev. 2015 às 21:00hs.

FISCHER, Tânia. **Gestão de desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador-BA. Casa da Qualidade, 2002.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes a prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n.21, p.211-59, 2000.

FLEURY, Sonia. Reforma de Estado. **Revista da Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.35, n.5, p. 7-48, set./out. 2001.

FREITAS, Nacelice Barbosa. **Urbanização em Feira de Santana: Influência da Industrialização 1970-1996**. 1998, 189 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)-Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia-UFBA, Salvador, 1998.

FREITAS, C. A. S. Auditoria de gestão e estratégia no setor público. **Revista do serviço público**, Brasília, DF, ano 52, n. 4, p. 147, out./dez. 2001.

FURTADO, Celso. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**, v.24, n4, p.483-486. Discurso na cerimônia de abertura da III Conferência Internacional Celso Furtado, Rio de Janeiro, URFJ, 2004.

GARSON, D. G. **Logistic regression**. Disponível em: <<http://www.chass.ncsu.edu/garson/pa765/logistic.htm>>. Acesso em: 1 nov. 2014.

GELINSKI, Carmen Rosário Ortiz G, SEIBEL, Erni Jose. **Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes**. Universidade Federal de Santa Catarina. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, EDUFSC, v. 42, n. 1 e 2, p. 227-240, Abril e Outubro de 2008.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. (Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS).

GIACOMONI, J. **Orçamento público**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. D. de. **Finanças públicas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

GOOGLE MAPS. **Mapa do Estado da Bahia**. 2015. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Bahia/@-12.76024,-45.9048701,6z/data=!4m2!3m1!1s0x716037ca23ca5b3:0x7e926f5fb491ed05>> Acesso em: 11 maio 2015 as 02:51hs.

GREMAUD, Amaury Patrick. **Economia Brasileira contemporânea**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUJARATI, D. N. **Econometria básica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

HAIR, J. F. et al. **Multivariate data analysis**. 5. ed. New Jersey: Prentice Hall, 1998.

HILL, R. Carter; GRIFFITHS, William E. ; JUDGE, George G. **Econometria**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

HOCHMAN, Gilberto et al. **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2007.

HOSMER, D. W.; LEMESHOW, S. **Applied logistic regression**. New York: John Wiley and Sons, Inc., 1985.

IBGE. **IBGE CIDADES - Cidade de Feira de Santana. 2012**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=291080>> Acesso em: 17 out. 2012 às 09:12hs.

IBGE. SIDRA, **Banco de dados agregados**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>> Acesso em: 10 ago.2014 às 09:12hs.

IPEA. **Dilemas e Desafios da Macroeconomia 46 Anos depois**. IPEA, o Brasil em 4 décadas. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1500.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2012 às 10:32hs.

_____, **Desigualdade**: Como retirar dezenas de milhões da extrema pobreza. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1169:catid=28&Itemid=23> Acesso em: 18 nov. 2015 às 20:32hs.

_____. **Ipea data, Dados referente a Demografia, Desenvolvimento Humano** Disponível em : <<http://www.ipeadata.gov.br/>> Acesso em: 18 nov. 2013 às 10:32hs.

KASSAI, Sílvia. **Utilização da Análise por Envoltória de Dados (DEA) na análise de demonstrações contábeis**. Tese (Doutorado)- Departamento de Contabilidade e Atuária. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2002.

KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo. **Administração pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas**. São Paulo: Annablume, 2000.

KEYNES, J. M. **The general theory of employment, interest and Money (Teoria Geral do emprego, do juro e da moeda)**. Kwiatkwoksi: University of Adelaide Library. Disponível em: <http://ebooks.adelaide.edu.au/k/keynes/john_maynard/k44g/contents.html. Last updated Monday, November 5, 2012 at 16:37> Acesso em: 18 nov. 2013 às 22:09hs.

KOHAMA, Helio. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LEVINE, D. M. et al. **Estatística: teoria e aplicações**. 5. ed. Rio de Janeiro: TLC, 2008.

LEVY, Evelyn ; DRAGO, Pedro Aníbal. **Gestão pública no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FUNDAP: Casa Civil, 2005.

LIMA, João Paulo Kemp; SOUZA, Lucas Daniel Ferreira de. Princípio da eficiência como fundamento para a política pública e a efetividade do direito a saúde. **TEMPO** – Marília, v. 13, p. 252-266, 2014.

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal. Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/LCP/Lcp101.htm> Acesso em: 10 set. 2013 às 22:45hs

LUCKESI, Cipriano Carlos et al. **Fazer Universidade: uma proposta metodológica**. São Paulo: Cortez, 1987.

MACHADO JUNIOR, Sâris Pinto; IRFFI, Guilherme; BENEGAS, Mauricio. Análise da eficiência técnica dos gastos com educação, saúde e assistência social dos municípios cearenses. **Planejamento e Políticas Públicas, PPP**, n. 36, jan./jun. 2011. Disponível em: <<https://ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/223/204>> Acesso em: 18 nov. 2013 às 20:32hs.

MADDALA, G S. **Introdução a econometria**. 3. ed. São Paulo: LTC, 2003.

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. **Estratégias e modelos de desenvolvimento, os Anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**, Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

MARINHO, Alexandre. Avaliação da eficiência técnica nos serviços de saúde nos municípios do Estado do Rio de Janeiro. **Rev. Bras. Econ.**, v.57, n.3, p. 515-534, 2003.

MARTINS, G. de A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. São Paulo: Atlas, 1994.

MASSUKADO-NAKATANI, M. S. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo: amostragem**. 2009. Disponível em: <<http://www.turismo.ufpr.br/drupal5/files/Aula%2022%20-%20Amostragem.pdf>> Acesso em: 10 maio 2014 às 22:45hs

MATTAR, F. **Pesquisa de marketing**. Paulo: Atlas, 1996.

MCCULLAGH, P. ; NELDER, J. A **Generalized linear models**. London: Chapman and Hall, London, 1989.

MEGGINSON, Leon C. et al. **Administração: conceitos e aplicações**. 4.ed. São Paulo: Harbra,1998.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2002.

MELO, Emanuelle Cristine de; ALMEIDA, Fernanda Maria de; SANTANA, Gislaine Aparecida da Silva. Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e Desempenho Financeiro das Empresas do Setor de Papel e Celulose. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, v. 4, n.3, p. 95-112, set./dez. 2012.

MELO, M.A. Estado, governo e políticas públicas. In: MICELI, S. (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo; Brasília: Sumaré, Anpocs; Capes, 1999. v.3. p. 59-100.

MENDONÇA, G. M. **Manual de normalização para apresentação de trabalhos acadêmicos**. Salvador: Unifacs, 2011.

MINEIRO, Adhemar S. **Desenvolvimento e inserção externa: algumas considerações sobre o período 2003-2009 no Brasil, os Anos Lula – contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

MOCHÓN, Francisco. **Princípios de economia**. 1. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

MONTGOMERY, Douglas C.; PECK, Elizabeth A. **Introduction to linear regression analysis**. 2nd ed. New York: John Wiley and Sons, Inc., 1992.

MYERS, M. Raymond H. **Classical and modern regression with applications**. 2 ed. California USA: Duxbury Press, 1990.

NETER, John; WASSERMAN, William; KUTNER, Michael H. **Applied linear statistical models: regression, analysis of variance, and experimental designs**. 2nd ed. Homewood, Ill. : R.D. Irwin, 1985.

OLIVEIRA, Cristiano Aguiar de; MARQUES JÚNIOR, Liderau dos Santos. **Política Fiscal Local e o Crescimento Econômico dos Municípios Gaúchos (1996-2001)**. Pesquisadores do Centro de Pesquisa e Extensão da FEAC (CPEAC) Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/3eeg/Artigos/m21t03.pdf>> Acesso em: 10 jul. 2015 às 22:45hs

OLIVEIRA, Maria Leny Souza. **Espaço urbano e o modo de vida na favela: a voz dos moradores da rocinha em Feira de Santana-Ba**. 2010. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano) UNIFACS - Universidade Salvador, Salvador, 2010.

OLIVEIRA, Rodrigo Carvalho. **Fontes de renda e dinâmica da desigualdade regional no Brasil entre 1995 e 2011: uma análise do papel da escolaridade**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, 2013.

OLIVEIRA, M. M. **Econometria**. Alfragide, Portugal: McGraw-Hill, 1997.

ONU. **Nações Unidas Declaração do Milênio**. 2000. Cimeira do Milênio Nova Iorque, United Nations Millennium Declaration DPI/2163 — Portuguese — 2000 — August 2001 Published by United Nations Information Centre, Lisbon. 6-8 de Setembro de 2000. Disponível em <http://www.pnud.org.br/Docs/declaracao_do_milenio.pdf> Acesso em: 2 mar. 2015 s 23:45hs.

PASSOS, Carlos Roberto Martins; NOGAMI, Otto. **Princípios de economia**. São Paulo Pioneira Thomson, 2005.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser ; SPINK, Peter. **Reforma e administração pública gerencial**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

PINHEIRO, Armando Castelar. **O Brasil na década de 90: uma transição bem sucedida?** Rio de Janeiro: BNDES, 2001. (Texto para discussão n. 91).

PIRES, Valdemir. **Gestão orçamentária e qualidade do gasto público.** Araraquara, julho de 2008. Disponível em: <<https://professorpires.files.wordpress.com/2012/09/gestorcgastopublbiz.pdf>> Acesso em: 16 fev. 2013 às 23:00hs.

PEREIRA, José Matias. **Curso de administração pública: Foco nas instituições e ações governamentais.** São Paulo: Atlas, 2014.

PNUD. **Desenvolvimento Humano e IDH.** Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx?indiceAccordion=0>> Acesso em: 18 out. 2014 às 23:00hs.

_____. **8 Objetivos para 2015.** < <http://www.pnud.org.br/ODM.aspx>> Acesso em 13/fevereiro/2015 as 9:45

_____. **Desenvolvimento Humano e IDH.** Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/atlasdodesenvolvimentohumanorms_o-indice-de-desenv.pdf> Acesso em: 15 fev. 2013 às 23:00hs.

PORTARIA INTERMINISTERIAL nº 163/2001 Dispõe sobre as normas de Consolidação da Contas públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências. Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/Portaria_Interm_163_2001_Atualizada_2011_23DEZ2011.pdf> Acesso em: 12 maio 2013 às 23:00hs.

QUEIROZ, Creuza Maria Brito; SÁ, Evelin Naked de Castro; ASSIS, Marluce Maria Araújo. **N Ciência & Saúde Coletiva**, v.9, n.2, p.411-421, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v9n2/20395.pdf>> Acesso em: 13 fev. 2013 às 23:00hs.

QUINTAL, Guida Maria da Conceição Caldeira. **Análise de clusters aplicada ao Sucesso/Insucesso em Matemática.** 2006. Dissertação (Mestrado em matemática para ensino)- Universidade da Madeira Departamento de Matemática e Engenharias. Funchal, 2006. Disponível em: <[http://repositorio.uma.pt/bitstream/10400.13/224/1/Guida CaldeiraMestrado.pdf](http://repositorio.uma.pt/bitstream/10400.13/224/1/Guida%20CaldeiraMestrado.pdf)> Acesso em: 16 fev. 2013 às 23:00hs.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais.** Tradução João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho. 4. ed. São Paulo: Gradiva, 2005.

QUINTELA, Clairton. **Apostila orientações para construção do TCC – Trabalho de Conclusão de Curso.** Salvador: Cedas, 1997.

RAMOS, Lauro; REIS, José Guilherme Almeida. Emprego no Brasil nos anos 90. In. A ECONOMIA brasileira em perspectiva. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. v.2. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0468.pdf>> Acesso em: 16 fev. 2012 às 21:00hs.

REGO, José Marcio. **Economia brasileira**, São Paulo: Saraiva, 2000.

REZENDE, Amaury José, SLOMSKI, Valmor, CORRAR, Luiz João. A gestão pública municipal e a eficiência dos gastos públicos: uma investigação empírica entre as políticas públicas e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios do Estado de São Paulo. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 1, n. 1, p. 24 – 40, jan./abr. 2005.

ROCHA, Fabiana; GIUBERTI, Ana Carolina. Composição do gasto público e crescimento econômico: uma avaliação macroeconômica da qualidade dos gastos dos Estados brasileiros. **Econ. aplic.**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 463-485, out.-dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecoa/v11n4/01.pdf>> Acesso em: 16 jul. 2014 às 21:00hs.

RODRIGUES, Rodrigo Vilela; PEIXOTO, Diego Oliveira. Gastos públicos municipais e crescimento econômico no Estado do Rio de Janeiro. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.32, n.1, p.237-258, jun. 2011.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SALM, José Francisco; MENEGASSO, Maria Ester. Os modelos de administração pública como estratégias complementares para a coprodução do bem público. **Revista de Ciências da Administração**, v. 11, n. 25, set./dez. 2009.

SANDER, B. Administração da educação no Brasil: é hora da relevância. **Educação Brasileira**, Brasília, v. 4, n. 9, p. 8-27, 2º sem. 1982.

SANDER, B. **Gestão da educação na América Latina**: construção e reconstrução do conhecimento. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

SANTOS, Everton Gomes Ferreira de Abreu dos. **Uma avaliação comparativa da eficiência dos gastos públicos com saúde nos municípios brasileiros**. Dissertação (Mestrado)– Universidade de São Paulo - USP, 2008.

SAVIAN, Mayá Patrícia Jingle; BEZERRA, Fernanda Mendes. Análise de eficiência dos gastos públicos com educação no ensino fundamental no estado do Paraná. **Economia & Região**, Londrina(Pr), v.1, n.1, p.26-47, jan./jul. 2013.

SCHLINWEIN, M.A.; SHIKIDA, P.F.A. Aspectos da evolução da economia brasileira nos anos 90: década perdida? **Revista Ciência Empresarial**, UNIPAR, v.2, n.2, jul./dez. 2000.

SEABRA, Sérgio Nogueira. A nova administração pública e mudanças organizacionais. **Revista da Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.35, n.4, p. 19-43, jul/ago. 2001.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
SEI - SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Sistemas de informações municipais**. Disponível em:
<<http://sim.sei.ba.gov.br/sim/index.wsp>> Acesso em: 16 fev. 2014 às 21:00hs.

SEPLAN – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DA BAHIA. **Números da Bahia**. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/territorios-de-identidade>>
Acesso em: 12 jun. 2015 às 21:00hs.

SERRANO, Franklin. **A acumulação e o gasto improdutivo na economia do desenvolvimento**. Versão de 15.4.2001. Disponível em:
<<https://franklinserrano.files.wordpress.com/2013/04/acumulacao-e-gasto-improdutivo.pdf>> Acesso em: 12 jun. 2015 às 21:00hs.

SILVA, Ambrozina de Abreu Pereira et al. Eficiência na Alocação de Recursos Públicos Destinados à Educação, Saúde e Habitação em Municípios Mineiros. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 15, n. 1, p.96 – 114, jan./abr. 2012. Disponível em:<<https://cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/389/pdf>> Acesso em: 12 jun. 2013 às 21:00hs.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, Reinaldo O. da. **Teorias da administração**. São Paulo: Pioneira, 2001.

SILVA, Sidartha Sória. **Desemprego e Precarização do Trabalho: Os Efeitos sobre o Mundo do Trabalho Uberlandense e as Respostas dos Sindicatos**. 2004. Dissertação. (Mestrando em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista (UNESP/Campus Marília), 2004. Disponível em
<<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A095.PDF>> Acesso em:
Acesso em: 12 jun. 2012 às 21:00hs.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de contabilidade pública: um enfoque na contabilidade municipal**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003. SOFTWARE R. **Software Livre R - Versão 3.2.0. Linguagem de programação**. Disponível em < <http://www.r-project.org>.>
Acesso em: 12 jun. 2015 às 21:00hs.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16> > Acesso em: 12 jun. 2014 às 21:00hs.

SOUZA, C. Estado da arte da área de políticas públicas: Conceitos e principais tipologias. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS) GT: POLÍTICAS PÚBLICAS, 27., 2003, Caxambu, MG. **Anais... 21-25 DE OUTUBRO DE 2003**.

SOUZA, F.J.V. et al. Eficiência dos gastos públicos em assistência hospitalar: um estudo nas capitais brasileiras no período de 2008 a 2010. **Holos**, ano 29, v. 1, mar. 2013. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1061/651>> Acesso em: 12 jun. 2014 às 21:00hs.

SOUZA, Lincoln Moraes de. Comentando as classificações de políticas públicas. **Cronos**, Natal-RN, v.11, n.3, jul./ago. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br/cronos/article/viewFile/1695/1167>> Acesso em: 12 jun. 2015 às 21:00hs.

SOUZA, Nair de Jesus de. **Economia básica**. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

STN – SECRETÁRIA DO TESOUREIRO NACIONAL. **FINBRA Finanças Municipais**. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/finbra-financas-municipais> Acesso em: 10 fev. 2015 às 13:00hs.

STOYKO, Peter. A jornada da aprendizagem: um guia para alcançar a excelência. **Cadernos**, Brasília, DF Escola Nacional de Administração Pública, n.26, 2004.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Estado, democracia e administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

VASCONCELLOS, Marco Antonio S. **Economia macro e micro**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

VITTE, Claudete de Castro Silva. Gestão do desenvolvimento econômico local: algumas considerações. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 8, n. 13, p. 77-87, set. 2006. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/inter/v8n13/a09v8n13.pdf/>> Acesso em: 2 dez. 2012 às 13:00hs.

WINTER, Enéias; SALLES, Paulo Marcondes de. **Metodologia da pesquisa científica**. Salvador: Cedas, 1997.